

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

DANUSIA BRAESKE PULLA

**PODE UMA VERSÃO INCOMPATIBILISTA DE LIBERDADE FAZER SENTIDO? : UM
ESTUDO A PARTIR DE ROBERT KANE**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

DANÚSIA BRAESKE PULLA

PODE UMA VERSÃO INCOMPATIBILISTA DE LIBERDADE FAZER SENTIDO?

Um estudo a partir de Robert Kane

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

P982p Pulla, Danusia Braeske

Pode uma versão incompatibilista de liberdade fazer sentido? :
um estudo a partir de Robert Kane / Danusia Braeske Pulla . –
2018.

97 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich.

1. Robert Kane. 2. Incompatibilismo. 3. Libertarismo. 4. Liberdade. 5.
Responsabilidade moral. I. Pich, Roberto Hofmeister. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Texeira CRB-10/1974

DANÚSIA BRAESKE PULLA

PODE UMA VERSÃO INCOMPATIBILISTA DE LIBERDADE FAZER SENTIDO?

Um estudo a partir de Robert Kane

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Aprovado em _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (Orientador) – PUCRS

Prof. Dr. Rodrigo Borges – PUCRS

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo – UFPel

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Ao longo do caminho percorrido até aqui, procurei sempre agradecer àqueles que de alguma forma fizeram parte. Todavia, neste momento em que esta conquista toma a forma concreta desta dissertação, não posso deixar de registrar também a minha gratidão.

Gostaria de expressar o meu agradecimento formal a CAPES por me oportunizar esta formação através desta bolsa de estudos e à PUCRS por ter me acolhido mais uma vez. Aos funcionários, em especial à Andrea, sempre alegre, disponível e eficiente.

A todos os professores e colegas com quem compartilhei estes dois anos. Em especial, ao meu orientador professor Roberto Pich pelo apoio constante e compreensão em alguns momentos importantes, pelo tempo dedicado e por tudo o que me ensinou, mas principalmente por ter acreditado em mim, apoiando meu retorno ao Mestrado. Quanto a isso, sem citar nomes agradeço aos outros professores que também acreditaram em mim e me receberam tão bem. Não tem preço sentir-se bem-vinda.

Agradeço aos colegas de trabalho que me acompanharam nessa etapa e aos amigos que torceram por mim e perdoaram minha ausência social (vamos recuperar!).

Por fim mas não menos importante agradeço aos meus familiares e ao universo, esta energia que, determinística ou não, me trouxe até aqui.

A todos, meu MUITO OBRIGADA.

RESUMO

Esta dissertação visa estudar o problema da liberdade no debate compatibilismo x incompatibilismo a partir da ótica de Robert Kane. Buscamos primeiramente caracterizar essas duas vertentes filosóficas e apresentar seus principais argumentos. Em um segundo momento, examinamos duas condições necessárias para que haja liberdade para Kane, a saber, possibilidades alternativas e responsabilidade última. No terceiro capítulo exploramos especificamente a teoria de Robert Kane, principalmente por meio da análise da sua obra *The Significance of Free Will*. No último capítulo expomos e comentamos algumas das principais críticas feitas à teoria do filósofo. Ao longo de todo o trabalho analisamos o indeterminismo sob diferentes perspectivas a fim de compreender melhor os problemas que constituem o maior desafio à inteligibilidade da liberdade incompatibilista. Ao final, concluímos que ainda há um caminho a se percorrer para responder satisfatoriamente a algumas críticas porém parece precoce ou forte demais se afirmar que a liberdade de Kane não é coerente ou inteligível.

Palavras-chave: Robert Kane, incompatibilismo, libertarismo, liberdade, responsabilidade moral.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the problem of free will in the compatibilism x incompatibilism debate from the perspective of Robert Kane. We first seek to characterize these two philosophical views and present their main arguments. In a second moment, we examine two conditions Kane's takes as necessary for free will, namely alternative possibilities and ultimate responsibility. In the third chapter we explore specifically the theory of Robert Kane, mainly through the analysis of his work *The Significance of Free Will*. In the last chapter we discuss and comment on some of the main criticisms of the philosopher's theory. Throughout this work we analyze indeterminism from different perspectives in order to better understand the problems that constitute the greatest challenge to the intelligibility of incompatibilist free will. In the end, we conclude that there is still a way to go in order to respond satisfactorily to some criticisms but it seems too early or too strong to claim that Kane's freedom is not coherent or intelligible.

Keywords: Robert Kane, incompatibilism, libertarianism, free will, moral responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	14
1.1 Compatibilismo.....	15
1.2 Incompatibilismo	18
1.2.1 Indeterminismo I.....	22
1.2.2 Tipos de Causa.....	26
CAPÍTULO 2	33
2.1 Possibilidades Alternativas	33
2.1.1 Defesa Dilema	39
2.1.2 Estratégia da Centelha de Liberdade	41
2.2 Origem ou Responsabilidade Última	45
2.3 Indeterminismo II	51
CAPÍTULO 3	57
3.1 Importância	57
3.2 Inteligibilidade	59
3.3 Vontades Autoformadoras	64
3.4 Sobre as outras categorias de SFWs	69
CAPÍTULO 4	75
4.1 Duas Condições?.....	75
4.2 Inteligibilidade e Indeterminismo	77
4.3 Da Plausibilidade	83
4.4 Considerações Finais	86
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

1. Uma definição conceitual

A temática da liberdade é essencialmente parte da natureza humana. Difícil imaginar alguém que não possua o desejo de ser livre ou que não tenha algo a dizer sobre o tópico. Apesar disso, assim como outros conceitos fundamentais, é um dos mais complicados de se definir. Não é o nosso propósito aqui construir um conceito de liberdade. Todavia, ao longo do texto, diferentes ideias acerca do que seja a liberdade irão aparecer. Para que a compreensão do trabalho fique clara, devemos primeiramente informar o uso de certos termos.

Praticamente toda a literatura consultada é em língua inglesa. Esta é também a língua na qual nosso filósofo Robert Kane escreve. Assim, tivemos que fazer um esforço para traduzir um dos termos centrais utilizados, a saber, *free will*. Este termo, apesar de ser utilizado pelos diferentes filósofos estudados, apresenta duas complicações no seu processo de tradução: (1) a expressão correspondente na língua portuguesa para a qual em geral é traduzida é *livre-arbítrio* e, por motivos que vamos expor, não acreditamos que esta seja a melhor escolha para nós e (2) *free will* é uma denominação que possui significados variados, por vezes incompatíveis, dependendo do autor e da sua linha filosófica.

A tradução por *livre-arbítrio* não nos agrada pelas razões a seguir. *Arbítrio* remete à ideia de julgamento e este não é o enfoque que desejamos dar. Haverá uma ocasião na qual a palavra mais adequada será *arbítrio* e preferimos guardar seu uso para esse espaço. Além disso, esse termo vem carregado, pois quando ouvimos alguém dizer que uma decisão foi arbitrária, entendemos que ela não precisou ser justificada por um critério ou explicação e é difícil até mesmo contestá-la, acarretando até mesmo uma noção de autoridade. Essas concepções prévias vinculadas à palavra *arbítrio* contaminariam nosso trabalho desde o início, prejudicando-o. Ainda, se observarmos a expressão inglesa, notaremos que as duas palavras que a compõe não falam em arbítrio, mas literalmente significam *livre (free) vontade (will)*. Essas são as principais razões por optarmos em não utilizar esta tradução comum ao longo do nosso texto.

Pensamos primeiramente em optar por uma palavra ou expressão única e aplicá-la em todo o texto. Todavia, sentimos que qualquer opção que fizéssemos limitaria a nossa escrita e aquilo o que poderíamos dizer melhor com outras palavras. Preferimos então não nos limitar a uma única expressão, mas explicar neste espaço como diferentes termos serão usados. Utilizaremos a palavra *liberdade* como um termo *genérico*. Por genérico queremos dizer que não estamos pressupondo um conceito particular de liberdade, mas apenas utilizando-o como

um instrumento que irá *servir* ao propósito de concentrar diferentes propriedades de acordo com o contexto teórico em que estiver inserido. *Serve* para que possamos fazer o diálogo entre as variadas posições quanto a sua definição. Por todo este trabalho haverá algumas propostas sobre o que se deve considerar para atribuir a uma dada ação a qualidade da liberdade, ou seja, dizer que um sujeito agiu livremente. Assim sendo, o conceito é dinâmico e o leitor deverá estar atento a essas mudanças. A grande discussão (compatibilismo *versus* incompatibilismo) na qual está inserida essa pesquisa é, em última instância, uma discussão acerca do que se entende por liberdade.

Além da palavra *liberdade*, utilizaremos outras de modo intercambiável. O uso das expressões *vontade livre* (ou *livre vontade*), *ação livre* (ou *livre ação*) e suas variações não designam fenômenos diferentes necessariamente, como explicado no parágrafo anterior. Cabe aqui darmos um exemplo. Quando caracterizamos a liberdade compatibilista no capítulo 1, falamos em *livre ação* ou *livre agir* por uma questão de ênfase, já que o que conta como liberdade nessa perspectiva é como o sujeito age externamente. Porém, quando estivermos nos referindo ao trabalho de Robert Kane, uma *ação livre* pode ser entendida como uma *decisão* – perceba o contraste aqui por referir-se a um ato interno ao indivíduo –, um ato mental que leva a uma ação. A ênfase de Kane para a questão da liberdade está na vontade, porém a formação de uma vontade livre é uma ação livre. Esperamos ter ilustrado com isso que estaremos em constante exercício de definição.

Optamos por resguardar o termo *arbítrio* para o uso que Robert Kane¹ faz. Ele classifica alguns atos de autoformação da vontade como sendo exemplos de *libera arbitria voluntatis*. Esta expressão latina faz referência a termos medievais, em especial a Santo Agostinho, e pode ser traduzida como *livre arbítrio da vontade*. Caracteriza-se por unir as ideias de julgamento no sentido prático que leva a uma ação por uma vontade ou escolha livre. Não iremos desenvolver este tópico aqui, visto que nossa intenção se resume apenas a esclarecer o uso dos termos escolhidos. A explicação quanto a este ponto da teoria de Kane pode ser encontrada no terceiro capítulo deste trabalho.

2. Temática geral do trabalho

¹ KANE, Robert. *The Significance of Free Will*. New York: Oxford University Press, 1998, p. 22-23, 125, 145-146, 165.

Quando pensamos em liberdade parece que, mais do que uma simples liberdade de ação, nos importa também se somos livres para escolher como queremos ser. Nossa identidade, nosso caráter, nossa capacidade de mudança ou aprimoramento: com relação a isso queremos defender que somos livres para construir e não apenas nos sentirmos como um produto ou uma consequência.

De fato, intuitivamente acreditamos que temos poder de escolha e que nossos desejos e vontades são *nostros*. Quando agimos por compulsão, por exemplo, reconhecemos que somos privados da nossa liberdade e percebemos isso como um problema, algo fora do normal e que muitas vezes é passível de ajuda ou tratamento. Mesmo acreditando que “somos donos de nós mesmos” é impossível não reconhecer também que agentes externos, como o meio, e agentes biológicos, como a genética, influenciam no nosso modo de ser e, portanto, na nossa identidade. Entre diversos cientistas o debate entre a “prevalência” do meio ou da genética em determinadas situações é acirrado, excitante e longe de terminar. Os muitos avanços científicos principalmente desde o início do século XX não auxiliaram na solução dos nossos questionamentos, mas tornaram a discussão mais complexa e interessante. Em última instância, é no mínimo muito intrigante saber como o *eu* se dá na relação entre o que é, ou pode ser, resultado de determinações, influências do meio e da liberdade.

Na argumentação filosófica, as intuições, sejam quais forem, necessitam ser racionalizadas e fundamentadas dentro das regras da lógica. Não basta intuir algo. Para fazer parte de qualquer debate é necessário mostrar o caminho coerente que justifica a intuição e que pode, portanto, se aproximar da verdade. O que sabemos hoje sobre o ser humano através da ciência e das neurociências invade a filosofia e pode integrar e enriquecer velhas questões com novas ferramentas, novos conceitos, novas perspectivas sobre nós mesmos. Nesse sentido, veremos que o filósofo que escolhemos estudar de modo mais aprofundado, Robert Kane, está em sintonia com diversos conceitos científicos.

Podemos pensar o tema da liberdade sob as mais variadas perspectivas. Optamos aqui por investigar especificamente as diferenças envolvidas nos conceitos de liberdade compreendidos por duas correntes filosóficas: compatibilismo e incompatibilismo. O ponto de divergência dessas abordagens refere-se à compatibilidade ou não da liberdade com o determinismo. Todavia, esta dissonância não é algo que um simples avanço no raciocínio lógico poderia solucionar ou esclarecer. Tem, sim, muito mais a ver com compreensões distintas do que seja liberdade e, quanto a esse respeito, seus diferentes aspectos, qualificações, atribuições, etc. Os próprios avanços científicos, ao trazerem novos dados, reconfiguram o cenário, mas nem por isso tornam a discussão menos desafiadora. Pelo contrário.

Abordar a ideia de liberdade é também fazê-lo com relação a outros conceitos que estão intrinsecamente relacionados, seja de modo mais abrangente como ser humano, natureza e universo, seja de modo mais específico como responsabilidade, autonomia, autoimagem, originalidade, sentido nas nossas ações, relações interpessoais ou construção social. O alcance é imensurável. E, como discordar é essencialmente humano, as variadas concepções e prioridades presentes em todos esses itens se refletirão nas construções de diversos modelos de liberdade que, inevitavelmente apresentarão pontos de discordância indissolúveis.

Robert Kane é um autor que procura na ciência moderna um novo modo de defender um tipo de liberdade que não aceita o determinismo e tornou-se uma das mais destacadas vozes no cenário atual, reacendendo as discussões acerca do tema. Escolhemos buscar compreender de modo mais aprofundado o modelo teórico desenvolvido por ele. Este pensador situa-se no lado incompatibilista do debate principal, posicionando-se como um libertarista. O seu diálogo mais próximo com as ciências da natureza, bem como com as neurociências, é um detalhe que desperta nosso interesse em particular. Sua concepção de agente, por exemplo, é em última instância explicada em termos de funções mentais. Para explicar como decisões e formação de uma vontade livre ocorrem, Kane sugere um tipo muito particular de dinâmica cerebral e faz uso de conceitos como neurônios, redes neurais, teoria do caos, equilíbrio termodinâmico, etc.

Como podemos ver, Kane traz uma abordagem diferenciada. É assim que ele busca responder a uma das principais críticas feitas aos incompatibilistas, a saber, que a concepção de uma liberdade da vontade que seja incompatível com o determinismo não seria inteligível. Este é precisamente o cerne do problema: como dito no início, desejamos uma (alguma pelo menos!) liberdade que não seja determinada. Será que Robert Kane consegue defender esta tão desejada liberdade de modo satisfatório ou ao menos progredir nesse sentido? Consegue ele resguardar, de uma maneira coerente e melhor que outros, um espaço para a existência desta liberdade?

A obra principal que servirá a nossa análise é o livro *The Significance of Free Will*. Este livro de Robert Kane contém a estrutura da sua teoria e o desenvolvimento dos principais conceitos. Na primeira parte da sua obra, ele procura defender a incompatibilidade da liberdade com o determinismo e demonstrar a importância de uma teoria libertarista. Na segunda parte, apresenta uma abordagem positiva da sua teoria libertarista, buscando responder como sua liberdade pode ser inteligível e apresentar condições de existência. Grande parte do livro se dá com a apresentação de teses. Por essa razão, haverá em momentos do nosso trabalho citações que iniciem com a letra *T* seguida de um *número*. Isto indica a qual tese estamos nos referindo. Gostaríamos de observar também que fizemos todas as traduções e as reproduzimos em língua original nos rodapés para que possam ser consultadas.

3. Estrutura do trabalho

Nosso trabalho se divide em quatro partes. A primeira busca traçar as linhas gerais do grande debate entre compatibilismo e incompatibilismo. A intenção é apresentar os principais posicionamentos internos às correntes, situar o autor cuja visão decidimos explorar nesta pesquisa e iniciar uma análise do conceito de liberdade. Quanto a este último item, o fazemos partindo de um resgate da discussão clássica (que inclui filósofos como Hume, Hobbes e Bramhall), para posteriormente avançar no tempo e em direção a maior complexidade e proporção que a discussão contemporânea alcançará. Também buscamos expor alguns dos principais argumentos das duas vertentes. Ao tratar especificamente do incompatibilismo aprofundamos a análise, introduzindo o conceito de indeterminismo e, a partir dele, adentrando nas diferentes relações causais.

No segundo capítulo, nos concentramos em aprofundar duas importantes condições incompatibilistas trazendo diferentes autores para enriquecer o debate. Para a primeira condição, *possibilidades alternativas*, o fazemos principalmente através dos desafios impostos por Frankfurt, cujos cenários criativos e inteligentes reacenderam a discussão contemporânea, tornando-o um participante obrigatório. Apresentamos duas linhas de defesa dos incompatibilistas, chamadas *defesa dilema* e *estratégia da centelha de liberdade*, como sendo as principais estratégias de resposta aos exemplos frankfurtianos. Para ilustrar a segunda condição, *origem* ou *responsabilidade última*, utilizamos principalmente a contribuição de Derk Pereboom que constrói seu argumento incompatibilista em quatro casos. Retomamos o conceito de indeterminismo aprofundando nossa análise deste que é um dos pontos mais importantes para se compreender a problemática refletida na questão título deste trabalho. Buscamos expor com mais detalhes a polêmica deste aspecto das teorias incompatibilistas na tentativa de apresentar uma visão mais clara do problema. Neste ponto, já chamamos Robert Kane mais especificamente para a conversa e, introduzimos algumas de suas ideias num preparo para passagem ao capítulo três.

O terceiro capítulo se dedica à exposição mais analítica da teoria do nosso filósofo. O objetivo maior é compreender sua teoria de agência e, conseqüentemente, da mente humana. A investigação divide-se basicamente em duas partes: a importância da liberdade incompatibilista e a possibilidade da sua existência e inteligibilidade. Sua importância é observada sob aspectos que seriam valorizados pelo ser humano em geral, relacionados principalmente com as dimensões de autoria e originalidade. Quanto a questão acerca da possibilidade de existência e inteligibilidade, adentramos em conceitos-chave sustentadores da teoria de Kane e

demonstramos como eles se articulam para responder a essa indagação (que é comum a todo o partidário libertarista em especial). Conceitos como controle voluntário plural, ações autoformadoras, vontades autoformadoras, experimentação, rede (self-network) e julgamentos livres da vontade são exemplos que deverão ser explicitados neste capítulo. É reservado ainda um espaço para apresentar com algum detalhe as diferentes categorias de vontades autoformadoras.

O último capítulo procura colocar algumas das principais críticas em evidência. Em parte, recapitula objeções mais abrangentes direcionadas ao incompatibilismo. Em outros momentos, direciona essas críticas especificamente a teoria de Robert Kane. Apesar de algumas objeções já terem sido citadas anteriormente, aqui é dado um foco que destaca de modo sintético alguns argumentos, bem como indicativos de resposta do nosso filósofo. Outros apontamentos são inéditos neste trabalho e visam atualizar a discussão e aproximá-la mais ainda de Kane. Isto, acreditamos, contribui para uma maior compreensão das suas ideias. Ao final do capítulo quatro, expomos nossas considerações pessoais acerca das críticas apresentadas.

CAPÍTULO 1

Na história da filosofia, um dos temas mais debatidos é o da liberdade. Sob as muitas perspectivas que se pode pensar neste tema, duas delas serão analisadas mais amplamente neste trabalho: a sua relação com o determinismo e com a responsabilidade ética. Mais do que saber *se* somos e *como* somos livres, se faz importante compreender o que é necessário para sermos responsabilizados [eticamente] pelas nossas ações.

O determinismo a que nos referimos neste trabalho é do tipo causal². Se o determinismo é verdadeiro, então o passado, juntamente com as leis da natureza, causa um único futuro possível. Neste sentido, todos os eventos e todas as nossas escolhas e ações estariam sujeitas às condições determinantes. Isso significa que *tudo o que é não poderia não ser* (dado o passado e as leis da natureza). Há apenas um futuro diante de nós.

Da relação entre a liberdade e o determinismo, diferenciam-se duas posições fundamentais. De um lado, aqueles que acreditam na possibilidade de existência da liberdade apesar do determinismo, ou seja, mesmo em um mundo determinista poderia haver liberdade. De outro lado, aqueles que advogam que liberdade e determinismo não podem coexistir, sendo excludentes. Os primeiros são chamados de compatibilistas e, os últimos, de incompatibilistas, referindo-se à compatibilidade entre liberdade e determinismo.³

Argumentar a favor ou não da possibilidade acima citada ainda *não é* tomar uma posição específica sobre a realidade. Por exemplo, ser um incompatibilista não implica crer que haja liberdade. Tampouco um compatibilista deve crer necessariamente que o mundo é determinado e que há liberdade. O posicionamento acerca da questão central é em termos condicionais: caso o determinismo seja verdadeiro, deve-se pensar se pode haver condições para que também exista liberdade ou se a existência do determinismo torna isso impossível. Estando claro este ponto, prosseguimos qualificando as principais posições e identificando aquela à qual pertence o filósofo foco deste estudo, Robert Kane.

Determinista Fraco é como chamamos aquele que sustenta que o determinismo é verdadeiro e que nós temos liberdade⁴. Determinista Forte é aquele que, de maneira

² Para mais informações sobre a formulação desta tese do determinismo e outros conceitos envolvidos consultar VAN INWAGEN, Peter. *An Essay on Free Will*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

³ Para uma introdução geral ao problema da compatibilidade entre determinismo e liberdade, bem como ao posicionamento de algumas das grandes teorias com relação ao problema, ver KANE, Robert. *A Contemporary Introduction to Free Will*. New York: Oxford University Press, 2005.

⁴ Este é apenas um dos posicionamentos possíveis dentro da ótica compatibilista. Todavia, é o tipo que mais tem se destacado nas discussões filosóficas e é o único que vamos citar aqui. Entre os filósofos que se encontram neste grupo estão: Hobbes, Hume, P. F. Strawson, Daniel Dennet e Harry Frankfurt, por exemplo.

incompatibilista, acredita na existência do determinismo e, portanto, na ausência da liberdade. O Incompatibilista Forte crê que, independentemente da existência do determinismo e/ou do indeterminismo, não temos liberdade. Por fim, o Libertarista é aquele que está em uma posição incompatibilista e que crê que temos liberdade. Dentro desta última classificação é que se encontra Robert Kane.

Seguimos expondo de maneira geral as duas concepções básicas (compatibilismo e incompatibilismo) e suas respectivas intuições.

1.1 Compatibilismo

O compatibilismo coloca em questão se realmente o determinismo conflita com a liberdade e argumenta a favor da possibilidade de coexistência entre os dois. O conceito de liberdade aqui significa (1) ter o poder ou habilidade de se fazer o que se deseja e (2) não haver coação ou empecilho para tal (KANE, 2005, capítulo 2). Esta é a visão clássica de liberdade segundo o compatibilismo. Não importa de onde veio a vontade ou o desejo da pessoa em questão, mas apenas as duas condições citadas para se dizer se uma pessoa agiu livremente ou não: “liberdade do tipo pertinente para avaliação moral não é nada mais do que a capacidade do agente de fazer o que deseja na ausência de impedimentos que de outra forma ficariam em seu caminho”⁵.

No compatibilismo clássico, a ideia de empecilho à liberdade era vista essencialmente como de origem externa. Ao falarmos de compatibilismos clássico, estamos nos referindo à modernidade, no momento em que essa discussão sobre a relação entre determinismo e liberdade evoluiu de maneira significativa nos debates, abrangendo diferentes perspectivas entre os pensadores da época e tensionando com abordagens religiosas do ser humano. Podemos destacar, por exemplo, David Hume e Thomas Hobbes. Hume⁶ afirma que “por liberdade (...) só nos é possível entender um poder de agir ou não agir, de acordo com as determinações da vontade; isto é, se escolhermos ficar parados, podemos ficar assim, e se escolhermos nos mover,

Para mais informações sobre a visão compatibilista em geral e algumas de suas teorias ver: MCKENNA, Michael; COATES, D. Justin. Compatibilism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/compatibilism/>> 2015.

⁵ “freedom of the sort pertinent to moral evaluation is nothing more than an agent’s ability to do what she wishes in the absence of impediments that would otherwise stand in her way” (MCKENNA; COATES, 2015)

⁶ HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. São Paulo: UNESP, 2004. p. 136-137.

também podemos fazê-lo'', e que essa liberdade pertence reconhecidamente a ''todo aquele que não esteja preso ou acorrentado''. Além disso, não passa de uma impressão esse sentimento de que nossa vontade não está submetida a nada, tanto que se alguém conhecesse toda a nossa circunstância poderia imediatamente prever nossas ações.

Thomas Hobbes desenvolveu uma linha argumentativa que até hoje desafia aspectos da concepção libertarista de liberdade. Em um extenso debate de ideias com o bispo John Bramhall em meados do século dezessete, Hobbes expõe em detalhes a relação entre determinismo e livre vontade, especialmente no seu tratado *Of Liberty and Necessity*⁷. Todas as ações que seguem a vontade são livres, porquanto liberdade é caracterizada como ausência de impedimentos que não estejam na natureza intrínseca do agente. Um dos exemplos dados é o do rio, que é livre para seguir seu curso, embora a água não possa mudar seu sentido ou ignorar as margens⁸.

Sua concepção materialista casa perfeitamente com a ideia de causa, e sendo assim, tudo tem necessariamente uma causa, incluindo a própria vontade. Nada dá origem a si mesmo, mas tem a origem em algo anterior. As ações são causadas pela vontade, e esta é causada por algo externo a ela, em uma relação obrigatória de necessidade. Como toda a causa necessariamente produz seu efeito, seria contraditório e incoerente pensar que, em havendo todas as condições suficientes para um certo evento, este simplesmente não ocorresse (para Hobbes não há distinção entre causa suficiente e necessária, mas todas as causas são vistas como necessárias no sentido que devem levar à realização de seu efeito – como logicamente é necessário o conseqüente se seguir do antecedente).⁹

No desenrolar do debate, é levantada a questão sobre se o conceito de liberdade não deveria incluir a possibilidade de o sujeito escolher outro curso de ação. Para os compatibilistas, este ponto é abarcado pelas duas condições anteriormente mencionadas: um indivíduo é livre para agir de outra forma se possui poder ou habilidade para tal e se ao mesmo tempo não ocorra coerção ou impedimento para que realize sua vontade. Porém, esta resposta não capta o real espírito da pergunta que aponta não para a ação propriamente, mas para a existência de reais

⁷ Este texto pode ser encontrado em: HOBBS, T; BRAMHALL, J; CHAPPELL, VC. Hobbes and Bramhall on Liberty and Necessity. Cambridge, U.K. : Cambridge University Press, 1999. (Cambridge Texts in the History of Philosophy).

⁸ HOBBS, T; BRAMHALL, J; CHAPPELL, VC. Hobbes and Bramhall on Liberty and Necessity. Cambridge, U.K. : Cambridge University Press, 1999. (Cambridge Texts in the History of Philosophy).

⁹ Este é precisamente o ponto em que a posição libertarista encontra mais dificuldade. Como veremos em diferentes momentos deste trabalho, a ideia de uma liberdade [da vontade] não determinada por uma causa exterior não é nada fácil de ser defendida ou explicada satisfatoriamente, apelando-se para as mais diversas explicações sobre como a vontade poderia determinar-se a si mesma fora da cadeia causal natural ou buscando-se um meio de acomodar o indeterminismo de modo inteligível e coerente. Apenas liberdade condicionada faz sentido, e esta intuição de que tudo possui uma causa é uma das bases deste pensamento.

alternativas para o sujeito. No sentido de que este sujeito possa fazer escolhas diferentes sob as mesmas circunstâncias, de que sua vontade pudesse ter outra orientação. A liberdade da vontade não deveria se resumir apenas ao nível da ação, mas antes tratar da possibilidade de escolha.¹⁰

O modo como esta questão é respondida por muitos compatibilistas apela a um condicional (KANE, 2005, capítulo 2): o sujeito poderia ter agido diferente caso as circunstâncias tivessem sido diferentes (inclui-se aqui o processo deliberativo) ou, caso desejasse diferentemente, poderia então ter buscado outro curso de ação. Essa abordagem não satisfaz o desafio posto pela questão. A análise condicional se mostra falha (MCKENNA; COATES, 2015) na tentativa de provar que há possibilidades alternativas em aberto mesmo na presença do determinismo. Outros desafios como, por exemplo, obstáculos à liberdade da vontade provenientes do estado mental do sujeito, surgem trazendo dificuldades ao modo clássico de tratar certos argumentos incompatibilistas e, assim, demonstram sua insuficiência e necessidade de refinamento.

A abordagem compatibilista avança no debate contemporâneo principalmente através das contribuições de Carl Ginet, Harry Frankfurt e P. F. Strawson no século vinte (MCKENNA; COATES, 2015). A partir daí várias formas de compatibilismo emergem revigorando e ampliando as discussões. Veremos ao longo do trabalho como alguns dos principais argumentos interagem no diálogo atual com posições incompatibilistas de liberdade da vontade.

Nesta breve exposição, vimos que o determinismo não entra em conflito com a liberdade do agente segundo a concepção compatibilista. O conceito de liberdade que vigora é o de livre agir. Não importa se a vontade é determinada de alguma forma, mas apenas o seu exercício. Para os compatibilistas essa é a maneira que se deve compreender vontade livre. O sentido reivindicado pelos defensores do incompatibilismo, ou seja, um sentido mais profundo que implica liberdade da vontade com a presença de certo controle sobre ela, por parte do agente, seria incompatível com o determinismo. Todavia, tal conceito como veremos mais adiante é acusado por inúmeros filósofos de ser incoerente e impraticável, assim como qualquer outra ideia de liberdade que requeira indeterminismo. Este ponto é referido por Robert Kane como

¹⁰ Essa discussão envolve duas abordagens acerca do que se entende por ação livre: uma considera que agir livremente é basicamente agir conforme a vontade e não possuir impedimentos externos para que esta ação ocorra; outra considera que a vontade em si também deve ser levada em conta: o sujeito somente tem autonomia, por exemplo, se puder de alguma forma determinar sua vontade. Apenas obedecê-la seria comparável a uma parte do corpo atendendo ao comando do cérebro. Estes dois níveis de tratamento da ideia de liberdade são evidenciados no diálogo entre Hobbes e Bramhall (HOBBS, T; BRAMHALL, J; CHAPPELL, VC. 1999), frequentemente citado na literatura acerca da questão da compatibilidade. Outras diferenciações (acerca dessas duas formas de tratamento da ação livre) presentes em modelos teóricos contemporâneos são expostas em WATSON, Gary. Free action and free will. In *Mind*, April 1987, Vol.96(382), pp.145-172.

sendo a *questão da inteligibilidade*, a qual é formulada da seguinte maneira: ‘Podemos dar sentido a uma liberdade ou vontade livre que é incompatível com o determinismo? É uma tal liberdade coerente ou inteligível? Ou, como muitos críticos alegam, é essencialmente misteriosa e ao final obscura?’¹¹.

1.2 Incompatibilismo

Vimos anteriormente que o conceito compatibilista de liberdade observa a relação entre a vontade do sujeito e sua ação. Por exemplo, se alguém deseja tomar um sorvete e assim o faz, então, esta pessoa está exercendo sua liberdade. Ao passo que, se em outro cenário, ela não pudesse fazê-lo porque alguém a estivesse impedindo (mantendo-na presa em um cômodo, por exemplo), então ela não estaria sendo livre. Compreendendo liberdade dessa maneira, realmente não há conflito com o determinismo, uma vez que a origem das vontades do sujeito não está em questão¹².

Incompatibilistas por outro lado se interessam justamente pela relação do indivíduo com sua vontade. De que adianta poder fazer aquilo o que se deseja, se não se é capaz de decidir sobre os próprios desejos ou modificá-los? Alguém que apenas obedecesse a suas vontades seria como um escravo, sem liberdade real (ou pelo menos aquela que importa). Pior que isso: considerando que as nossas ações são guiadas pelas nossas vontades, então uma ação que não viesse de uma vontade livre também não poderia ser considerada livre e, assim, como ficaria a responsabilização do sujeito? Poderíamos mesmo culpar um sujeito por suas ações se elas fossem fruto de vontades sob as quais ele não possui nenhum controle e, portanto, nenhuma responsabilidade?¹³ Como vemos, para os incompatibilistas, o conceito compatibilista de liberdade é raso, permanecendo na superfície do problema. Robert Kane diz:

[...] essas liberdades são o que você poderia chamar de liberdades superficiais. O que queremos dizer com vontade livre é mais profundo do que essas liberdades comuns.. [...] Nós estaríamos livres para agir ou para escolher o que quiséssemos,

¹¹ ‘‘Can we make sense of a freedom or free will that is incompatible with determinism? Is such a freedom coherent or intelligible? Or is it, as many critics claim, essentially mysterious and terminally obscure?’’ (KANE, Robert. *The Significance of Free Will*. New York: Oxford University Press, 1998. p. 13)

¹² Estamos considerando uma situação ‘‘normal’’, ou seja, em que não há compulsão, por exemplo.

¹³ O incompatibilismo pode ser do tipo amplo e sustentar que a liberdade assim como a responsabilidade moral são incompatíveis com o determinismo. Ou ser do tipo estreito e conceber a possibilidade deste não ser incompatível com a responsabilidade moral (CLARKE, Randolph. *Libertarian Accounts of Free Will*. Oxford University Press, 2003, Capítulo 1).

mas não teríamos o poder final sobre aquilo o que desejamos. [...] possuir vontade livre é sobre pertencer-se a si mesmo.¹⁴

Esta perspectiva do conceito de liberdade não se contentará com a ideia da mesma apenas como livre agir e por isso entenderá que o determinismo ameaça a liberdade. Quando se aceita o determinismo, se aceita que *os fatos do passado, em conjunto com as leis da natureza, acarretam toda a verdade sobre o futuro*. Em outras palavras, se o determinismo é verdadeiro, então, somando o passado e às leis da natureza, apenas um futuro é possível. Soa estranho que se possa responsabilizar uma pessoa por seus atos se não havia uma real alternativa possível para sua ação, a qual eventos até mesmo anteriores ao seu nascimento já eram causa suficiente para sua ocorrência.

O posicionamento incompatibilista da questão parte do princípio de que liberdade e determinismo não podem coexistir. Este conflita com a liberdade principalmente de duas maneiras. A primeira é tornando impossível a existência de um futuro em aberto¹⁵. Imagine, por exemplo, que você está deliberando sobre onde passar suas férias ou sobre que rumo dar à sua vida profissional. Digamos que haja ao menos duas boas opções de escolha entre as quais você se vê deliberando. Em momentos como esses, seria natural supor que tais opções *são reais*, ou seja, que há ao menos dois futuros possíveis à sua frente. Se não fosse assim, não haveria sentido em ponderar sobre o assunto! Do mesmo modo, quando pensamos que deveríamos ter agido ou escolhido diferentemente, estamos pressupondo que havia outra possibilidade em aberto ao nosso alcance. Todavia, se o determinismo é verdadeiro, não existem alternativas. A única coisa que poderia ter acontecido foi a que aconteceu.

A segunda maneira é localizando a causa de nossas escolhas e ações além de nós¹⁶. Tudo aquilo o que acontece está além de nós e fora do nosso controle, pois é determinado por outros fatores. Ao contrário do que possa parecer (pois sentimos que fazemos escolhas, assim como

¹⁴ "(...)these freedoms are what you might call surface freedoms. What we mean by free will runs deeper than these ordinary freedoms. (...) We would be free to act or to choose what we willed, but we would not have the ultimate power over what is that we willed. (...) having free will is about being your own person." (KANE, Robert. *A Contemporary Introduction to Free Will*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 2)

¹⁵ Há uma grande literatura sobre a ideia de possibilidades alternativas (que são necessárias para a realidade de um futuro em aberto). Algumas opções são: KANE, 2005, 1998; HOBBS, T; BRAMHALL, J; CHAPPELL, VC.,1999; VAN INWAGEN, 1983; PEREBOOM, Derk. *Living Without Free Will*. Cambridge University Press (virtual publishing), 2003; TIMPE, Kevin. *Free will: sourcehood and its alternatives*. Continuum Publishing Corporation, 2008.

¹⁶ Esta é a ideia de se traçar a origem das nossas ações ou vontades. Muitos concordam com Robert Kane que a origem causal deve se dar no sujeito para que este possa ser considerado livre ou até mesmo responsável. Em Kane este conceito é sintetizado na condição de *responsabilidade última*. Ver: KANE, 1998; TIMPE, 2008; MCKENNA, Michael. *Ultimacy and Sweet Jane*. In *Essays on Free Will and Moral Responsibility*, edited by Nick Trakakais and Daniel Cohen (Cambridge Schoalrs Series, 2008), pp.186-208.

sentimos que somos autores daquilo o que decidimos fazer) somos apenas como engrenagens, onde somos determinados por algo que nos antecede.

Seguindo a linha de pensamento, que sugere que um sujeito livre deve poder escolher um curso de ação dentre outros disponíveis, entende-se que o determinismo pode consistir em uma ameaça a vontade livre por excluir alternativas de ação. Este pensamento compõe o *Clássico Argumento Incompatibilista* que assemelha possibilidades alternativas disponíveis ao sujeito ao *jardim de caminhos que se bifurcam* (KANE, 2005): em muitos pontos da vida somos levados a um caminho com mais de uma ramificação. O agente deve poder então escolher entre um desses caminhos. Porém, se há determinismo, então apenas um caminho é possível. Uma versão simplificada desse argumento é a seguinte¹⁷:

1. Se uma pessoa age por sua livre vontade, então ela poderia ter agido de outra maneira. (A-C)
2. Se o determinismo é verdadeiro, ninguém pode agir de modo diferente do que realmente age. (D-E)
3. Então, se o determinismo é verdadeiro, ninguém age por sua livre vontade. (F)¹⁸¹⁹

Esta estrutura vertical nos permite ver com mais clareza onde reside um dos conflitos da liberdade com o determinismo, segundo a visão incompatibilista. A conclusão (designada pelo número 3 acima) se segue das duas premissas anteriores. Em termos gerais, aqueles que discordam da conclusão do argumento irão atacar uma de suas premissas: a primeira, afirmando que para uma pessoa agir livremente não é necessário que possua opções de ação; a segunda, defendendo que o determinismo não exclui alternativas de ação. Os ataques se dão basicamente de duas formas: apresentando diferentes interpretações²⁰ de uma premissa (uma interpretação condicional, por exemplo) ou de seus termos (como o conceito de *agir livremente* ou de *agir de outra maneira*) e apresentando cenários²¹ em que buscam demonstrar como alguém que não possui alternativas de ação pode agir livremente, por exemplo.

A intuição presente no argumento apresentado acima foi reestruturada (KANE, 2005; MCKENNA; COATES, 2015) principalmente por Carl Ginet e Peter van Inwagen, no século

¹⁷ MCKENNA; COATES, 2015.

¹⁸ "1. If a person acts of her own free will, then she could have done otherwise (A-C).

2. If determinism is true, no one can do otherwise than one actually does (D-E).

3. Therefore, if determinism is true, no one acts of her own free will (F)."

¹⁹ As letras em maiúsculo referem-se às considerações da versão mais extensa do argumento. As premissas 1 e 2 desta versão simplificada unificam respectivamente as premissas A, B, C, e D, E da outra versão.

²⁰ Como vimos brevemente na seção anterior deste trabalho.

²¹ Os cenários aos quais nos referimos aqui seguem o modelo daqueles propostos por Harry Frankfurt. Posteriormente explicitaremos mais este ponto a partir da análise de exemplos.

XX, originando o famoso *Argumento da Consequência*. Este é um dos argumentos mais conhecidos para defender a incompatibilidade entre liberdade e determinismo. Abaixo segue uma de suas versões²²:

Se o determinismo é verdadeiro, então nossos atos são as consequências das leis da natureza e dos eventos no passado remoto. Mas não depende de nós o que ocorreu antes do nosso nascimento, e tampouco as leis da natureza. Logo, as consequências dessas coisas (incluindo nossos atos presentes) não dependem de nós.²³

Este argumento concentra a principal razão incompatibilista para afirmar que em um mundo no qual sejamos livres não podemos ser ao mesmo tempo determinados. Percebe-se claramente na leitura do argumento que tudo aquilo o que fazemos (mesmo que em condições nas quais um compatibilista poderia julgar como adequadas para se exercer a liberdade) em um mundo determinado não pode ser atribuído a nós. Nossas ações seriam apenas consequências de fatores externos e anteriores. Não há alternativas possíveis, pois não possuímos o poder ou controle necessário para tal. Aquilo que se apresentou a nós como escolha nada mais é do que a única coisa que poderia ter sido, o único caminho que poderia ser tomado. A causa de tudo é externa e, além de impossibilitar um futuro em aberto em que reais opções de ação se apresentem, também parece mover a autoria das ações para fatores que não dependem de quem age.

Este último ponto nos leva a outra via²⁴ importante (já mencionada anteriormente) pela qual se pode afirmar que o determinismo é uma ameaça a liberdade: a importância de o agente

²² VAN INWAGEN, Peter. *An Essay on Free Will*. Oxford: Clarendon Press, 1983, p. 16.

²³ "If determinism is true, then our acts are the consequences of the laws of nature and events in the remote past. But it is not up to us what went on before we were born, and neither is it up to us what the laws of nature are. Therefore the consequences of these things (including our present acts) are not up to us."

²⁴ Existem duas abordagens principais quanto à natureza das ações livres (TIMPE, 2008, capítulo 1). Uma delas considera que é fundamental que o agente seja capaz de agir diferentemente para que sua ação seja considerada livre. Ou seja, é necessário haver reais alternativas possíveis disponíveis. Aqueles que seguem esta abordagem são chamados de incompatibilistas *leeway*. Por não encontrarmos uma tradução deste termo que nos satisfizesse, decidimos manter a palavra em inglês e apenas explicar como a compreendemos. Seu significado pode ser entendido como indicando a presença de um espaço de ação, uma folga ou uma margem de manobra. As ações não estão determinadas, da mesma forma como um barco que não tem sua rota fixada. A segunda abordagem se concentra no fato de o agente ser a origem de sua ação de um modo particular que o determinismo impediria. Aqueles que pensam em ações livres nessas condições podem ser chamados de incompatibilistas da origem. Os dois tipos de incompatibilismo concordam que o determinismo causal impossibilita que um agente seja livre. Todavia, o foco daquilo que estaria em conflito com o determinismo e que seria um requisito necessário para que houvesse ações livres difere em cada uma das abordagens incompatibilistas. A respeito do nosso filósofo, Robert Kane, nós consideramos que ele não pode ser classificado em nenhuma das duas categorias apresentadas. A teoria de Kane considera necessárias as duas condições (alternativas possíveis e origem) para que haja liberdade, apresentando, portanto, as duas abordagens.

ser a *fonte* de suas ações. Se o determinismo existe, então o passado juntamente com as leis da natureza são condições suficientes para causar as ações de um dado agente. Ou seja, a real fonte da cadeia causal não se encontra no sujeito e, sendo assim, a pessoa não age de modo a exercer sua vontade livremente. Este modelo de argumentação é chamado de *Argumento Incompatibilista da Origem* e é expresso de forma simplificada a seguir:

1. Uma pessoa age por sua livre vontade apenas se ela for fonte última dos seus atos.
2. Se o determinismo é verdadeiro, ninguém é fonte última de suas ações.
3. Portanto, se o determinismo é verdadeiro, ninguém possui vontade livre.²⁵

Segundo essa abordagem, independentemente de haver alternativas possíveis ao atual curso de ação do indivíduo ou não, o que se torna relevante é o fato de podermos encontrar no próprio sujeito a origem de suas ações. No caso de o determinismo ser verdadeiro, a explicação ou causa última das ações do sujeito não estaria nele, mas sim em outros fatores (o passado em conjunção com as leis da natureza). Esses outros fatores seriam causa suficiente para todas as ações produzidas pelo agente, e ele seria apenas uma fonte intermediária das próprias atitudes. Para o agente ser a fonte última de suas ações, ele deve prover alguma condição necessária para que a ação ocorra e tal condição não pode estar em outro lugar que não nele próprio.

1.2.1 Indeterminismo I

Uma vez que o incompatibilismo nega a possibilidade de a liberdade coexistir com o determinismo, a alternativa que resta (caso se queira afirmar a liberdade²⁶) é negar o determinismo. Em outras palavras, se a liberdade for verdadeira, então de alguma maneira o indeterminismo deve estar presente. Trazer o indeterminismo para a realidade é dizer que, sob as mesmas circunstâncias, diferentes cursos de ação estão disponíveis para o sujeito:

*Condição Indeterminista: O agente deve ser capaz de agir e agir de outra forma (escolher diferentes futuros possíveis), sob as mesmas circunstâncias passadas e leis da natureza.*²⁷

²⁵ "1. A person acts of her on free will only if she is its ultimate source. 2. If determinism is true, no one is the ultimate source of her actions. 3. Therefore, if determinism is true, no one has free will." (MCKENNA; COATES, 2015)

²⁶ O libertarismo (o qual afirma a liberdade e nega o determinismo) é o posicionamento incompatibilista central deste trabalho.

²⁷ "The Indeterminist Condition: the agent should be able to act and act otherwise (choose different possible futures), given the same past circumstances and laws of nature." (KANE, 2005, p. 38)

As leis da natureza e o passado não definem mais uma linha única para o futuro, pois o determinismo causal deixa de existir, estando o sujeito apto a tomar decisões diferentes nas mesmas circunstâncias. Esta ideia reflete uma intuição muito presente no senso comum de que uma pessoa agiu livremente de uma maneira *x* porque poderia (era livre para ou estava a sua disposição) ter agido de uma maneira *y* ou simplesmente *não ter feito x*. Naquele momento ela fez *x* porque queria, mas poderia (estava em seu poder ou alcance) ter decidido agir de outro modo. Para muitos incompatibilistas esta é uma condição sem a qual a liberdade não pode existir.

No determinismo causal tudo o que ocorre assim se dá devido ao passado e às leis físicas²⁸. Dessa maneira, aquilo que ao sujeito se apresenta no dia a dia como opção ou escolha, não passa de ilusão. Em um mundo causalmente determinado não há opções reais porque a causa dos atos humanos está nas suas circunstâncias. O sujeito como ele é (seu estado mental, suas vontades, seu caráter) foi determinado por fatores anteriores mesmo ao seu nascimento e certamente anteriores a qualquer “escolha” que se apresente. Não há como “escapar” disso, não há como “fugir” desta cadeia causal. Deste modo, em um mundo em que há determinismo, não há escolhas reais porque não seria possível para o indivíduo agir diferentemente: ele age de acordo com a sua vontade (sobre a qual não possui controle) e esta não veio dele, mas foi causada por fatores externos.

Conforme temos buscado enfatizar, em diversas partes deste trabalho, compatibilistas e incompatibilistas formulam diferentes conceitos de liberdade concomitante ao fato de que discordam sobre as exigências necessárias para se conceder este status a um agente. Esta observação é vital para que se compreenda os diversos posicionamentos acerca da questão da compatibilidade a qual procuramos esclarecer neste capítulo. Por esta razão, retomaremos alguns pontos enquanto avançamos em nossa análise.

No compatibilismo agir conforme a vontade e sem coação já atenderia suficientemente aos critérios para se considerar que alguém agiu livremente. Deterministas fracos assumem a verdade do determinismo e da liberdade, por exemplo. Assim, este modelo não entra em choque com a possibilidade de um mundo determinista, pois um ato pode ser livre e determinado. Esta é uma versão simples de liberdade, que pode ser observada nos atos mais corriqueiros como escolher o que se servir em um *buffet* e a qual filme assistir no cinema.

²⁸ Consideramos que leis físicas e leis da natureza tem o mesmo significado.

Incompatibilistas²⁹, por outro lado, não consideram tais critérios suficientemente relevantes. Agir segundo a vontade não basta, é preciso que o sujeito possua alguma responsabilidade por suas vontades e por ser como é. Ele deve fazer parte do processo que o define, não sendo apenas fruto das circunstâncias. Quando decide o que fazer, o indivíduo deve ter um papel causal na formação dessa intenção. Parece necessário também que o sujeito tenha a real capacidade de escolher diferentemente e isso significa ter a possibilidade de agir sobre sua própria vontade. Para Kane (1998), por exemplo, alguém é livre se tem o poder ou capacidade de ser em última instância criador e sustentador de seus próprios fins e propósitos, ser “dono da sua própria vontade”. Em alguns casos, os critérios incompatibilistas implicam ter um futuro em aberto que não depende por inteiro das circunstâncias; em outros, que a origem última se encontre no sujeito. Em outros, ainda, os dois.

No sentido exposto no parágrafo anterior, somente estaríamos autorizados a dizer que alguém realmente *poderia ter agido diferentemente do que agiu*, se o significado desta afirmação não fosse condicional (*poderia ter agido diferentemente se houvesse desejado diferentemente ou se as circunstâncias fossem outras*), mas real. Para um determinista fraco, o sujeito poderia ter escolhido outro filme ou ter ido a outro restaurante *se* assim o tivesse desejado e *se* assim tivesse os meios para tal. Porém, se voltasse no tempo ao instante em que havia tomado essas decisões, como as circunstâncias seriam exatamente as mesmas, ele não faria opções diferentes das que fez. Este é um exemplo de como alguém poderia ter agido diferentemente no sentido condicional de que falamos.

Um incompatibilista não aceitaria a interpretação acima. De acordo com esta visão, entende-se que o indivíduo livre poderia ter agido ou escolhido de outro modo somente se havia outra possibilidade em aberto para ele no momento da escolha *dadas as mesmas circunstâncias*. Ou seja, se voltasse no tempo até o momento em que o sujeito tomou suas decisões, mesmo que as circunstâncias fossem as mesmas, ele poderia ter escolhido diferentemente neste caso. Resumidamente, a incompatibilidade com o determinismo pode ser vista então de duas maneiras: (1) um indivíduo livre deve poder escolher diferentemente sob as mesmas circunstâncias, o que não é possível caso o determinismo seja verdadeiro visto que este implica em um único futuro, resultado das circunstâncias em que o sujeito se encontra; (2) um indivíduo livre deve ser capaz de originar suas ações de maneira a possuir certa autonomia sobre si mesmo e suas vontades. Ele deve ter um papel necessário na causa das suas ações. Porém, se o

²⁹ Aqui não nos referimos a nenhum tipo particular de incompatibilismo, tampouco estamos generalizando que todos compartilham cada ponto trazido. A ideia é apenas salientar alguns contrastes entre compatibilistas e incompatibilistas.

determinismo é verdadeiro, o indivíduo está sujeito à cadeia causal que origina suas vontades, desejos, caráter, etc. E que, em última instância, o levam a agir desta ou daquela maneira necessariamente.

Os libertaristas, além de demonstrar a incompatibilidade da liberdade e do determinismo, precisam mostrar como a liberdade que almejam é realmente viável.³⁰ Em outras palavras, necessitam explicar como ela é inteligível para que enfim se possa considerar sua existência. Enfrentam o chamado dilema libertarista: “se a liberdade não é compatível com o determinismo, também não parece ser compatível com o *indeterminismo*.”³¹ Um dos grandes desafios é responder a acusação de que o indeterminismo retira qualquer possibilidade de se atribuir controle ou responsabilidade ao agente.

Dentre as muitas razões pelas quais o indeterminismo apresenta dificuldades em tornar a liberdade incompatibilista coerente podemos destacar (KANE, 2005) que eventos que são indeterminados parecem ocorrer por sorte e não sob o controle de alguém (minando a ideia de responsabilidade). Muitas críticas que seguem esta linha são conhecidas pela mesma denominação geral, a saber, *objeção da sorte*. O núcleo comum destas críticas é alegar que:

o fracasso de uma escolha, volição, ação, etc. em ser determinado por eventos e/ou estados anteriores significa que a escolha, volição ou ação resultante é de alguma forma inexplicável, aleatória ou simplesmente o resultado da sorte. Na medida em que é difícil ver como uma escolha inexplicável, aleatória ou meramente fruto da sorte poderia estar sob o controle do agente em questão, a Objeção da Sorte conclui que o indeterminismo exigido pelas visões incompatibilistas mina a liberdade.³²

Um cenário típico para analisar a problemática do indeterminismo provém da afirmação de que um indivíduo realmente livre deveria ter alternativas de ação, ou seja, ser capaz de decidir diferentemente sob as mesmas circunstâncias. Imaginemos, pois, que um sujeito *S* toma a decisão de agir de um modo *x* em um tempo *t*. Se o determinismo fosse verdadeiro e pudessemos voltar no tempo, poderíamos retornar infinitas vezes ao tempo *t* e teríamos como

³⁰ Robert Kane (1998; 2005) expressa esta necessidade utilizando uma metáfora: libertaristas devem subir ao topo de uma montanha (a *montanha incompatibilista*) e depois descer pelo outro lado. Subir a montanha representa demonstrar a incompatibilidade da liberdade e do determinismo. Descer a montanha é demonstrar a compatibilidade da liberdade e do indeterminismo.

³¹ “if free will is not compatible with determinism, it does not seem to be compatible with *indeterminism* either.” (KANE, 2005, p. 33)

³² “the failure of a choice, volition, action, etc. to be determined by previous events and/or states means that the resulting choice, volition, action is somehow inexplicable or random or merely the result of luck. Insofar as it is hard to see how an inexplicable or random or merely lucky choice could be under the control of the agent in question, the Luck Objection concludes that the indeterminism required by incompatibilist views would undermine free will.” (TIMPE, 2008, p. 96)

resultado a decisão de agir por x em 100% das vezes. Isto porque o passado e as leis da natureza em conjunto determinam todos os acontecimentos. Ou seja, dada a mesma circunstância, o mesmo futuro (resultado da decisão do agente neste caso) se reproduzirá.

No caso de o determinismo ser falso, cada vez que retornássemos ao tempo t poderíamos ter o resultado x ou não. Ou seja, mesmo que se reproduza a mesma situação, com o mesmo sujeito S e seu devido estado mental, o indeterminismo tornaria possível resultados diferentes. Seria impossível de prever o que ocorreria. No máximo se poderia pensar em termos de probabilidades.

O ponto crítico é explicar o que torna a decisão do sujeito diferente no caso de voltarmos ao tempo t e x não ocorrer. Se o simples acréscimo do indeterminismo à equação causou a diferença, aparentemente a escolha do sujeito em fazer ou não x é resultado de um processo aleatório e que a princípio em nada parece estar relacionado ao sujeito. Se a decisão não está sob o controle do agente, como este poderia ser livre para decidir ou até mesmo ser responsável por suas escolhas? Ou, vendo por outro ângulo, se a decisão do agente é racional, como explicar (tornar inteligível e coerente) que as razões que o levaram a decidir por x em t também podem não o levar a decidir por x em t ?

Desenvolveremos melhor este tópico em outros momentos do trabalho. Aqui nossa intenção é apenas caracterizar a introdução do indeterminismo na versão incompatibilista de liberdade e dar o tom a um dos grandes desafios enfrentados pelo libertarismo, que é o de responder a críticas relacionadas ao indeterminismo e a sorte. Com isso em mente, passamos para o próximo tópico, apresentando as diferentes abordagens causais na presença do indeterminismo.

1.2.2 Tipos de Causa

Dentro do incompatibilismo, o libertarismo é aquela corrente que defende que somos livres e que o determinismo é falso. Ao se retirar o determinismo da equação, o que resta é a sua negação ou o indeterminismo.³³ Como a preocupação é que o sujeito não seja causalmente

³³ Fizemos questão de aproveitar o momento para fazer a distinção entre *não determinado* e *indeterminado*. Na língua inglesa há dois termos distintos (inclusive utilizados por Robert Kane) e sobre os quais gostaríamos de fazer esta observação. As palavras *undetermined* e *indeterminate* são frequentemente traduzidas para a língua portuguesa como *indeterminado*. Todavia, apesar da semelhança que possam ter e da tradução ser idêntica, esses termos podem apontar sentidos distintos. Por exemplo, no caso de não ser possível determinar a causa da morte de uma pessoa com todas as informações disponíveis, utilizaríamos o termo *indeterminate*, pois não é possível se saber a causa. Já no caso de estarmos planejando uma viagem e ainda não termos estabelecido os dias de ida e volta, utilizaríamos o termo *undetermined*, uma vez que queremos dizer apenas

determinado, a ausência de determinação está diretamente vinculada à questão causal. Consequentemente, diferenciações em relação ao modo de como o indeterminismo participa do processo originam três teorias principais quanto ao tipo de causa: não-causal, causação por agente e causação por evento.

Libertarismo do tipo não-causal também pode ser encontrado na literatura sendo chamado de *indeterminismo simples*. Como o próprio nome indica, ele não requer que uma ação livre tenha uma causa. As ações são explicadas, não em termos de causa, mas em termos de razões e intenções do agente. Nesta abordagem entende-se que uma ação livre não é causada, mas realizada. “O agente a determina (...) simplesmente por ser seu sujeito, aquele de quem a ação é.”³⁴ Para Ginet, há ações mentais que são simples e que não possuem uma estrutura causal interna (O’CONNOR, 2000). Não é de nosso interesse explorar esta abordagem neste trabalho. Porém, gostaríamos de destacar que, apesar de as ações não serem causadas, elas não são inexplicáveis. É possível explicar as ações de um indivíduo através das suas vontades ou intenções por exemplo. Este modo de explicar ações é considerado importante para outros teóricos, inclusive Robert Kane. Carl Ginet, Hugh McCann, Stewart Goetz e Thomas Pink são exemplos de filósofos que defendem esta teoria.

Defensores de teorias de causação por agente creem que o agente, como substância, causa diretamente suas ações.³⁵ O agente é origem de suas decisões livres e não é em si mesmo causado por nada. O modo como é causada a ação livre “(...) não é redutível a causação por circunstâncias, eventos, ou estado das coisas”³⁶. A condição indeterminista é, pois, atendida porque o agente age como um fator extra: ele (o agente) não é fruto das circunstâncias no sentido de que não pode ser completamente compreendido por elas, assim como não é parte de uma cadeia causal anterior. Ele é como o primeiro elo de uma cadeia causal, que não provém de uma sequência (mas que tem o poder de iniciar uma) e que possui o poder de escolher dentre possibilidades em aberto.

Se nós somos responsáveis e o que venho tentando dizer é verdade, então nós temos a prerrogativa que alguns atribuiriam apenas a Deus: cada um de nós, quando age, é um primeiro movente não movido. Ao fazer o que fazemos, nós

que ainda não foi decidido. Não nos preocuparemos em fazer esta distinção sempre que utilizarmos o termo *indeterminado*. Contudo, estamos atentos a esta distinção e gostaríamos de deixar o leitor a par. Para qualquer análise específica que envolva este tópico (principalmente para citações que contenham palavras como indeterminado ou indeterminada), aconselhamos que se observe o texto na língua inglesa. (Os verbetes e suas variações podem ser consultados em: www.vocabulary.com e www.thefreedictionary.com)

³⁴ “the agent determines it (...) simply by being its subject, the one whose action it is.” (GINET, C. Freedom, responsibility, and agency. *The Journal of Ethics* (1997) 1: 85. March 1997, Vol.1(1), p. 87)

³⁵ CLARKE, Randolph. *Libertarian Accounts of Free Will*. Oxford University Press, 2003, capítulo 2.

³⁶ “(...) is not reducible to causation by circumstances, events, or states of affairs.” (KANE, 2005, p. 45)

causamos certos eventos e nada – ou ninguém – é a causa de nós causarmos estes eventos.³⁷

As ações livres são determinadas pelo agente de uma maneira especial que não ocorre em outras relações causais (as quais podem ser analisadas em termos de circunstâncias e eventos). A ideia de o agente ser o ponto inicial de uma cadeia causal assemelha-se à ideia aristotélica³⁸ de *movente não movido*. Esta é uma qualidade específica do sujeito que o coloca em uma posição privilegiada na qual se pode dizer que é capaz de ações livres. Se a causa de suas ações pudesse ser explicada através de eventos (mesmo que internos como relacionados ao cérebro), então a cadeia causal regressaria em busca da causa destes eventos e assim por diante. Todavia, na causação por agente isso não ocorre, pois o agente causa uma ação ou evento de modo direto. Como o agente determina sua ação a partir de si mesmo (sem portanto estar condicionado por uma cadeia anterior de eventos), ele está apto a escolher como agir (possui acesso a possibilidades alternativas).

Roderick Chisholm, um dos grandes defensores deste tipo de libertarismo, chama essa relação causal que é vinculada diretamente ao agente de *causação imanente*. Ele a diferencia de um segundo tipo de relação causal que ocorre entre eventos e estados de coisas ao qual chama de *causação transeunte*. A causação transeunte se dá de modo intermediário e entre eventos, enquanto a imanente é inicial e especialmente vinculada ao agente, que é uma substância e não um evento. Esses conceitos são ilustrados na passagem abaixo:

Se considerarmos apenas objetos naturais inanimados podemos dizer que a causalidade, se ocorrer, é uma relação entre *eventos* ou *estado de coisas*. A quebra da barragem foi um evento que foi causado por um conjunto de outros eventos – a barragem sendo fraca, a enchente sendo forte, e assim por diante. Mas se um homem é responsável por uma ação em particular, então, se o que eu disse é verdadeiro, há algum evento ou conjunto de eventos que é causado, *não* por outros eventos ou estado de coisas, mas pelo agente, seja o que ele for.

Eu tomarei emprestado um par de termos medievais, usando-os, talvez, de uma maneira que seja ligeiramente diferente daquela para a qual eles foram originalmente destinados. Devo dizer que quando um evento ou estado de coisas (ou conjunto de eventos ou estado de coisas) causa algum outro evento ou estado de coisas, então temos uma instância de causalidade *transeunte*. E devo dizer que

³⁷ “If we are responsible, and if what I have been trying to say is true, then we have a prerogative which some would attribute only to God: each of us, when we act, is a prime mover unmoved. In doing what we do, we cause certain events to happen, and nothing – or no one – causes us to cause those events to happen.” (CHISHOLM, *Human Freedom and the Self*. 1964 p.12)

³⁸ Obras em que Aristóteles desenvolveu esse conceito podem ser consultadas para mais informações: ARISTÓTELES. *Física*. Tradução de Guillermo R. de Echandía. Madrid: Gredos, 1995; ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Giovanni Reale. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

quando um *agente*, sendo distinto de um evento, causa um evento ou estado de coisas, então temos uma instância de causalidade *imane*nte.³⁹

Além de Chisholm, outros filósofos adeptos do modelo de causação por agente são Richard Taylor, Thomas Reid, Randolph Clarke e Timothy O'Connor entre outros. Fizemos uso das ideias de Chisholm para comentar esta teoria causal, porém, cada teórico tem suas próprias especificidades. Logo, nem os exemplos trazidos podem ser generalizados, nem as interpretações representam o modo como todos os filósofos compreendem a causação por agente.

A abordagem de causação por evento (também chamada de indeterminismo causal) considera que a causa de uma ação consiste inteiramente em eventos envolvendo o sujeito (CLARKE, 2003). Esta é a visão defendida por Robert Kane em sua teoria libertarista.

O indeterminismo (no caso deste autor) está localizado no processo deliberativo que leva o sujeito a fazer uma escolha (KANE, 2005, capítulo 6). O processo de deliberação é complexo e influenciado por tudo o que vem à mente durante seu acontecimento: memórias, pensamentos, imagens, informações, crenças, desejos, etc. Todos esses fatores participam do processo de modo indeterminado: não há como saber ou controlar quais pensamentos ou lembranças se farão presentes durante a deliberação. Logo, a escolha que será tomada pelo sujeito é imprevisível, uma vez que apenas aquilo que participa efetivamente do processo é que poderá influenciar o resultado.

Como o indeterminismo está intrincado as deliberações, o futuro em aberto está garantido. Ou seja, alternativas possíveis estão genuinamente ao alcance do indivíduo, porque o indeterminismo torna impossível que as escolhas sejam fruto de determinações das circunstâncias, do passado ou de qualquer outra coisa anterior à pessoa (quebrando a cadeia causal). Os estados mentais do indivíduo (eventos) se relacionam ao resultado da deliberação de modo causal, porém não determinístico - no máximo pode-se dizer que é probabilístico, já que os fatores envolvidos influenciam sem determinar (O'CONNOR, 2000).

Esta abordagem

³⁹ "If we consider only inanimate natural objects, we may say that causation, if it occurs, is a relation between *events* or *states of affairs*. The dam's breaking was an event that was caused by a set of other events – the dam being weak, the flood being strong, and so on. But if a man is responsible for a particular deed, then, if what I have said is true, there is some event, or set of events, that is caused, *not* by other events or states of affairs, but by the agent, whatever he may be.

I shall borrow a pair of medieval terms, using them, perhaps, in a way that is slightly different from that for which they were originally intended. I shall say that when one event or state of affairs (or set of events or state of affairs) causes some other event or state of affairs, then we have an instance of *transeunt* causation. And I shall say that when an *agent*, as distinguished from an event, causes an event or state of affairs, then we have an instance of *immanent* causation." (CHISHOLM, 1964, p. 7)

Sustenta que em muitas circunstâncias as pessoas têm diferentes complexos de desejo-crença, ou razões, que apontam para diferentes cursos de ação e que o desempenho de qualquer um desses – não apenas daquele escolhido – se encaixaria de forma coerente sob precisamente as mesmas circunstâncias. Cada uma dessas razões é uma causa potencial do comportamento correspondente e, qualquer que seja a ação tomada, esta terá sido causada pelas razões correspondentes. Em nenhum caso ocorre uma ação que não é causada.⁴⁰

Há variações entre diferentes teorias de causação por evento. Optamos por caracterizar especificamente aquela pertencente a Robert Kane. Este filósofo aproxima-se de “teorias das ciências físicas e sociais sobre o desenvolvimento e a natureza fundamental dos seres humanos”⁴¹, em especial as ciências cognitivas e as neurociências, buscando uma versão filosófica mais naturalizada e plausível empiricamente. Isto pode ser observado, por exemplo, no modo como ele pretende assegurar a autoria e controle por parte do agente sobre as escolhas que provém de um processo indeterminado. Para tanto, ele postula o conceito de *rede própria*⁴². Esta rede é própria porque é do sujeito e em última instância o identifica (no sentido de identidade).

Esse conceito (rede própria) é concebido como sendo uma “ampla rede de conexões neurais, representando o sistema motivacional geral do agente em termos dos quais ele se define como agente e pensador prático”⁴³. O sistema motivacional citado acima se refere a coisas como planos, aspirações e ideais do indivíduo em questão. Essa rede encontra-se distribuída no cérebro, ou seja, não há um *locus* específico. Ela abrange os diversos circuitos neurais, que atuam de forma global, sincronizada e cooperativa. A dinâmica interna dos circuitos e conexões gera a unidade que é a rede própria do sujeito (KANE, 1998).

Sentimos nossos esforços e escolhas como sendo nossas ações e não como algo que ocorre conosco, ou seja, somos “participantes” ativos. Esforços e escolhas correspondem a eventos cerebrais que estão interconectados e cobertos por essa rede maior a qual mencionamos.

⁴⁰ “It holds that in many circumstances, persons have distinct desire-belief complexes, or reasons, that point toward different courses of action and that the performance of any of these—not just the one chosen—would coherently 'graft' onto precisely the same prior circumstance. Each such reason is a potential cause of the corresponding behavior, and whichever action is undertaken will have been caused by the matching reason(s). In no case does an action occur that is uncaused.” (O’CONNOR, 2000, p. 29)

⁴¹ “theories from the physical and social sciences concerning the development and fundamental nature of human beings” (Id. Ibid., p. 37)

⁴² O termo original é *self-network*. *Self* indica uma referência ao sujeito e *network* pode ser entendido como rede, gerando a ideia de diferentes itens interconectados, sincronizados, funcionando em conjunto. Em nossa tradução, utilizaremos a expressão *rede própria* e por vezes utilizaremos apenas a palavra *rede* (consideramos que esta versão curta soa melhor e não prejudica a compreensão uma vez que o termo é explicado no texto).

⁴³ “comprehensive network of neural connections representing the general motivational system in terms of which she defines herself as agent and practical reasoner” (KANE, 1998, p.139)

O que ocorre no cérebro é a face fisiológica do que vivenciamos (neste caso, em um processo deliberativo). A passagem abaixo explicita a dinâmica entre esses conceitos:

(...) os eventos neurais correspondentes aos nossos esforços e escolhas seriam cobertos pelos padrões de onda que unificam a rede do agente – de modo que os padrões de onda e os eventos de esforço ou escolha estão acoplados, influenciando e interagindo causalmente uns com os outros. Os eventos de esforço e escolha ocorreriam por assim dizer “dentro” da rede cujos padrões de oscilações distintos lhes foram sobrepostos. Por sua vez, os padrões de oscilações sobrepostos da rede estariam colaborando com as causas a escolha, empurrando uma rede de razões concorrente para cima, por assim dizer, para que A seja escolhido por razões R em vez de B por razões R’ (ou vice-versa) – sustentando a crença de que os esforços e escolhas são nossos feitos, os produtos de nós mesmos.⁴⁴

A rede própria do sujeito, que abrange todos os seus eventos mentais, é onde reside basicamente este sujeito. Nós “somos” nossos eventos mentais e a rede maior, que abrange todos estes eventos, dá unidade ao *eu*. Assim, nenhuma deliberação escapa a esta malha que compõe o agente, tendo nele suas raízes, sua origem.

Devemos ter o cuidado de não classificá-lo como um materialista rígido. Kane (1998, capítulo 8) faz questão de esclarecer que não é um dualista cartesiano quanto à questão mente/corpo, assim como também não é materialista a ponto de excluir a linguagem psicológica e ficar somente com descrições físico-químicas dos eventos. Estas descrições são *um dos lados da moeda*, mas ater-se apenas a elas seria *perder de vista a real imagem* do que está em jogo aqui (a compreensão do que é a liberdade ou ação livre). A *liberdade* vista somente da perspectiva física perderia todo o sentido e seria despersonalizada. A descrição fenomenológica ou psicológica das ações (em termos de crenças, intenções, escolhas, esforços, etc.) é considerada fundamental. Kane não avança mais nesse aspecto, admitindo que explicar como esforços, escolhas e vontades, que são conscientemente experienciados, possam ser ao mesmo tempo processos físicos do cérebro é um mistério ainda por ser resolvido.

Outros teóricos deste segmento (causação por evento) são: Laura Ekstrom, Alfred Mele, Robert Nozick e Peter van Inwagen por exemplo. Concentramos nossa apresentação em

⁴⁴ “(...) the neural events corresponding to our efforts and choices would be overlaid by the wave patterns unifying the self-network – so that the wave patterns and the effort or choice events are coupled, causally influencing and interacting with each other. The effort and choice events would occur, so to speak, ‘within’ the self-network whose distinctive patterns of oscillations were superimposed upon them. In turn, the superimposed patterns of oscillations of the self-network would be contributing causes to choice, pushing one competing reason-network over the top, so to speak, so that A is chosen for reasons R rather than B for reasons R’ (or vice versa) – thus supporting the belief that the efforts and choices are our doings, the products of our selves.” (KANE, 1998, p. 140)

aspectos específicos de Robert Kane por ser o objeto central de estudo deste trabalho. Todavia, apesar de compartilharem o mesmo grupo, há variações entre os defensores dessa abordagem.

CAPÍTULO 2

Os argumentos citados no capítulo 1 são os principais no que concerne a posição incompatibilista. Se observados atentamente, pode-se facilmente entender como se relacionam as duas condições que Robert Kane apresenta como sendo centrais para se acreditar no tipo de liberdade que não é compatível com o determinismo. São elas: *possibilidades alternativas* (que podemos relacionar ao clássico argumento incompatibilista) e *responsabilidade última* (que podemos relacionar ao argumento incompatibilista da origem). Neste capítulo apresentaremos estas duas condições e aprofundaremos nossa análise acerca do indeterminismo.

2.1 Possibilidades Alternativas

No capítulo 1 apresentamos uma versão do clássico argumento incompatibilista. Basicamente seu raciocínio é o de que para alguém agir livremente deve ter o poder de agir diferentemente e, como o determinismo causal exclui esta possibilidade (não se pode agir diferentemente daquilo o que está determinado), então se conclui que para que haja liberdade o determinismo causal deve ser falso. Esta conclusão a favor do incompatibilismo é reforçada pelo argumento da consequência, também apresentado no primeiro capítulo.

Definir se uma ação é livre ou não remete a outras questões que estão diretamente relacionadas. Uma das mais importantes é a da atribuição de responsabilidade moral aos agentes. Se um agente agiu livremente, então parece razoável que se possa atribuir-lhe culpabilidade ou mérito. Retomando a ideia do argumento clássico acima, no caso de considerarmos que agir livremente é de algum modo poder escolher como agir, então parece plausível que se conclua que, para ser responsabilizado moralmente por sua ação, um agente deve ter tido a possibilidade de agir diferentemente de como agiu. Em outras palavras, seria estranho responsabilizá-lo por algo inevitável, uma ação sob a qual ele não possuía controle algum ou que não estava em suas mãos. Seguindo esta linha de pensamento, apresentamos o *Princípio de Possibilidades Alternativas*: “uma pessoa é moralmente responsável pelo que tenha feito apenas se ela poderia ter agido de outra forma”.⁴⁵

Robert Kane apresenta em sua teoria duas condições para que um agente possa agir livremente: *possibilidades alternativas* e *responsabilidade última*. Segundo ele, a primeira

⁴⁵ “a person is morally responsible for what he has done only if he could have done otherwise” (FRANKFURT, Harry G. Alternate Possibilities and Moral Responsibility. In *The Journal of Philosophy*, Vol. 66, No. 23 (Dec. 4, 1969), p. 829)

delas, deduzida através do princípio de possibilidades alternativas, haja vista uma vez que “se agir livremente é necessário para haver *responsabilidade moral* e responsabilidade moral requer a capacidade de se agir diferentemente como PPA diz, então também é o caso de agir livremente requer o poder de agir diferentemente, ou seja, requer alternativas possíveis”⁴⁶. A formulação da condição de possibilidades alternativas pode ser apresentada nos moldes abaixo:

(PA) O agente tem possibilidades alternativas (ou pode fazer o contrário) com respeito a A no tempo t no sentido de que, em t, o agente pode (tem o poder ou capacidade de) fazer A e pode (tem o poder ou capacidade de) fazer o contrário.⁴⁷

Como já dissemos, a ideia que torna esta condição tão importante para a liberdade de ação é a de se conceber que um indivíduo age livremente quando este mesmo indivíduo poderia ter optado por não agir ou por agir de outra forma, ou seja, quando existe para ele uma outra possibilidade de ação que aquela ocorrida. Se este é o caso, parece pacífico dizer que tal ação coube ao agente ser ou não realizada, de acordo com o que o mesmo escolheu fazer. Para Kane, PA é entendida como uma condição necessária.

Apesar de o princípio de possibilidades alternativas parecer intuitivamente correto (ao menos em um primeiro olhar, não parece haver nenhum problema com o mesmo), ele não será tão naturalmente aceito por todos. No primeiro capítulo citamos Harry Frankfurt como um dos filósofos que trouxe grandes contribuições para o debate contemporâneo acerca da compatibilidade ou não entre liberdade e determinismo. Uma de suas maiores contribuições é desenvolver argumentos contra PPA e, conseqüentemente, contra PA.⁴⁸ Daniel Dennet é outro importante filósofo que desafia PA, alegando que não é uma condição necessária para se atribuir responsabilidade ou liberdade a uma ação.

Dennet procura, diferentemente de Frankfurt⁴⁹, trazer situações comuns para expor seus argumentos. O que importa para ele é analisar o que realmente acontece, independentemente de outros fatores que não se realizam na cadeia causal dos fatos (como uma possível alternativa

⁴⁶ “If *free will* is the kind of freedom required for *moral responsibility* and if moral responsibility requires the power to do otherwise, as PAP says, then it would also be the case that free will requires the power to do otherwise, or, alternative possibilities.” (KANE, 2005, p. 80-81)

⁴⁷ “(AP) The agent has alternative possibilities (or can do otherwise) with respect to A at t in the sense that, at t, the agent can (has the power or ability to) do A and can (has the power or ability to) do otherwise.” (KANE, 1998, p. 33)

⁴⁸ Observe que comprometer a validade de PA também comprometeria o argumento da consequência e parte fundamental da posição incompatibilista.

⁴⁹ Na sua opinião (DENNET, Daniel. *Elbow room: the varieties of free will worth wanting*. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 132-133) o fato de os exemplos trazidos por Frankfurt serem exóticos são uma desvantagem. Assim, Dennet busca apresentar situações mais factíveis.

que não se tornou real, mas estava ‘lá’, disponível). Dennet (1984, p. 133) nos convida a observar o caso de Lutero, na situação em que rompeu com a Igreja em Roma quando este pronuncia que *ali estava e que não poderia fazer diferente*. Segundo o filósofo, a fala de Lutero expressa que a sua consciência tornou impossível para ele agir de outra maneira (não havendo alternativas possíveis). Através deste exemplo, Dennett quer dizer que ninguém o eximiria da sua responsabilidade apenas porque entende que ele não poderia ter feito diferente. Pelo contrário, ao dizer que não poderia ter agido de outra forma, Lutero estaria tomando para si toda a responsabilidade e, portanto, ter a disposição ações alternativas não seria algo necessário para a vontade livre ou para a responsabilidade moral.

Dennet observa que é comum haver situações em que a escolha seja clara e racional para o indivíduo e que podemos ver facilmente que ter ou não alternativas disponíveis não faria uma diferença efetiva. Ainda que se ‘retornasse à situação’ inúmeras vezes, a decisão seria a mesma.

(...) quando digo que não posso fazer de outra forma, quero dizer que não posso porque vejo claramente qual é a situação e porque minha faculdade de controle racional não está prejudicada. É óbvio o que fazer; A razão o determina; Eu teria que estar louco para fazer o contrário e, como não estou louco, não posso fazer o contrário.⁵⁰

Isto se aplica ao caso de Lutero e a outros que poderíamos imaginar, nos quais nosso comportamento seria previsível. O autor afirma, por exemplo, que não poderia ser convencido a torturar um inocente pela quantia de mil dólares. Seu caráter, quem ele é, o impediria de fazê-lo. Ele ‘sabe’ disso e estando nessa circunstância sempre se negaria – não há alternativas possíveis e ainda assim há responsabilidade moral.

Kane (1998, capítulo 3) não vê uma ameaça à sua teoria nos exemplos trazidos por Dennet, acomodando-os sem dificuldades. Segundo ele, não é necessário negar que Lutero seja responsável, mesmo que não tenha tido alternativa naquele momento, para ainda assim defender a perspectiva incompatibilista. O que se precisa é olhar o *background* da circunstância descrita e verificar se a inevitabilidade da sua ação se deve ao tipo de pessoa que ele se tornou, para a qual a motivação e coerência naquele instante não deixavam outra alternativa de ação e para a qual Lutero fora responsável por se tornar. Em outras palavras, houvera inúmeras situações no passado em que as suas escolhas contribuíram para que se chegasse ao momento descrito. Por

⁵⁰ (...) when I say I cannot do otherwise I mean I cannot because I see so clearly what the situation is and because my rational control faculty is not impaired. It is too obvious what to do; reason dictates it; I would have to be mad to do otherwise, and since I happen not to be mad, I cannot do otherwise. (DENNET, 1984, p. 133)

ser responsável pelas inúmeras vezes em que decidiu a favor desse desenho de caráter, Lutero é responsável por esse resultado.

Dessa maneira, admite-se que há casos em que um indivíduo é considerado moralmente responsável por sua ação mesmo que não tenha tido outra escolha possível, de modo direto, no dado momento de sua ocorrência.⁵¹ Isso ocorre porque muitas de suas decisões passadas, em que havia outras alternativas possíveis, foram tais que o colocaram na situação atual. Lembrando o que se disse anteriormente, sobre uma pessoa ser a fonte ou a origem⁵² de sua ação para ser considerada responsável, a saída incompatibilista de Kane está em mostrar que em situações passadas nas quais havia alternativas possíveis, as escolhas do indivíduo foram tais que o trouxeram ao momento presente. As razões que o fazem agir neste instante (sem ter outra opção) podem ser vinculadas de maneira suficiente a ele (o agente) e a momentos nos quais PA esteve presente.

O modo como Harry Frankfurt ataca PPA (e por conseguinte, PA) é diferente do modo de Dennet. Enquanto este pode ser acolhido pelo que a teoria de Kane diz acerca de decisões que podem ser explicadas pelo caráter do indivíduo, os contraexemplos de Frankfurt são quebra-cabeças que forcem qualquer incompatibilista a sair da sua zona de conforto. Seus exemplos não retratam situações comuns, mas forcem o leitor a fazer uma análise atenta dos conceitos envolvidos e da lógica subjacente: não há como lê-los e ignorá-los. Incompatibilistas de diferentes linhas teóricas se esforçarão para formular respostas.

Como vimos, ao considerar alternativas possíveis (PA) no curso de ação do agente, estamos dizendo que este poderia ter agido diferente de como agiu. Em outras palavras, havia mais de uma opção de ação disponível. Para Harry Frankfurt isto não é necessário para que haja responsabilidade. Em geral, seus exemplos seguem uma estrutura semelhante. Em muitos cenários frankfurtianos há a presença de um controlador externo. Esse controlador tem a função de garantir a execução de uma determinada ação. No caso de o agente não parecer decidir pelo curso de ação esperado, o controlador interfere através de alguma manipulação, fazendo com que o agente decida a seu favor e garantindo o resultado por ele desejado. Ou seja, no caso de a decisão do agente divergir daquela desejada pelo controlador, a interferência por parte deste prevalece. Contudo, o agente acaba por agir por sua própria vontade, em consonância com o desejo do controlador, e a interferência não ocorre. A conclusão é que o agente agiu livre e responsabilmente sem possuir PA.

⁵¹ Este ponto ficará mais claro ao longo do trabalho, conforme a teoria de Robert Kane for sendo exposta.

⁵² Reservamos outro espaço para desenvolver e explicitar melhor esta condição de o sujeito ser a fonte de sua ação nos moldes que Robert Kane trabalha e que chama de Responsabilidade Última (RU).

Aqui, um de seus exemplos mais comumente citados:

Suponha que alguém - digamos Black - quer que Jones execute uma determinada ação. Black está preparado para tomar as medidas necessárias para que tudo corra a seu modo, mas prefere evitar mostrar suas cartas desnecessariamente. Assim, ele espera até que Jones esteja prestes a tomar sua decisão (...) e ele não faz nada a menos que seja claro para ele (...) que Jones vai decidir fazer algo diferente daquilo o que ele [Black] quer que ele faça. Se ficar claro que Jones vai decidir fazer outra coisa, Black tomará medidas eficazes para assegurar que Jones... faça o que ele [Black] quer.⁵³

O ponto relevante do exemplo é que a Jones não está aberta a possibilidade real de não cometer a ação, uma vez que Black não o permitiria. Ainda assim, Jones executa a ação por decisão própria e não é necessária nenhuma intervenção. Frankfurt afirma sobre isso que Jones é responsabilizado ainda que não houvesse a real alternativa de ele não ter agido, já que agiu por seus próprios motivos e ninguém interferiu na sua decisão.

Um modo de se encaminhar o problema seria repetir em grande parte a "fala" de Kane a Dennet: assim como fora trazido anteriormente o conceito de se encontrar no sujeito a fonte de sua ação, aqui novamente se poderia utilizar esse artifício para se atribuir responsabilidade a Jones (independentemente de haver ou não alternativas possíveis). Nem todos os casos particulares exigem a presença de AP para conferir responsabilidade ao sujeito, desde que se entenda que em algumas decisões da história de vida do sujeito (que contribuíram para ele ser o tipo de pessoa que é) estivessem presentes alternativas possíveis. Em resposta a colocação de Frankfurt, então seria possível dizer que, no caso de Jones ter agido sem nenhuma intervenção, ele é responsável, pois foi fruto de uma livre escolha (e sem interferência).

A resposta acima não atende satisfatoriamente a complexidade do cenário descrito. Há outras provocações e outras perspectivas as quais esse modelo (de resposta) não abrange. Por exemplo, se poderia considerar que há um ponto de vista em que existe AP. Em se compreendendo o cenário através desta perspectiva:

Se Jones é responsável neste caso, é porque ele *fez A por si mesmo* (i.e. por sua escolha, sem interferência de Black). Mas Jones *poderia* ter agido diferente: ele poderia ter feito outro-que-não-A-por-si-mesmo ao não escolher ou tentar fazer A e forçando Black a intervir. Se Black interviesse (...) Jones ainda teria

⁵³ "Suppose someone – Black let us say – wants Jones to perform a certain action. Black is prepared to go to considerable lengths to get his way, but he prefers to avoid showing his hand unnecessarily. So he waits until Jones is about to make up his mind (...) and he does nothing unless it is clear to him (...) that Jones is going to decide to do something other than what he [Black] wants him to do. If it does become clear that Jones is going to decide to do something else, Black takes effective steps to ensure that Jones... does what he [Black] wants." (FRANKFURT, 1969, p. 835)

feito A, mas não teria feito A-por-si-mesmo. Então, responsabilidade e poder agir de outro modo não estão desconectados afinal de contas.⁵⁴

Esta resposta tem algum mérito. Afinal, se Jones age por si mesmo, sem manipulação, não parece haver razões plausíveis para isentá-lo da responsabilidade. Mesmo assim, ainda parece responder apenas em parte as provocações suscitadas pelo argumento, pois resta a situação posta inicialmente de que *A iria ocorrer*. Estava determinado a ocorrer. Então, será que podemos realmente dizer que em casos envolvendo as circunstâncias descritas acima existem alternativas possíveis? No caso de haver a presença de um controlador parece que as supostas alternativas possíveis são neutralizadas.⁵⁵ No caso de o controlador precisar interferir, o agente claramente não foi o causador da sua decisão de agir daquela maneira: o controlador foi a causa. Se, por outro lado, o próprio agente decidir por aquele curso de ação, sem interferências necessárias por parte do controlador, o resultado ainda assim não parece depender do agente – na presença de um controlador *parece* que algo muda. De fato, apenas *uma* decisão poderá ser tomada – não podemos ignorar isso. Apenas uma coisa poderá acontecer, ainda que seja indeterminado⁵⁶ o processo que o levará a execução da ação.

Desde a publicação de Frankfurt (1969), uma gama de exemplos cada vez mais complexos continuou a ser criada, exigindo respostas mais elaboradas por parte dos incompatibilistas. Cenários ao estilo frankfurniano são muito utilizados por compatibilistas para atacar a ideia de que liberdade requer possibilidades alternativas, defendendo então a coexistência de determinismo e liberdade e buscando invalidar o argumento da consequência. Imaginemos um indivíduo que sempre viveu agindo por sua livre vontade e que nunca fora necessário que o controlador intervisse (pois as decisões estavam sempre coincidentemente em concordância), o que faria este indivíduo menos livre do que em um cenário sem a presença de um controlador? O indivíduo, sem ter ciência da existência do controlador, agiu em consonância com este e foi livre, ainda que não possuísse em nenhum momento outra alternativa possível de ação?

⁵⁴ “If Jones is responsible in this case, it is because he *did A on his own* (i.e., of his own free choice, without interference from Black). But Jones *could* have done other than that: he could have done other-than-A-on-his-own by not choosing or trying to do A and forcing Black to intervene. If Black intervened (...) Jones would still have done A, but he would not have done A-on-his-own. So, responsibility and could-have-done-otherwise are not disconnected after all.” (KANE, 1998, p. 41)

⁵⁵ Esta observação é feita por O’CONNOR (2000, p.83) a partir de um cenário criado por Mele e Robb. O cenário é uma variação dos casos frankfurnianos, mas segue a mesma linha de raciocínio e consideramos que se aplica aqui.

⁵⁶ Com *indeterminado* queremos apenas dizer que não sabemos como se chegará ao resultado determinado: se será com ou sem a interferência do controlador.

Exemplos dessa linha argumentativa têm desafiado muitos defensores do incompatibilismo a elaborar respostas mais sofisticadas a fim de poder sustentar um de seus mais fundamentais argumentos. Dentre essas respostas, destacam-se dois modelos: *Defesa Dilema* e *Estratégia da Centelha de Liberdade*. Aqueles que por outro lado admitem a falsidade do princípio de possibilidades alternativas, buscam outros meios de demonstrar que determinismo causal e liberdade são incompatíveis.

2.1.1 Defesa Dilema

O cerne desta defesa é alegar que os contraexemplos frankfurtianos pressupõem a verdade do determinismo para que apresentem situações em que não haja possibilidades alternativas e assegurar apenas um resultado possível (TIMPE, 2008, p. 31). Dessa maneira, não obteriam sucesso em provar falso o princípio PA.

No cenário criado por Frankfurt, Black (o controlador) deseja que Jones mate Smith. Caso Jones, por si mesmo, decida matá-lo, Black não interferirá de maneira alguma. Porém, se Black perceber que Jones está para decidir-se por não matá-lo, então Black tomará as atitudes necessárias para que Jones deseje fazê-lo. De uma maneira ou de outra a ação ocorrerá. Nesta situação, Jones não sabe da existência de Black e Black possui a habilidade de saber qual decisão Jones está para tomar, intervindo apenas se necessário e no tempo preciso.

O modo como Black é capaz de saber o que Jones fará não é esclarecido no primeiro cenário de Frankfurt. Apenas é dito que Black tem habilidades para tal. Em cenários posteriores uma das possibilidades que se pensou é que deveria haver algum tipo de sinal (um rubor facial, por exemplo) que indicasse a decisão de Jones, e Black seria muito perceptivo e não falharia em percebê-lo. Mas então, para que Black possa saber *sem margem de erro* a decisão que Jones está para fazer antes mesmo que este o faça, algum determinismo causal tem que estar necessariamente presente. Se algo, algum sinal ou gatilho, pode ser percebido por Black a ponto de garantir com 100% de certeza sobre uma ação que ainda não ocorreu, então, este algo percebido é uma causa suficiente para o que está por vir, antes mesmo do tempo t em que Jones tomará sua decisão.

Consideremos então o cenário em questão sob o pressuposto de que a relação entre o sinal antecedente e a ação é determinista, isto é, partindo do pressuposto de que o rubor de Jones está invariavelmente correlacionado com seu A-zendo em t porque existe uma cadeia causal determinista entre o rubor de Jones em t_1 e seu A-zendo em t_2 . Nesse caso, Black apenas precisa intervir se e somente

se Jones não está corando em t1, garantindo assim sem intervenção desnecessária que Jones faça A em t2, não importa o caso.⁵⁷

Assim sendo, o sinal é determinante. Enfim, o que se está demonstrando no exemplo é que uma decisão (mental) foi determinada por algo e, portanto, não houve possibilidades alternativas. Todavia, se se está assumindo que não há possibilidades alternativas ao mesmo tempo em que há liberdade e determinismo, então, este cenário aceita a ideia de que determinismo e livre decisão são compatíveis e isto não seria aceito por nenhum incompatibilista. Se a decisão podia ser prevista, então ela não pertencia ao agente, mas o precedia de alguma maneira. Logo este agente não seria responsável pela decisão.⁵⁸

Diversos incompatibilistas farão objeções similares acerca dos cenários ao estilo de Frankfurt. Um deles é David Widerker, que questiona a plausibilidade dos contraexemplos frankfurtianos com relação ao princípio PA, como veremos abaixo. Sobre o cenário em que Jones deve decidir se matará Smith, Widerker expõe alguns fatos que Black, o controlador, estaria ciente para agir de maneira efetiva:

- (1) Se Jones corar em t1, então, dado que ninguém interfira, em t2 Jones decidirá matar Smith.
 - (2) Se Jones não corar em t1, então, dado que ninguém interfira, em t2 ele não decidirá por matar Smith.
 - (3) Se Black vê que Jones mostra sinais de que ele não decidirá em t2 por matar Smith, isto é, vê que Jones não está corando em t1, então Black força Jones em t2 a decidir por matar Smith; mas se ele vê que ele está corando em t1, então ele não faz nada.
- Finalmente, suponha que Black não tenha que agir porque
- (4) Jones cora em t1, e em t2 decide por matar Smith por seus próprios motivos.⁵⁹

⁵⁷ “Let us then consider the scenario in question on the assumption that the relationship between the prior sign and the action is deterministic, that is, on the assumption that Jones’ blushing is invariantly correlated with his A-ing at t because there is a deterministic causal chain holding between Jones’ blush at t1 and his A-ing at t2. In this case, Black merely needs to intervene if and only if Jones is not blushing at t1 thereby guaranteeing without unnecessary intervention that Jones will A at t2 no matter what.” (TIMPE, 2008, p. 35)

⁵⁸ Perceba que se o sinal não estivesse em uma relação determinista com a decisão e ação de Jones, a infalibilidade de Black não seria garantida. Se o cenário não fosse determinista, haveria ao menos uma pequena chance de Jones apresentar rubor e decidir ou fazer diferentemente (o que seria uma abertura a possibilidades alternativas) no momento seguinte. Desse modo, o cenário falharia em provar o que deseja, pois a escolha não estava em Jones, mas antes dele (o sinal já era causa suficiente antes da deliberação). Conclui-se, pois, que para Black ser infalível não pode haver alternativas abertas a Jones entre t1 e t2 e a relação deve ser determinista. Como se está pressupondo o que se deseja provar, esse não é um bom argumento (petição de princípio).

⁵⁹ “(1) If Jones is blushing at t1, then, provided no one intervenes, Jones will decide at t2 to kill Smith. (2) If Jones is not blushing at t1, then, provided no one intervenes, he will not decide at t2 to kill Smith. (3) If Black sees that Jones shows signs that he will not decide at t2 to kill Smith, that is, sees that Jones is not blushing at t1, then Black forces Jones to decide at t2 to kill Smith; but if he sees that he is blushing at t1, then he does nothing. Finally, suppose that Black does not have to show his hand, because (4) Jones is blushing at t1, and decides at t2 to kill Smith for reasons of his own.” (WIDERKER, David. *Libertarianism and Frankfurt’s Attack on the Principal of Alternative Possibilities*. In *The Philosophical Review*, vol 104 n 2 (April, 1995), p. 249-250)

Para Widerker, Frankfurt não obtém sucesso em tentar refutar a posição libertarista, ou seja, falha em demonstrar que uma decisão pode ser livre mesmo sendo inevitável. Para um libertarista, uma decisão livre não pode ser necessária ou determinada por nada que a anteceda. Porém, se considerarmos o modo como (1) acima está formulado, percebemos que o ato de corar, que precede a decisão que Jones irá tomar, é suficiente para que Black preveja exatamente a decisão que virá a seguir. Tal premissa seria rejeitada por libertaristas. Para que pudesse ser aceita, sua formulação deveria excluir tal certeza, por exemplo, dizendo que se ocorresse de Jones corar então ele *provavelmente* decidiria por matar Smith. E, se assim for, Jones conserva consigo controle sobre sua escolha, a qual não pode ser prevista por um evento anterior e não é inevitável: poderia inclusive corar em *t1* e ainda assim decidir por não matar Smith. Todavia, se tais modificações fossem feitas, o cenário não serviria mais aquilo a que se propõe, falhando em mostrar a falsidade de PA quando aplicado a ações mentais como a decisão de Jones, por exemplo.

Existem outras formas de se explorar cenários ao estilo de Frankfurt, seja observando por outra perspectiva, seja estabelecendo contrapontos na discussão. Outros modelos foram criados por compatibilistas que, apesar das semelhanças na construção, excluem ou buscam excluir a presença de um sinal ou conhecimento prévio acessível pelo controlador. A ideia presente nesses outros exemplos é muitas vezes imunizá-los contra a Defesa Dilema. A literatura nesse sentido é vasta e repleta de pormenores. Não examinaremos mais longamente este debate no trabalho.

2.1.2 Estratégia da Centelha de Liberdade

A afirmação central desta estratégia é afirmar que os contraexemplos frankfurtianos na verdade não conseguem apresentar casos onde o agente é livre e não possui possibilidades alternativas, como se propõem a fazer.⁶⁰ Se analisados mais de perto, se encontrará possibilidades alternativas presentes nos cenários, ainda que não sejam do tipo desejável, ou seja, são tímidas brechas, são detalhes – mas estão lá e isto basta.

Uma das formas de se considerar que há alternativa possível (brevemente citada anteriormente) é a de se observar que *Jones fazer a ação por si mesmo* não é a mesma coisa

⁶⁰ Timpe (2008) subdivide esta estratégia em forte e fraca. Contudo, não iremos adentrar nesses detalhes de classificação e nomenclaturas aqui. Em Fischer (1997) também é possível encontrar diferenciações internas quanto à estratégia da centelha.

que *Jones não fazer por si mesmo* (forçando Black a intervir). Esta seria uma maneira de se conceber dois caminhos para a sequência de eventos que levam ao resultado. Por ser uma alternativa muito sutil, há dúvidas quanto à significância desta objeção.

A existência da menor possibilidade alternativa, ainda que talvez sem muita relevância no que diz respeito a questões de significância moral, já é suficiente para excluir o determinismo causal e, assim sendo, garantir a base incompatibilista no caso de se concordar que o sujeito dos cenários frankfurnianos age com livre vontade.⁶¹ Se o determinismo causal estivesse presente, nenhum resquício de possibilidade alternativa poderia haver, e o cenário se tornaria muito desafiador para o libertarista defender a sua tese de que a presença da livre vontade necessária para responsabilidade moral não poderia coexistir com essa condição. É um importante ponto libertarista que a causa da ação do sujeito não seja externa a ele, como ocorreria no caso de um determinismo causal. Portanto, demonstrar que não há determinismo causal a partir da existência (mesmo que mínima) de alternativas possíveis torna-se um importante ponto contra os argumentos desse tipo:

(...) enquanto a impressão inicial que se tem ao considerar um caso de Frankfurt é a de que não há possibilidades alternativas, na verdade pode-se ver que existem tais possibilidades se se raspar um pouco abaixo da superfície. E, embora possam não ser as alternativas tradicionalmente concebidas, são ainda assim possibilidades alternativas – e exatamente do tipo que seria descartado (...) pelo determinismo causal (...)⁶²

Questiona-se, no entanto, se as alternativas possíveis apontadas pelos que seguem esta estratégia são relevantes o bastante para sustentar a objeção contra os casos frankfurnianos:

O teórico da centelha não pode contestar a alegação de que as possibilidades alternativas nos exemplos ao estilo de Frankfurt são insuficientemente robustas para *fundamentar* nossas atribuições de responsabilidade moral. Ou seja, ele talvez não deseje argumentar que a existência de tais alternativas por si só apoia nossos julgamentos intuitivos de que os indivíduos são moralmente responsáveis pelo que fazem. Mas ele, no entanto, pode insistir que as possibilidades alternativas *devem estar presentes* sempre que um agente é legitimamente considerado moralmente responsável pelo que ele faz.

Seguindo com essa linha de pensamento, note que o teórico da centelha pode apontar que mesmo o mais elaborado e sofisticado exemplo do tipo Frankfurt contém alguma possibilidade alternativa, por menor que seja. E na

⁶¹ FISCHER, John Martin. *The Metaphysics of Free Will*. Malden: Blackwell, 1997, capítulo 7.

⁶² "(...) whereas the initial impression got from considering a Frankfurt-type case is that there are no alternative possibilities, in fact one can see that there are such possibilities, if one scratches below the surface just a bit. And although they may not be quite the alternatives traditionally envisaged, they are alternative possibilities nevertheless – and just the sort that would be ruled out (...) by causal determinism (...)" (FISCHER, 1997, p. 139-149)

verdade, é difícil imaginar como construir qualquer tipo de exemplo que não incorra em petição de princípio e que deixe claro ambos: que não existem em absoluto tais possibilidades e que o agente é moralmente responsável por sua ação. Assim, ainda não temos motivos decisivos para abandonar a afirmação de que a responsabilidade moral requer a *presença* de possibilidades alternativas, mesmo que a presença dessas alternativas não seja, em si mesma, o que impulsiona nossos julgamentos sobre a responsabilidade moral (...).

O movimento do teórico da centelha poderia ser formulado da seguinte forma: mesmo que as possibilidades alternativas não sejam o que explicam nossas intuições sobre responsabilidade moral, ainda pode haver *outro fator* que *ao mesmo tempo* justifique nossas atribuições de responsabilidade e *também* implique que haja alguma possibilidade alternativa (tão fina e fraca quanto pode ser). E, se for assim, a responsabilidade moral exige possibilidades alternativas, até mesmo as finas e fracas.⁶³

Apesar de Fischer aceitar que haja a presença de possibilidades alternativas nos cenários frankfurtianos, ele acredita que essas possibilidades não são fortes o bastante para fundamentar que liberdade e responsabilidade moral necessitem de PA. Nem toda a possibilidade alternativa presente é moralmente relevante. De acordo com esta visão, ainda restam desafios a serem respondidos pelos incompatibilistas que optem por essa linha de defesa contra os cenários frankfurtianos.

A qualidade das eventuais possibilidades alternativas que possam estar presentes em uma dada situação de maneira relevante para o debate acerca da responsabilidade moral faz parte das reflexões desenvolvidas a partir dos contraexemplos frankfurtianos. Alguns autores, assim como Fischer, procuram definir o que seria este “algo” que conferiria a uma possibilidade alternativa o status necessário para torná-la relevante. Na literatura, é possível encontrar algumas tentativas de elaboração sob o nome *Requisito de Robustez*:

⁶³ “ The flicker theorist may not dispute the claim that the alternative possibilities in the Frankfurt-type examples are insufficiently robust to *ground* our ascriptions of moral responsibility. That is to say, he may not wish to argue that the existence of such alternatives in themselves supports our intuitive judgments that individuals are morally responsible for what they do. But he nevertheless may insist that alternative possibilities *must be present*, whenever an agent is legitimately held morally responsible for what he does. To pursue this line of thought, note that a flicker theorist can point out that even the fanciest, most sophisticated Frankfurt-type example contains some alternative possibility, no matter how exiguous. And, indeed, it is hard to imagine how to construct any kind of non-question-begging example in which it is clear both that there are absolutely no such possibilities and the agent is morally responsible for his action. Thus, we have as yet no decisive reason to abandon the claim that moral responsibility requires the *presence* of alternative possibilities, even if the presence of these alternatives is not in itself what drives our judgments about moral responsibility. (...) The flicker theorist’s move could be formulated as follows. Even if the alternative possibilities are not what explain our intuitions about moral responsibility, nevertheless there may be some *other factor* which *both* grounds our responsibility ascriptions and *also* entails that there be some alternative possibility (thin and weak as it may be). And if this were so, then moral responsibility would require alternative possibilities, even thin and weak ones.” (FISCHER, 1997, p. 145-146)

Requisito de Robustez: uma possibilidade alternativa é robusta apenas se a sua presença é relevante para responsabilidade moral de algum modo, além de *simplesmente* apontar a falsidade do determinismo.⁶⁴

As mais diversas colaborações enriquecem este diálogo no intuito de caracterizar e buscar tornar mais objetivo *o que* atribuiria relevância a uma possibilidade alternativa, ou seja, o que a tornaria robusta. Para Daniel Speaks, por exemplo, a alternativa é relevante se o agente pode ser devidamente responsabilizado por algo. A alternativa possível deve ser tal que gere algum tipo de obrigação moral e, a partir daí, se pode pensar em responsabilidade moral para o agente. Ele apresenta o seguinte cenário:

Suponha que Garvin seja membro do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA. Em uma missão em uma zona de guerra ativa, ele é capturado pelas tropas inimigas. Agora, o líder dessa força rebelde havia criado uma forma perversa de tortura mental. Tendo também capturado o amigo íntimo de Garvin, Johansen, o líder à força **liga** Garvin a um rifle apontado diretamente a Johansen, seu dedo colocado levemente, mas inevitavelmente no gatilho. Agora, suponha que o líder inimigo informe a Garvin que ele simplesmente pode puxar o gatilho e acabar com aquilo, ou ele pode aguardar o início de um impulso elétrico que inevitavelmente produzirá o mesmo efeito. O dedo de Garvin *puxará* o gatilho e Johansen *será* morto... em ambos os casos. Então, o que Garvin deve fazer? A maioria concederá que Garvin tem um dever *prima facie* de não puxar o gatilho por conta própria.⁶⁵

O cenário acima mostra que é possível se imaginar casos da linha de exemplos frankfurnianos em que a responsabilidade moral está presente (e onde PA é relevante). Speak (2002) entende que mesmo na sequência em que há intervenção ou manipulação, o agente ainda possui alguma responsabilidade porque existe um dever *prima facie* e dever implica responsabilidade – mesmo que a ação seja inevitável. Seria natural, por exemplo, que reagíssemos mal ao ouvir que Garvin atirou em Johansen por sua própria escolha, desaprovando sua atitude. Na outra sequência de eventos, em que Garvin é manipulado pelo líder rebelde, poderíamos elogiar Garvin por fazer o que pôde sob circunstâncias tão extremas. O

⁶⁴ “*Robustness Requirement*: an alternative possibility is ‘robust’ only if the presence of that alternative possibility is relevant for moral responsibility in some way beyond *merely* pointing out that determinism is false.” (TIMPE, 2008, p. 60)

⁶⁵ “Suppose Garvin is a member of our U.S. Marine Corps. On a mission in an active war zone he is captured by enemy troops. Now the leader of this rebel force has devised a wicked form of mental torture. Having also captured Garvin’s close friend Johansen, the leader forcibly ‘connects’ Garvin to a rifle aimed directly at Johansen, his finger placed lightly but unavoidably on the trigger. Now suppose the enemy leader informs Garvin that he can simply pull the trigger and have it over with, or he can wait for the initiation of an electrical impulse which will inevitably produce the same effect. Garvin’s finger *will* pull the trigger, and Johansen *will* be killed . . . in either case. So, what ought Garvin to do? Most will grant that Garvin has at least a *prima facie* duty not to pull the trigger on his own.” (SPEAK, Daniel. Fanning the Flickers of Freedom. In *American Philosophical Quarterly*, v. 39, n. 1, 2002, p. 97-98)

“sentimento” de aprovação ou não às atitudes de Garvin indica que há atribuições morais nas duas sequências de eventos. Assim, a integridade de AP não é ferida.

Aqueles que buscam fortalecer suas objeções a partir da estratégia da centelha movem-se no sentido de tornar mais relevante a possibilidades alternativa existente. Uma das maneiras de se fazer isso é observando o requisito de robustez, seja na busca de atendê-lo, seja reformulando-o.

2.2 Origem ou Responsabilidade Última

Anteriormente neste trabalho dissemos que duas são as condições consideradas importantes no debate acerca da livre decisão no tocante ao posicionamento incompatibilista: possibilidades alternativas e a fonte ou origem da ação do sujeito. Expusemos brevemente a primeira e vimos que, frente a alguns cenários, esta condição por si só não parece suficientemente forte, perdendo o fôlego necessário para vencer de maneira definitiva alguns dos desafios lançados ao incompatibilismo.

A partir, principalmente, da geração de diversos cenários ao estilo de Frankfurt, a discussão tornou-se mais complexa e exigente. O olhar voltou-se não apenas para as opções do sujeito, mas também para a representatividade da sua agência. É neste espírito que queremos refletir sob o aspecto da origem de uma dada ação e sua importância para o debate compatibilismo/incompatibilismo. Por que é importante que o agente seja a origem das suas decisões?

Lembremos-nos do cenário em que Black deseja e espera que Jones mate Smith. Se Jones decide matar Smith sem que haja qualquer interferência de Black, parece natural atribuir esta atitude a Jones e responsabilizá-lo. Uma das razões para isso é o seu desejo de matá-lo. Encontra-se em Jones as medidas necessárias para a ação ocorrida. Na outra alternativa, aquela em que Jones mata Smith por interferência de Black, soa estranho atribuir o mesmo peso da ação a Jones, uma vez que Black fora um fator determinante para a sequência dos fatos. Nesse caso, fora Black a origem das atitudes de Jones e coube a ele decidir o rumo dos acontecimentos.

Ao rastreamos a ação (a morte de Smith por Jones), encontramos diferentes pontos de origem em cada uma das sequências. A primeira sequência remonta a Jones e a outra a Black, atribuindo autorias diferentes a dada ação e, assim, diferentes responsáveis. O agente se responsabiliza por aquilo o que resultou das suas escolhas e sob o que tinha algum *controle*. Quando há manipulação, o ponto de origem do ocorrido está antes do sujeito (Jones),

transferindo a autoria, a responsabilidade e o controle para, no caso, Black. Jones se encontra em uma sequência determinista no sentido causal: sua atitude foi determinada por algo que não se encontra nele, mas que está mais além. A causa é exterior a Jones, que se torna apenas uma engrenagem no processo. A análise de cenários como este entre Jones e Black demonstra a importância de se considerar como foco da responsabilidade moral algo além de AP: faz com que observemos as propriedades da sequência de eventos que leva ao comportamento em questão.⁶⁶

Tanto compatibilistas como incompatibilistas concordam que em casos onde há manipulação o sujeito não pode ser responsabilizado moralmente. As duas correntes podem interpretar de diferentes maneiras o que seria necessário para se vincular uma ação ao sujeito (originalmente), mas teóricos de ambas as partes apresentam suas considerações a respeito. Para Fischer e Ravizza, por exemplo, um requisito importante é que o agente assuma responsabilidade pelo mecanismo⁶⁷ sensível às razões que resultam nas suas escolhas e, para tanto, este mecanismo deve ser *dele*: o agente deve “agir em um mecanismo que seja regularmente receptivo a razões, algumas das quais são razões morais (...)”⁶⁸. Ele também deve reconhecer as consequências da sua ação como efeitos provindos das *suas* decisões. Isto não acontece em um caso de manipulação, já que o mecanismo que gerou a ação claramente pertence ao manipulador.

Derek Pereboom⁶⁹ expande este raciocínio, construindo um argumento que o torna aplicável para abordagens compatibilistas em geral. Para ele, o raciocínio de casos de manipulação como o de Frankfurt pode ser igualmente aplicado a situações comuns, dada a realidade do determinismo causal. Se seu argumento se mostrar sólido, então não teria sentido um compatibilista aceitar que a manipulação nos casos de Frankfurt mina a responsabilidade do indivíduo, enquanto rejeita que o determinismo o faça nos casos comuns. De uma maneira geral, o raciocínio é que se uma ação resulta de um processo causal determinístico que tem sua origem fora, ou antes, do agente, de modo que está além de seu controle, então este não pode ser moralmente responsabilizado.

⁶⁶ FISCHER, John Martin. Frankfurt-type examples and semi-compatibilism. In Robert Kane (ed.), *The Oxford Handbook of Free Will*. New York: Oxford University Press, 2002. p. 281–308.

⁶⁷ Este mecanismo conecta a ação ao sujeito. Algumas de suas características são: vincular as razões pelas quais o agente agiu (representando sua intenção) e ele deve não apenas reconhecer, mas também reagir apropriadamente a razões morais. (FISCHER, John Martin; RAVIZZA, Mark. *Responsibility and Control: A Theory of Moral Responsibility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998)

⁶⁸ “act on a mechanism that is regularly receptive to reasons, some of which are moral reasons (...)” (FISCHER; RAVIZZA, 1998, p. 82)

⁶⁹ PEREBOOM, Derk. *Living Without Free Will*. Cambridge University Press (virtual publishing), 2003.

Pereboom constrói seu argumento a partir de uma série de quatro casos. Do primeiro ao quarto, os cenários sofrem pequenas modificações na história, de modo a se aproximar cada vez mais de uma situação comum. As diferenças circunstanciais dos casos não devem ser consideradas relevantes para o ponto que se está querendo defender. Abaixo apresentamos o primeiro deles para ilustrar nossa análise:

Caso 1:

Professor Plum foi criado por neurocientistas, que podem manipulá-lo diretamente através do uso de tecnologia de rádio, mas ele é, tanto quanto possível dada essa história, como um ser humano comum. Suponha que esses neurocientistas o manipulem “localmente” para empreender o processo de raciocínio pelo qual seus desejos são gerados e modificados – produzindo diretamente cada um de seus estados de um momento a outro. Os neurocientistas o manipulam, entre outras coisas, apertando uma série de botões instantes antes de ele começar a raciocinar sobre sua situação, fazendo com que seu processo de raciocínio seja racionalmente egoísta. Plum não é obrigado a agir no sentido de que ele não age por causa de um desejo irresistível – os neurocientistas não lhe providenciam um desejo irresistível – e ele não pensa e age contrariamente ao caráter, uma vez que ele é frequentemente manipulado para ser racionalmente egoísta. Seu efetivo desejo de primeira ordem de matar a senhora White está em conformidade com seus desejos de segunda ordem. O processo de raciocínio de Plum exemplifica os vários componentes de uma satisfatória sensibilidade a razão. Ele é receptível ao padrão relevante de razões, e seu processo de raciocínio teria resultado em escolhas diferentes em algumas situações em que as razões egoístas fossem outras. Ao mesmo tempo, ele não é exclusivamente racionalmente egoísta, visto que ele normalmente irá regular seu comportamento por razões morais quando as razões egoístas forem relativamente fracas – mais fracas do que na situação atual.⁷⁰

Este caso, semelhante ao de Frankfurt, é um exemplo de manipulação direta e, por isso, aniquila a liberdade do agente, necessária para torná-lo moralmente responsável. O modo como Pereboom detalha seu caso dialoga com alguns conceitos compatibilistas em particular, a saber, desejos de primeira e segunda ordem (remetendo à ideia hierárquica desenvolvida por

⁷⁰ “ Case 1. Professor Plum was created by neuroscientists, who can manipulate him directly through the use of radio-like technology, but he is as much like an ordinary human being as is possible, given this history. Suppose these neuroscientists “locally” manipulate him to undertake the process of reasoning by which his desires are brought about and modified – directly producing his every state from moment to moment. The neuroscientists manipulate him by, among other things, pushing a series of buttons just before he begins to reason about his situation, thereby causing his reasoning process to be rationally egoistic. Plum is not constrained to act in the sense that he does not act because of an irresistible desire – the neuroscientists do not provide him with an irresistible desire – and he does not think and act contrary to character since he is often manipulated to be rationally egoistic. His effective first-order desire to kill Ms. White conforms to his second-order desires. Plum’s reasoning process exemplifies the various components of moderate reasons-responsiveness. He is receptive to the relevant pattern of reasons, and his reasoning process would have resulted in different choices in some situations in which the egoistic reasons were otherwise. At the same time, he is not exclusively rationally egoistic since he will typically regulate his behavior by moral reasons when the egoistic reasons are relatively weak – weaker than they are in the current situation.” (PEREBOOM, 2003, p. 112-113)

Frankfurt⁷¹), sensibilidade à razão e processo de raciocínio coerente com a história e o histórico (de tendência ao egoísmo) do sujeito. Estes últimos conceitos remetem a condições de *controle de orientação*⁷² de Fischer e Ravizza, que requer que o mecanismo sensível à razão e, através do qual as escolhas são feitas, seja reconhecido pelo sujeito como seu: Plum age como deseja, de maneira racional e coerente com sua história.

Segundo Pereboom, os requisitos de Fischer e Ravizza são atendidos, assim como a condição de Frankfurt, uma vez que os desejos de primeira e segunda ordem do sujeito estão alinhados perfeitamente. Todavia, o agente nem é livre e nem pode ser responsabilizado moralmente (em sua opinião). Este seria um caso que demonstra uma situação em que importantes condições compatibilistas, para que haja responsabilidade moral, são atendidas e, no entanto, o sujeito não pode ser responsabilizado moralmente, visto que é determinado pelos neurocientistas. Isso indica a possibilidade de as exigências compatibilistas serem insuficientes para fundamentar responsabilidade moral.

O primeiro caso é apenas a primeira parte do argumento de Pereboom. No caso número dois, a manipulação ocorre indiretamente e há uma distância temporal entre a manipulação e a ação em questão. Plum não é controlado diretamente a todo o momento pelos neurocientistas, mas, ao invés disso, fora programado de modo a normalmente ponderar suas razões egoisticamente. Nas circunstâncias em que se encontra (de matar ou não a senhora White), mesmo que possa regular seu comportamento por razões morais, seus desejos (de primeira e segunda ordem) de matá-la, juntamente com suas fortes razões egoístas e ao modo como fora programado para responder às razões, o colocam em uma situação em que está causalmente determinado a matar. Não obstante, assim como no primeiro caso, ele não age em virtude de um desejo irresistível.

⁷¹ Frankfurt é um compatibilista que considera a liberdade do ponto de vista da vontade do indivíduo, introduzindo a ideia de desejos de primeira e de segunda ordem. Desejos de segunda ordem são desejos sobre desejos. Por exemplo, eu posso ter o desejo de primeira ordem de querer comer chocolate e o desejo de segunda ordem de não desejar comer chocolate. A liberdade [da vontade] está na relação entre esses desejos: uma pessoa livre deve ter as vontades que deseja ter, ou seja, ser capaz de fazer valer o desejo de segunda ordem sobre o de primeira. O desejo de segunda ordem é hierarquicamente mais alto e agir de acordo com ele é agir livremente. Estes desejos estariam mais próximos do "eu verdadeiro do indivíduo". Para mais informações ver: KANE, 2005; MCKENNA; COATES, 2015; TIMPE, 2008; FRANKFURT, Harry G. Freedom Of The Will And The Concept Of A Person. In WATSON, Gary. Free Will. New York: Oxford University Press, 1982. p. 81-95.

⁷² Além de estipular o que seria um mecanismo sensível as razões morais, Fischer e Ravizza diferenciam dois tipos de controle: 1) Controle Regulativo, que envolve a ideia de PA, mas que na opinião dos autores não é necessário para que haja responsabilidade moral; 2) Controle de Orientação, que não se relaciona com uma possível sequência alternativa de eventos, mas sim com a sequência atual de eventos. O controle de orientação é suficiente para garantir a responsabilidade moral. Ele está relacionado ao mecanismo pertencente ao sujeito (sobre o qual já falamos), vinculando a ação ao indivíduo, como uma forma de fonte. É, ainda, compatível com o determinismo causal. (FISCHER, 2002; FISCHER; RAVIZZA, 1998; TIMPE, 2008)

A diferença cronológica entre a programação feita pelos neurocientistas e a ação, na visão de Pereboom, não é relevante para que se interprete o caso dois diferentemente do caso um, no que diz respeito à responsabilização de Plum.⁷³ A determinação causal iniciada por fatores além do controle de Plum simplesmente culminaram no cenário descrito.

No caso três, ao invés de Plum ser uma criação de neurocientistas, ele é um ser humano normal, porém com uma particularidade: desde a mais tenra idade ele foi submetido a rigorosas práticas de treinamento, tanto em seu lar como em sua comunidade, para que raciocine de modo egoísta (exatamente como nos casos anteriores). Como essas práticas iniciaram-se muito cedo em sua vida, Plum não possui a habilidade de alterá-las ou preveni-las, de modo que seu caráter é assim determinado. O fato de ele ser como é e decidir como decide provém exclusivamente do seu rigoroso treinamento. Neste caso, as condições especiais nas quais fora criado, por determinarem seu modo de agir, são consideradas um tipo de manipulação que lhe retira a responsabilidade, assim como nos casos um e dois.

Por fim, no último caso a razão de Plum ser como é e agir como age não é fruto de um agente, mas resulta de um processo determinístico não intencional. Ocorre que o determinismo físico é verdadeiro. Se nos outros casos Plum não podia ser responsabilizado porque suas ações resultavam de uma cadeia causal que não se originava nele e que estava fora de seu controle, como as conclusões poderiam ser diferentes aqui? A generalização pode ser aplicada para os quatro casos. As condições são essencialmente replicadas nessa situação.

De modo mais geral, se uma ação resulta de um processo causal determinista que remonta a fatores além do controle do agente, ele não é moralmente responsável por isso. (...) A isenção da responsabilidade de Plum no caso 1 é generalizada para sua isenção de responsabilidade no caso 4. (...) somos forçados a concluir que os quatro casos exibem o mesmo tipo e grau de uma propriedade incompatibilista que solapa a responsabilidade.⁷⁴

Assim, também no caso quatro Plum é determinado e, da mesma forma, é eximido de sua responsabilidade, provando o ponto incompatibilista.

Poderíamos expor contrapontos à interpretação que Pereboom apresenta de seus casos. Todavia, nosso interesse nesta parte do trabalho está em mostrar uma perspectiva de liberdade

⁷³ PEREBOOM, 2003, capítulo 4.

⁷⁴ “More generally, if an action results from a deterministic causal process that traces back to factors beyond the agent’s control, then he is not morally responsible for it. (...) Plum’s exemption from responsibility in Case 1 generalizes to his exemption from responsibility in Case 4. (...) we are therefore forced to conclude that all four cases exhibit the same kind and the same degree of an incompatibilist responsibility-undermining feature.” (PEREBOOM, 2003, p. 116)

e responsabilidade que aponte para uma direção diferente de PA. Observar a sequência de eventos a partir da relação do agente com suas ações é olhar em direção à origem dessas ações.

No início deste capítulo dissemos que para Robert Kane havia duas condições necessárias para que fosse possível a existência de ações livres: possibilidades alternativas (PA) e responsabilidade última (RU). Nossa atenção agora se volta para a segunda delas, a qual está diretamente relacionada à ideia de origem. Uma boa definição de RU fornecida por Kane (1998, p. 72) é a seguinte:

(RU) Um agente é o último responsável por algum (evento ou estado) E ocorrer apenas se (R) o agente é pessoalmente responsável pela ocorrência de E em um sentido que implica que algo que o agente fez ou omitiu voluntariamente (ou por querer), e para o qual o agente poderia ter voluntariamente feito diferente, quer foi, ou causalmente assim contribuiu, para a ocorrência de E e fez a diferença para que E ocorresse ou não; e (U) para qualquer X e Y (onde X e Y representam ocorrências de eventos e/ou estados) se o agente é pessoalmente responsável por X, e se Y é uma *arché* (ou base ou causa ou explicação suficiente) para X, então o agente deve ser também pessoalmente responsável por Y.⁷⁵

A responsabilidade última (RU) encontra-se onde está a causa última. A responsabilidade das ações do agente deve ser rastreada até suas origens (*arché*) e encontrar-se no sujeito. Para satisfazer RU também deve haver um comprometimento da vontade do sujeito, como podemos observar na definição (que requer que o ato seja voluntário). A ação não pode estar contra o desejo do mesmo. Além disso, deve-se encontrar no sujeito condições suficientes para a explicação dos fatos a ele atribuídos responsabilidade.

Esta condição (RU) traz também para Kane a questão da liberdade, de maneira mais específica, como autoformação de caráter e modo de ser.⁷⁶ O que caracteriza a vontade como livre é o fato de o indivíduo ser, em última instância, responsável por ter essa vontade. Ele a formou e ela encontra nele a sua origem. Deste modo, o sujeito não apenas pode ser responsabilizado por seus atos, mas também por quem é, ou seja, por si mesmo, por seus motivos e objetivos. Se seus atos decorrem das suas vontades, então “eles [os indivíduos] devem, em algum momento, ser responsáveis por formar as vontades das quais esses atos fluem”⁷⁷.

⁷⁵ “(UR) An agent is ultimately responsible for some (event or state) E’s occurring only if (R) the agent is personally responsible for E’s occurring in a sense which entails that something the agent voluntarily (or willingly) did or omitted, and for which the agent could have voluntarily done otherwise, either was, or causally contributed so, E’s occurrence and made a difference to whether or not E occurred; and (U) for every X and Y (where X and Y represent occurrences of events and/or states) if the agent is personally responsible for X, and if Y is an *arche* (or sufficient ground or cause or explanation) for X, then the agent must also be personally responsible for Y.”

⁷⁶ Este ponto será desenvolvido no capítulo 3.

⁷⁷ “they must at some point be responsible for forming the wills from which these acts flow.” (KANE, 2005, p. 122)

De acordo com a perspectiva acima, o determinismo não pode ser visto como compatível com a liberdade, uma vez que, caso o determinismo seja verdadeiro, a vontade teria uma origem muito além do agente, subtraindo deste a responsabilidade pela existência da sua vontade. Ele não teria controle e não seria livre em sua vontade, mas a teria como inevitável, sendo passivo com relação a isso. Segue-se daí também que seria passivo com relação ao seu caráter e a tudo o mais que o constitui e, portanto, deixaria de pertencer a si mesmo.

Outro problema com o determinismo seria que, se tudo tem uma causa suficiente que é anterior, então o regresso seria infinito. Sempre poderíamos voltar um passo atrás para encontrar RU. O que impede o regresso para Kane é que em algum momento não se encontre essa causa suficiente, ou seja, algumas das escolhas que fazemos não têm uma causa suficiente, não sendo, portanto, determinadas. Isso nos leva de novo a incompatibilidade de RU com o determinismo.

Kane defende que PA e RU são necessárias para que haja ações livres e essas condições estão conectadas. Um dos maiores desafios enfrentados por sua teoria libertarista é apresentar uma visão de livre vontade consistente com o indeterminismo. Este ponto em especial é alvo de muitas críticas. Toda a teoria libertarista enfrenta em algum momento a acusação de não oferecer uma ideia coerente ou possível de liberdade por não conseguir lidar satisfatoriamente com este fator: o indeterminismo.

2.3 Indeterminismo II

Afirmar que a liberdade não é compatível com o determinismo é mais complexo do que parece a primeira vista. Mesmo que porventura houvesse um argumento irrefutável corroborando com essa afirmação, ainda restaria um problema tão ou mais complicado do que o da compatibilidade entre liberdade e determinismo, que atinge fortemente a visão libertarista em razão de esta manter a realidade da livre decisão. Este problema é o da compatibilidade do indeterminismo com o tipo de liberdade necessária à responsabilidade moral.

Se uma escolha, vontade ou ação não é determinada, como explicá-la? E como explicá-la sem apelar para a sorte ou para a aleatoriedade? Se uma escolha for aleatória ou por pura sorte, por exemplo, ela também não estará sob o escopo do controle do agente e, sendo assim, este não poderia ser responsabilizado. Deve haver algum tipo de conexão causal entre o agente e sua ação que não seja simples acaso, mas que demonstre controle do tipo suficiente para haver responsabilização. E é de interesse dos libertaristas a tarefa de mostrar no mínimo coerência ou inteligibilidade neste ponto em particular.

Em um artigo muito interessante escrito por Clarke⁷⁸, liberdade e controle são examinados a partir da comparação de dois cenários hipotéticos: um em que o agente está em um mundo onde o determinismo é verdadeiro e o outro em que há ao menos algum indeterminismo. Nas diferentes situações, se busca analisar os diferentes graus de controle do agente sob seu próprio comportamento. Em um mundo determinista, a conexão entre o sujeito e sua ação é forte. Seus desejos, crenças e preferências, por exemplo, constituem uma condição causal suficiente para a ação ocorrida. Isso não se dá em um mundo onde o indeterminismo se apresenta. O estado mental do sujeito não é condição suficiente para a ação. Neste caso, alguns⁷⁹ poderiam dizer que “se um evento como uma ação não foi causalmente determinado, então foi não-causado”⁸⁰ e que “negar o determinismo implica que hajam certas lacunas nas cadeias causais no mundo; e negar que o comportamento é determinado implica que as crenças, desejos e outros do agente não estão de maneira alguma relacionados com seu comportamento”⁸¹.

A objeção contra o ponto de vista citado acima argumenta que os eventos podem sim ter uma causa, apesar de não ser determinista. É possível estabelecer conexão entre o agente e sua ação, e atitudes por parte do sujeito podem compor o que seria a causa para uma ação. Nesses casos se sugere que a causa possa ser de ordem probabilística ao invés de determinista. Se assim o for, o laço entre sujeito e ação não seria necessariamente mais fraco apenas por não ser uma relação determinista: “mesmo que a causalidade envolva uma relação real, não é evidente que a conexão entre uma causa probabilística e seu efeito deve diferir daquela entre uma causa determinista e seu efeito.”⁸²

O indeterminismo nesse sentido está em concordância com as leis da natureza. Um evento não precisa necessariamente produzir determinado efeito se a probabilidade é menor que 1. Quanto mais próximo de 1, mais provável que a causa, evento ou conjunto de eventos x produza o efeito y . Nesses termos, a relação entre causa e efeito parece ser tão legítima em um mundo determinado, como em um mundo onde há indeterminismo, independentemente de cada particularidade. Além da simples conexão entre agente e ação (ou causa e efeito), o que está em

⁷⁸ CLARKE, Randolph. Indeterminism and control. In *American Philosophical Quarterly*, vol. 32, no. 2, 1995, p. 125-138.

⁷⁹ Clarke (1995) refere-se a Hobart e alguns de seus contemporâneos.

⁸⁰ “if an event such as an action was not causally determined, then it was un-caused.” (CLARKE, 1995, p. 126)

⁸¹ “to deny determinism is to imply that there are some gaps in the chains of causes in the world; and to deny that behavior is determined is to imply that the agent's beliefs, desires, and so forth are not at all causally related to her behavior.” (CLARKE, 1995, p. 126)

⁸² “Even if causation does involve a real relation, it is not apparent that the connection between a probabilistic cause and its effect must differ from that between a deterministic cause and its effect.” (CLARKE, 1995, p. 127)

jogo na análise apresentada por Clarke é o grau (e por que não também dizer a qualidade) de controle envolvido: a presença do indeterminismo por si só anula o controle ou o torna mais fraco com relação a uma conexão determinista?

Em algumas abordagens libertaristas, o indeterminismo se encontra vinculado ao processo deliberativo. Podem ser indeterminados quais serão as razões que estarão presentes ou também pode ser indeterminado como essas razões formarão a decisão ou intenção do sujeito. O processo deliberativo é complexo, além de não raramente possuir razões conflitantes entre si. Há, por isso, sempre alguma chance de que o resultado deste processo seja outro. Todavia, os elementos integrantes desse processo estão amarrados, isto é, todos os elementos contribuem com algum peso para gerar a ação. Mesmo havendo esta conexão, ainda resta saber se, o fato de existir uma chance de o resultado ser outro, significa falta ou diminuição de controle por parte do agente. (Será que só se tem controle se houver *garantia* de resultado?) Para Clarke, o indeterminismo por si só não mina a responsabilidade do agente, pois qualquer que seja a decisão tomada, esta é fruto das razões do agente. No entanto, aparentemente ele por si só também não agrega qualidade às ações do indivíduo se comparado ao mesmo indivíduo em condições determinísticas.

Estabelecer vínculo entre a ação (decisão) e o processo de decisão (incluindo os estados mentais como um todo) é importante para que o resultado não fique sem sentido, entendido como fruto da sorte ou de uma arbitrariedade, ou que seja atribuído a algo externo ao indivíduo. Dadas quaisquer dessas situações, o sujeito perderia sua relevância e sua autoria propriamente dita. Fischer expressa a importância desse vínculo ao afirmar que:

Seja o que for que esteja subjacente à relação constituinte de responsabilidade – o que quer que seja que constitua a cola que une os estados prévios do agente com a sua escolha – é algo *intrínseco* (em algum sentido) à sequência causal relevante. É uma questão *da forma como os estados prévios do agente levam à escolha em questão (...)*.⁸³

O que o agente não é capaz é de garantir o que resultará do processo decisório com antecedência. Antes de ocorrer a decisão, seja um ínfimo momento antes, há ainda alguma possibilidade, por menor que seja, de que o resultado seja outro. Esta condição em que se encontra o sujeito libertarista é uma das razões pelas quais alguns críticos dirão que ao agente lhe falta controle e que o fator fundamental para definir o resultado não provém do agente, mas

⁸³ “Whatever underlies the responsibility-grounding relationship—whatever constitutes the relevant glue that binds together the prior states of the agent with his choice—is a matter that is *intrinsic* (in some sense) to the relevant causal sequence. It is a matter of *the way the prior states of the agent lead to the choice in question (...)*.” (FISCHER, John Martin. *Deep Control: Essays on Free Will and Value*. Oxford University Press, 2012, p. 97.)

de algo além dele. Este outro fator tornaria a suposta escolha do agente uma questão de sorte: ele que faz a diferença e não o autor da ação.

Para Robert Kane, o fato de o agente não possuir a capacidade de definir o resultado previamente não anula sua liberdade, nem o tipo de controle necessário para ser responsabilizado. Ele entende que apesar de o agente não ter controle sobre qual das opções irá prevalecer (o que ele admite ser arbitrário), este possui outro tipo de controle, a saber, *controle voluntário plural* (KANE, 1998). Este se dá sobre um conjunto de opções que fazem parte do processo decisório do agente, não sobre uma opção em particular. Todas as opções de ação, assim como seus respectivos motivos, desejos, entre outros, estão vinculados ao sujeito e assim, qualquer que seja o curso de ação escolhido, será proveniente de uma vontade livre originada no indivíduo.

O conceito de controle voluntário plural é caracterizado como sendo um controle exercido pelo agente sobre um conjunto de opções em aberto. Diz-se que alguém age com esse tipo de controle quando atende a certas condições: é capaz de escolher quando e por que razões quiser, intencionalmente e em condições “normais” (ser coerção, manipulação, compulsão, etc.). Antecipar a decisão não é sinônimo de controle:

(...) não se segue que porque você não pode determinar qual o conjunto de resultados ocorrerá *antes* de ele ocorrer, lhe falta controle sobre qual deles ocorrerá, *quando* ocorrer. Quando as condições do controle voluntário plural são satisfeitas, os agentes exercem controle sobre suas vidas futuras *aqui e lá* de uma maneira que não é previamente determinada por seus passados. (...). Por mais paradoxal que pareça, para ter controle *último* sobre seus destinos, aqueles que possuem vontade livre devem renunciar outro tipo de controle em pontos fundamentais das suas histórias de vida, a saber, um controle determinante antecedente que garantiria antecipadamente como as coisas acontecerão.⁸⁴

Na verdade, para Kane, apesar de parecer paradoxal, é exatamente esta brecha de não estar tudo completamente (100%) amarrado ao passado que torna as escolhas livres. Um poder ou controle absoluto não é necessário nem desejável, pois significaria que “todas as cartas já foram dadas”. O preço para que exista uma escolha original (e, portanto, livre) é não poder prevê-la, pois o momento da escolha é o mesmo que possibilita a criação – poder em última instância ser autor de si mesmo.

⁸⁴ “(...) it does not follow that because you cannot determine which of a set of outcomes occurs *before* it occurs, you lack control over which of them occurs, *when* it occurs. When the conditions of plural voluntary control are satisfied, agents exercise control over their future lives *then and there* in a manner that is not antecedently determined by their pasts. (...) Paradoxal as it may seem, in order to have *ultimate* control over their destinies, possessors of free will must relinquish another kind of control at pivotal points in their life histories, namely, an antecedent determining control that would guarantee how things would turn out in advance.” (KANE, 1998, P. 144)

Nem todas as decisões são indeterminadas. Algumas dessas decisões são fruto do caráter que foi construído em outros momentos, como no exemplo de Lutero comentado anteriormente neste trabalho. Kane afirma que, na maior parte do tempo, agimos a partir de vontades já formadas em nós e de acordo com determinações do nosso caráter de uma maneira geral. O que torna essas ações livres é o fato de que este caráter e estas vontades presentes são frutos de momentos importantes em que foram sendo construídos. Estes momentos, que conferem uma liberdade legítima à pessoa, são autoformadores (as chamadas *Ações AutoFormadoras* ou SFAs e *Vontades AutoFormadoras* ou SFWs⁸⁵). Este tipo de ação não é deterministicamente causada. O indeterminismo é necessário, então, para dar a oportunidade de o agente escrever sua própria história e ser responsável pelo seu caráter.

Mas se não houvesse tais SFAs indeterminadas em nossas vidas, não haveria nada que pudéssemos fazer voluntariamente para nos fazer diferentes do que somos – uma condição que eu penso ser inconsistente com a existência do tipo de responsabilidade por sermos o que somos que a verdadeira livre vontade requer. (...) Agentes os quais exercem vontade livre são ambos autores e personagens em suas próprias histórias de uma só vez. Em virtude dos julgamentos “autoformadores” da vontade (*arbitria voluntatis*), eles são árbitros das suas próprias vidas, responsabilizando-se por “fazerem a si mesmos” do passado que, se são realmente livres, não limita seus caminhos futuros a um. (...) Como o autor do romance, eu estou no processo de escrever uma história e formar uma pessoa (que, no caso, sou eu mesmo). É um fardo pesado, mas é eminentemente humano.⁸⁶

Uma situação autoformadora se dá de forma complexa, especialmente quando, por exemplo, a pessoa se encontra em um dilema, debatendo-se entre razões, vontades, princípios, etc., que conflitam entre si. A decisão não é clara e os possíveis resultados *competem* entre si, sendo que qualquer um deles seria coerente com o sujeito e desejado por ele. Há, portanto, um jogo de forças entre os diferentes esforços do indivíduo por um ou outro caminho, e o que torna a decisão indeterminada é esse processo interno ao sujeito. O indeterminismo não vem antes ou depois, mas é intrínseco a estes esforços, uma propriedade dos mesmos que torna impossível

⁸⁵ Essas ações ou vontades autoformadoras são explicitadas no próximo capítulo.

⁸⁶ “But if there were no such undetermined SFAs in our lifetimes, there would have been nothing we could have ever voluntarily done to make ourselves different than we are a condition that I think is inconsistent with our having the kind of responsibility for being what we are which genuine free will requires. (...) agents who exercise free will are both authors of, and characters in, their own stories at once. By virtue of ‘self-forming’ judgments of the will (*arbitria voluntatis*), they are ‘arbiters’ of their own lives, taking responsibility for ‘making themselves’ out of past that, if they are truly free, does not limit their future pathways to one. (...) Like the author of the novel, I am in the process of writing a story and forming a person (who, in my case, is myself). It is a heavy burden, but an eminently human one.” (KANE, Robert. Responsibility, Luck, and Chance: Reflections on Free Will and Indeterminism. In *The Journal of Philosophy*, Vol. 96, No. 5 (May, 1999), p. 224 e p. 240)

prever o resultado. Entretanto, a opção que obtiver sucesso não será fruto de um acidente, uma vez que provém de algo que o agente desejava e estava tentando fazer.

Este ponto – por que a opção x obteve sucesso e não uma outra – é alvo de uma crítica muito comum e forte à perspectiva libertarista. Esta crítica é baseada na ideia de sorte. No primeiro capítulo, quando tratamos do indeterminismo pela primeira vez, apresentamos este tipo de objeção. A ideia pode ser sintetizada no *princípio da sorte*: “se uma ação for *indeterminada* no tempo t , então o fato de ela ocorrer ao invés de não ocorrer em t é uma questão de *chance* ou *sorte* e, portanto, não pode ser uma ação *livre e responsável*.”⁸⁷.

Robert Kane rejeita este princípio, alegando que ele é falso, apesar de não parecer. O filósofo procura em seu trabalho conciliar as ideias de sorte e indeterminismo com liberdade e responsabilidade. Indeterminismo nem sempre equivale à sorte, assim como não implica necessariamente eximir com a responsabilidade do agente. Sorte seria, por exemplo, obter um resultado apesar de todas as probabilidades contrárias, o que não retira a responsabilidade do sujeito, no caso de ele estar deliberadamente se esforçando pelo resultado em questão. Outros sentidos de sorte, como acidente ou erro, por exemplo, não interessam ao ponto defendido por libertaristas, pois não são uma ameaça ao tipo de situação indeterminística que procuram defender. No caso de se falar em indeterminismo, Kane (1999) ressalta que devemos nos ater simplesmente ao fato de se referir a algo que não é causado deterministicamente.

⁸⁷ “If an action is *undetermined* at a time t , then its happening rather than not happening at t would be a matter of *chance* or *luck*, and so it could not be a *free* and *responsible* action.” (KANE, 1999, p. 217)

CAPÍTULO 3

Até o presente momento, vimos de um modo geral como o debate entre compatibilismo e incompatibilismo se articula acerca da temática da liberdade, ou liberdade da vontade, expressão que melhor designa o conceito dentro do posicionamento de Robert Kane. Aprofundamos a análise no que se refere às condições que se destacam e concentram grande parte dos argumentos, a saber, possibilidades alternativas e responsabilidade última (ou origem). Esperamos que nossa breve exposição tenha proporcionado uma certa compreensão do problema, permitindo-nos agora focar mais especificamente no modo como Robert Kane desenvolve sua teoria. Neste capítulo, traremos diversos conceitos apresentados fundamentalmente no livro *The Significance of Free Will* (KANE, 1998), através dos quais o filósofo busca responder por que a liberdade incompatibilista é importante e como é possível a sua existência.

3.1 Importância

A liberdade defendida pelos libertaristas está diretamente relacionada à noção de autoria ou originalidade, que é por sua vez necessária para inúmeras outras coisas normalmente valorizadas pelo ser humano. Kane (1998, p.80) enumera dez itens que se encontrariam dentro deste grupo: (1) criatividade genuína; (2) autonomia ou autocriação; (3) verdadeiro mérito por conquistas; (4) responsabilidade moral; (5) ser objeto digno de atitudes reativas como admiração, gratidão, ressentimento e indignação; (6) dignidade ou autoestima; (7) um verdadeiro senso de individualidade ou singularidade como pessoa; (8) esperanças de vida dependentes de um futuro em aberto; (9) amor e amizade genuínas; e (10) o poder de dizer no sentido mais pleno que se age a partir de sua própria vontade. Vejamos como cada item se relaciona com a questão da autoria ou originalidade.

Criatividade genuína (1) sugere que algo foi criado por uma pessoa, sendo esta capaz de trazer algo inédito para o universo. Dentro desta mesma ideia está a autonomia ou autocriação (2), em que a obra criada é seu próprio ser e, assim, a criação por excelência. É alguém possuir o poder de decidir sobre si mesmo. Quanto ao terceiro item, para alguém ser reconhecido por suas conquistas, obviamente, elas não podem apenas ser fruto da sorte ou do acaso, mas deve haver alguma contribuição por parte do indivíduo necessária para a realização em questão. Da mesma forma, para conferir real responsabilidade moral (4), a ação deve, ao menos em parte, se dar devido à vontade livre do agente. Não desenvolveremos mais a argumentação quanto a

este ponto porque já foi explorado em outro momento deste trabalho, quando falamos sobre os argumentos referentes à responsabilidade última.

A expressão *attitudes reativas*⁸⁸ designa o modo como nos sentimos acerca do comportamento de uma outra pessoa com relação a nós, gerando reações como admiração, gratidão, ressentimento ou indignação. Para Strawson (2008), essas reações estão tão intrincadas na natureza humana a ponto de permanecerem caso se provasse verdadeiro o determinismo. Muitos filósofos, incluindo Kane (1998, capítulo 6), discordam. Se uma ação estivesse completamente determinada, diminuiria nosso sentimento de gratidão ou mágoa com relação a alguém, por exemplo. Não haveria sentido em se ter uma reação dessas se a autoria da ação não pudesse ser atribuída à pessoa, mas estivesse fora de seu controle ou fosse inevitável. Parece que quanto menor o peso da autoria, menor é a reação que se pode ter com relação ao indivíduo alvo da nossa atitude reativa. Assim, podemos dizer que para Kane essas atitudes estariam comprometidas em um mundo determinado, mas mantém o devido significado sob a ótica libertarista.

Os itens dignidade (6) e singularidade (7) estão intimamente relacionados. Pensando em dignidade como o respeito por uma pessoa pelo que ela é (seu ser), por seus valores, por ser um fim em si mesmo e origem de suas ações, fica claro que estamos pressupondo uma noção de individualidade. “Alguns filósofos argumentaram que a origem última ou a autoria única requerida pela liberdade também está ligada a pontos de vista sobre nossa individualidade e singularidade como pessoas.”⁸⁹ Queremos com isso dizer que o indivíduo deve ser alguém único e não apenas mais um dentre os demais. Deve haver algo especificamente dele, que não apenas o torne singular, mas que também faça diferença em suas ações, no sentido de não ser apenas uma “engrenagem” para algo já determinado. Ao considerar um futuro em aberto (8), o sentido dado aos nossos esforços é muito mais forte do que aquele no caso de um futuro determinado, pois assim como no caso do reconhecimento por nossas ações, o esforço empenhado estaria diretamente relacionado a um resultado, e espera-se, mais positivo. O indivíduo estaria contribuindo de fato para um ou outro futuro (KANE, 1998, P. 87-88).

A valorização do amor, ou da amizade (9), estaria também relacionada a uma liberdade incompatível com o determinismo, no sentido de haver a possibilidade real de não amar. O amor autêntico estaria condicionado a uma livre escolha do sujeito (KANE, 1998, p. 88). Aqui

⁸⁸ Esta expressão utilizada por Kane faz referência ao trabalho de Peter Strawson. (STRAWSON, Peter. *Freedom and Resentment*. In *Freedom and Resentment And Other Essays*. Routledge, 2008.)

⁸⁹ “A number of philosophers have argued that the underived origination or sole authorship required by free will is also connected to views about our individuality and uniqueness as persons.” (KANE, 1998, p. 85-86)

há uma aproximação ao último item, vontade própria e, assim, livre, uma vez que pertence ao sujeito no sentido mais íntimo. É sua vontade porque vem dele, ele a origina. Esta é uma reivindicação central da abordagem incompatibilista, como já vimos, especialmente para os libertaristas.

O último item (10) está relacionado ao sentido de origem, que em Kane é expresso pelo conceito de responsabilidade última. O agente age a partir da sua própria vontade porque ela é *sua* no sentido mais profundo: ele se responsabiliza por ela pois tem papel na sua criação. Na teoria libertarista é sempre reiterada a importância de um *eu* que não seja totalmente passivo, apenas resultado de forças que estão além dele. As ações devem ser também expressões da sua vontade (livre). *Agir a partir da própria vontade* é especialmente significativo: “Nosso sentido pleno de *ser um eu distinto está amarrado à concepção de ser uma fonte distinta de movimento ou atividade no mundo*, de tal modo que o que se passa nos bastidores da nossa mente possa produzir efeitos afora no mundo.”⁹⁰ Este modo de ser é o único que preenche as aspirações libertaristas, especialmente em se tratando da filosofia de Robert Kane. Entendido dessa maneira, é capaz de preservar tudo aquilo o que sua concepção valoriza.

Gostaríamos de salientar que esta é uma das muitas visões possíveis e que, apesar de ser importante compreendê-la para melhor entender a concepção libertarista de Kane, existem outros modos de significar a liberdade. Justamente os conceitos mais fundamentais muitas vezes enraizam diferenças que se mostram em outros níveis das diferentes teorias. Muitas das disputas entre compatibilistas e incompatibilistas de uma maneira geral acabam por esbarrar nas diferenças quanto aquilo o que se considera suficientemente significativo, valorável, ou que, em última instância, atenda às exigências do que se vale à pena querer. A liberdade compatibilista pode ser superficial ou satisfatória, pode ou não ferir a ideia de originalidade e todos os outros itens brevemente expostos aqui, dependendo do ponto de vista que está sendo considerado. As diferenças de conceitualização e valorização entre essas duas grandes correntes são ainda, ao que parece, indissolúveis.

3.2 Inteligibilidade

Como Robert Kane concebe a possibilidade real da liberdade incompatibilista é o que nos propomos a demonstrar em mais detalhes a partir de agora. No livro *The Significance of*

⁹⁰ “Our full sense of being a distinct self is tied up with the conception of *our being a distinct source of motion or activity in the world*, such that what goes on behind the screen of our mind can have effects out there in the world.” (KANE, 1998, p. 93)

Free Will, obra principal do nosso estudo, o filósofo desenha a teia que sustenta sua ideia de livre vontade. Esta teia é formada de conceitos-chave essenciais que explicam como tal liberdade é possível e alcançável.

A liberdade defendida nesses termos exige que ao menos algumas ações ou decisões na vida do agente sejam indeterminadas. Vimos em outro momento do nosso trabalho que aliar indeterminismo com livre vontade não é uma tarefa fácil. Como encaixar o indeterminismo, de modo a preservar o sentido das decisões e a responsabilidade do indivíduo, é um dos pontos mais polêmicos da abordagem libertarista. Kane (2005; 1998) adota a ideia leibniziana de que razões podem inclinar sem exigir ou determinar que algo se dê. Neste sentido, uma ação poderia ser racionalmente explicada mesmo que não fosse determinada.

O problema se complica quando se considera que, dadas as mesmas circunstâncias passadas e as leis da natureza, a mesma pessoa poderia decidir diferentemente. Neste cenário, o que se pergunta é: o que fez a diferença? Parece que a decisão foi acidental ou que não seguiu as regras da razão. Se este for o caso, este modelo parece ir contra o que se deseja, tirando das mãos do agente as decisões que supostamente lhe pertencem. Este é apenas um dos problemas a serem respondidos quando se acrescenta o indeterminismo à equação. Seguiremos com nossa análise a partir da observação do cenário abaixo:

Considere Jane, que se encontrava deliberando sobre onde passar suas férias. Deveria passar no Havaí ou em Colorado (ou Europa, ou qualquer outro lugar)? A questão é importante para ela, que tem pensado nisso há dias. Ela considerou várias consequências de cada opção, imaginou diferentes cenários, consultou folhetos de viagem e contas bancárias, e considerou seus desejos, interesses e objetivos mais amplos. No final, ela gradualmente veio a crer que o Havaí é a melhor opção, e, tendo considerado tudo, o escolheu.⁹¹

O exemplo acima é trazido em diversas ocasiões para ilustrar a problemática. Jane, após longa deliberação, opta por ir ao Havaí. Porém, uma vez que sua decisão não foi determinada, ela poderia ter escolhido diferentemente dadas as mesmas circunstâncias. Como explicar isso? Kane traz aqui o conceito de *racionalidade dual* (que posteriormente prefere chamar de racionalidade ou motivação plural): “O que parecemos querer em uma livre escolha é o poder de ir a mais de um caminho (escolher Havaí ou Colorado ou Europa, ou qualquer outro lugar) racional e deliberadamente, e não por acidente, dados exatamente a mesma deliberação prévia

⁹¹ “Consider Jane, who was deliberating about where to spend her vacation. Should she vacation in Hawaii or Colorado (or Europe, or wherever)? The matter is important to her and she has been thinking about it for days. She has considered various consequences of each option, imagined contrasting scenarios, consulted brochures and bank accounts, and considered her desires, interests, and broader purposes. In the end, she gradually comes to believe that Hawaii is the best option, all things considered, and chooses it.” (KANE, 1998, p. 107)

e processos de pensamento.⁹² Entende-se basicamente que o indivíduo possui razões e motivos para mais de uma direção, ou seja, a dificuldade em tomar a sua decisão reside no fato de que possui bons motivos para quaisquer escolhas possíveis. Assim, qualquer que seja o resultado, este será coerente com o sujeito e *não será irracional*.

A racionalidade sozinha não é suficiente para se atribuir a alguém o status de escolher livremente⁹³. O indeterminismo atinge outros pontos, como o da voluntariedade. A escolha deve ser voluntária. Ao enfrentar o *problema da pluralidade*⁹⁴, além de responder com a condição da racionalidade plural, Kane avança em uma segunda condição: a voluntariedade plural, caracterizada abaixo.

(...) ações voluntárias são feitas “de acordo com a vontade dos agentes” (i.e., desejos ou motivos predominantes) e não são coagidas ou compulsivas. Assim, uma coisa exigida pela voluntariedade *plural* é que o agente possa agir em mais de um modo e o ato não será coagido ou compulsivo, independente da direção em que for.⁹⁵

Uma ação voluntária não pode acontecer por acaso ou por falha ou, ainda, contra o desejo do agente. Deve estar presente a motivação ou intenção em agir daquela maneira. No caso de Jane, sua decisão a favor de ir para o Havaí foi voluntária e responsável. Não foi fruto de algum evento involuntário ou indeterminado em seu cérebro. Se assim fosse, não seria sua escolha, mas algo que aconteceu com ela e do qual teria participado passivamente. Foi, ainda, plural, uma vez que sua vontade estava direcionada para mais de uma opção disponível. A razão de existência do conflito era justamente ter duas ou mais opções atraentes a ela. Até o exato momento da decisão, as diversas vontades estavam competindo.

Dentro do grupo das condições de pluralidade, além da racionalidade e da voluntariedade, encontramos ainda uma terceira condição referente ao controle. Os agentes devem possuir controle sobre suas decisões, mas a presença do indeterminismo segundo muitos críticos indicaria que a ação não está sob o controle de ninguém. Desta maneira, a liberdade defendida pelos libertaristas estaria comprometida. Jane, para continuar utilizando o exemplo

⁹² “What we seem to want in free choice is the power to go more than one way (to choose Hawaii or Colorado or Europe, or whatever we choose) rationally and deliberately, rather than flukishly, given exactly the same prior deliberation and thought processes.” (KANE, 1998, p. 108)

⁹³ No que se refere à liberdade, há três aspectos importantes a serem levados em consideração: racionalidade, voluntariedade e controle (KANE, 1998).

⁹⁴ O problema da pluralidade refere-se a uma série de encargos provindos da presença do indeterminismo na teoria libertarista aos quais Kane deve responder (por exemplo: acusação de arbitrariedade, irracionalidade, aleatoriedade, etc.). A esta “família” de problemas ele chama *pluralidade* e suas respostas correspondentes concentram-se nas *condições plurais*, que em conjunto fazem frente às acusações.

⁹⁵ “(...) voluntary actions are done “in accordance with the agent’s will” (i.e., predominant desires or motives) and are not coerced or compulsive. Thus, one thing required by *plural* voluntariness is that the agent can act in more than one way and the will not be coerced or compulsive, whichever way it goes.” (KANE, 1998, p. 109)

citado, deve ser capaz de escolher ou não qualquer uma das opções de acordo com a sua vontade. Ela deve possuir controle sobre as opções disponíveis, sobre o conjunto de opções, estando apta a decidir do modo que quiser, quando quiser. A esta habilidade Kane chama de *controle plural* ou *controle voluntário plural*.

Mostrar como *uma* decisão pode ser racional, voluntária e dentro do controle do agente, na presença do indeterminismo, não é tão complicado como demonstrar que tais condições ainda são atendidas no caso da pluralidade, onde mais de uma decisão é possível. Imaginemos que Jane, após toda a deliberação que a levou a favorecer o Havaí, acabe por escolher ir para o Colorado. Quer dizer, dadas as mesmas circunstâncias, o resultado não seria o mesmo. O poder de agir diferentemente (possibilidades alternativas), a real liberdade de escolha, precisa manter a pluralidade de condições para garantir que *as opções sejam realmente opções*. Com isso queremos dizer, por exemplo, que o poder de escolher diferentemente não poderia ser o mero poder de agir *irracionalmente*. Espera-se que a alternativa tenha qualidade. Neste sentido é que iniciamos dizendo que as possibilidades devem ser reais: elas devem ser boas candidatas. No caso de Jane, tanto o Havaí como o Colorado eram opções atraentes e desejáveis para ela e qualquer que fosse a decisão, esta seria coerente e racional.

Se estivermos considerando que há liberdade da vontade, deve haver um momento em que esta vontade, resultante de uma situação de conflito, foi definida pelo agente. Daí também se segue que há um momento em que ela não está definida ainda. Nesta configuração, a vontade é livre porque o agente foi responsável por originá-la de alguma forma (responsabilidade última). A esses momentos especiais Robert Kane chama *ações autoformadoras* (SFAs). Existe uma luta entre as diferentes motivações, em diferentes direções, e desta tensão resultará uma decisão *original*. Deve ser plural porque deve haver mais de uma definição ao alcance do agente para que se possa dizer que ele a definiu assim e não de outra maneira.

Os momentos de formação de uma ação (SFAs) ou vontade devem atender à pluralidade de condições mencionada antes. A decisão a ser tomada deve poder ser possível de mais de uma maneira e agregar as qualidades da racionalidade e da voluntariedade (KANE, 1998, p. 114). Sobre o conjunto de opções disponíveis, o agente deve possuir o controle, que nada mais é que o poder de decisão. Esses momentos são permeados pelo indeterminismo e são por excelência o que torna a vontade do agente livre.

Se duas ou mais alternativas são efetivamente possíveis para o agente, ou seja, se sob as mesmas circunstâncias ele poderia ter decidido diferentemente, é quase impossível não pensar o que, já que não as circunstâncias, nem o passado, nem as leis da natureza, pende a balança para um lado ou para o outro. Qual é o fator que faz a diferença? Não apenas Kane, mas

libertaristas em geral, são questionados quanto a esse ponto. Eles divergem ao responder essa questão e, ao longo da história, inúmeras soluções foram propostas.

Alguns⁹⁶ adotaram a estratégia de buscar um fator adicional que estaria acima de tudo ou que, ao menos, não estaria sujeito às leis da física. Como exemplos tradicionais dessas estratégias, podemos citar: o dualismo cartesiano, onde a mente ou alma é distinta do corpo e fora do mundo físico nesse sentido; Em Kant, lei científica e lei moral atuam diferentemente: na primeira estamos todos igualmente submetidos, mas na segunda somos livres para obedecer. Isso é possível porque há o fenomênico e há o *noumenico*, o qual não está submetido às determinações da natureza porque é metafísico.

Algumas teorias mais modernas também assumem a ideia de um eu que não está sujeito aos eventos. Nesses casos, a causa de uma ação livre não pode ser explicada apenas pelas circunstâncias, eventos, etc., mas necessitam do agente de um modo muito direto. Ele *causa* sem ser *causado*. O agente é um *fator extra* na equação e, muitas vezes explicar o que (ou como) ele seja, pode ser um tanto misterioso ou vago. Essas abordagens são conhecidas como teorias da causação por agente. A cadeia causal inicia no próprio agente de uma maneira muito especial. Nenhuma explicação para a ação, além de que é o próprio agente exercendo sua liberdade, é necessária para justificá-la. Este modelo foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Quanto a teorias⁹⁷ que defendem que ações devem ser explicadas apenas em termos de razões ou motivos, Kane aceita que seja necessário aclará-las dessa maneira, porém não exclui a possibilidade de que também possam ser explicadas em termos de causas. Explicar em termos de razões e motivos são necessários para atender a pluralidade de condições sobre a qual falamos, mas não é o suficiente. Os dois tipos de explicação não são logicamente incompatíveis.⁹⁸

Para Robert Kane, estratégias dualistas, ou que apelam para a existência de algum tipo de entidade ou, ainda, que atribuem uma noção especial de causação por parte do agente, reforçam a crença de que a liberdade do ponto de vista libertarista não é coerente ou inteligível.

⁹⁶ Kane (2005) fornece os exemplos que estamos a citar. Aqui mencionamos apenas a título de ilustração, então não faremos análises.

⁹⁷ Kane (1998, p. 121) cita Gary Watson quando menciona o *incompatibilismo explicativo*, que seria uma forma de incompatibilismo que não dependeria do argumento da consequência porque as ações não seriam explicadas em termos de relação causal, mas em termos de razões do agente. Para mais informações: WATSON, Gary. Free Agency. In *The Journal of Philosophy*, Vol. 72, No. 8 (Apr. 24, 1975), p. 205-220 e WATSON, 1987.

⁹⁸ Um evento poderia ser explicado a partir de seu mecanismo (isento de intenções) ou a partir de motivos de um agente (algo que ele poderia não fazer se não desejasse). A ideia de que explicação em termos de causas e de motivos ou razões são incompatíveis é desenvolvida em MALCOLM, Norman. *The Conceivability Of Mechanism*. In WATSON, Gary. *Free Will*. New York: Oxford University Press, 1982. p.127-149.

Na sua opinião, uma teoria que procure dar conta do conceito de livre agência deve ter por princípio não se restringir a uma concepção compatibilista ou incompatibilista de liberdade. As diferenças devem se ater ao envolvimento ou não do indeterminismo e em outros problemas concernentes a todos em geral. Aqueles que não buscam atender a esse princípio⁹⁹ estariam criando artifícios para salvar suas teorias e, na verdade, gerando mais problemas do que soluções.

3.3 Vontades Autoformadoras (SFWs)

A liberdade do agente está relacionada à liberdade da vontade. Como vimos anteriormente, nos momentos em que ocorrem as Ações Autoformadoras, ocorrem a formação das vontades. Por esta razão, ações autoformadoras (SFAs) podem ser chamadas de Vontades Autoformadoras (SFWs). Kane (1998, p. 125) estabelece seis categorias de SFWs: (1) Escolhas ou decisões morais, (2) escolhas ou decisões prudenciais, (3) esforços da vontade para sustentar certos fins ou propósitos, (4) esforços de atenção direcionados ao autocontrole e a automodificação, (5) julgamentos e escolhas de ordem prática, e (6) mudanças de intenção em ação. A primeira, segunda e quinta são exemplos de *libera arbitria voluntatis* ou *julgamentos da vontade livre*.¹⁰⁰ As outras são exemplos de *esforços da vontade*. Nos momentos autoformadores, as vontades estão presentes sob três perspectivas: dos desejos, do sustento das crenças ou intenções que guiam as ações e dos esforços. Através dessas seis categorias, Kane explicita em maiores detalhes a sua teoria.

Um exemplo emblemático para se analisar o conflito moral sugere que imaginemos uma mulher de negócios, a caminho de uma reunião muito importante, que acaba por testemunhar um assalto. O conflito está em decidir se ela para e tenta ajudar a vítima ou se simplesmente segue para não faltar ao compromisso tão importante para sua carreira. A primeira opção expressa uma obrigação moral, enquanto a segunda prioriza o interesse pessoal. As duas escolhas possíveis são altamente desejáveis, ainda que por motivos diferentes, e por isso não é fácil de resolver. Existem racionalizações e esforços concorrentes. Além disso, mesmo que por

⁹⁹ Para mais informações ver as teses de números 16, 17 e 18 ou também o conceito de *Princípio de Livre Agência* (KANE, 1998, capítulo 7), criado para funcionar como uma regra metodológica que orientaria a busca por soluções libertaristas simples (no sentido de não postular entidades desnecessárias e misteriosas ou criar mais problemas ao invés de solucioná-los por exemplo).

¹⁰⁰ O significado desta expressão deve ser entendido em contraponto com o que seria um julgamento puramente intelectual. O julgamento da vontade livre além de fazer uma escolha, também leva a uma ação, sendo um julgamento prático nesse sentido. Daí a conexão entre livre ação e livre vontade, e ação ou vontade autoformadora: a vontade está em conjunto com a ação.

acaso a mulher decidisse por ajudar e se dirigisse à vítima, ainda poderia a qualquer instante mudar sua decisão. Aquilo o que vier efetivamente a ocorrer irá reforçar seu caráter moral ou seu interesse em satisfazer a si mesma.

Seu caráter, sua história, seus desejos e motivos podem explicar o conflito por que está passando e até mesmo a razão pela qual, qualquer que fosse a escolha tomada, esta teria sentido. Contudo, nenhum desses fatores condicionaria uma decisão em particular ou explicaria por que um resultado prevaleceu sobre o outro. Semelhante ao raciocínio probabilístico, mesmo aquilo que corresponde a menor chance de acontecer, pode acontecer. O que é menos provável, que seja 1 para 100, é perfeitamente possível.

Entre as razões ou motivos e a decisão resultante há outro fator que é o esforço da vontade. As vontades possuem força, mas não se sabe a potência dessa força. Os esforços que estão em jogo são indeterminados, fazendo com que a decisão não seja determinada. É assim que o filósofo introduz a indeterminação em sua teoria, conforme observamos na tese de número 24:

T24 (em FW): Vamos supor que o esforço da vontade (para resistir à tentação) nas situações de escolhas morais e prudenciais (...) é (um evento ou processo) *indeterminado*, fazendo assim com que a escolha resultante *não seja determinada*.¹⁰¹

Isto, ao que todos nós experienciamos como esforços, corresponde hipoteticamente a “processos complexos nos nossos cérebros que são macro processos envolvendo muitos disparos de neurônios e conexões”¹⁰². Para explicar como essas indeterminações a nível micro podem influenciar o nível macro, Kane faz uso da teoria do caos, onde pequenas variações iniciais podem crescer exponencialmente afetando o resultado final. Une, então, a indeterminação da física quântica à ideia de sensibilidade característica da teoria do caos:

T25 (em FW): Imagine que os esforços indeterminados da vontade da T24 são processos caóticos complexos no cérebro, envolvendo redes neurais que são globalmente sensíveis às indeterminações quânticas no nível neuronal. As pessoas experienciam esses processos complexos fenomenologicamente como ‘esforços da vontade’ que estão fazendo para resistir à tentação em situações morais e prudenciais. Os esforços são provocados por motivos concorrentes e conflitos internos às vontades das pessoas (...). Esses conflitos criam tensões que são refletidas em regiões apropriadas do cérebro por um movimento além do equilíbrio termodinâmico, que aumenta a sensibilidade às micro indeterminações

¹⁰¹ “T24 (on FW): Let us suppose that the effort of will (to resist temptation) in the moral and prudential choice situations (...) is (an) *indeterminate* (event or process), thereby making the choice that terminates it *undetermined*.” (KANE, 1998, pág 128)

¹⁰² “complex processes in our brains that are macro processes involving many neuron firings and connections” (KANE, 1998, p. 128)

no nível neuronal e amplia as indeterminações ao longo do complexo macro processo que, visto como um todo, é o esforço da vontade do agente.¹⁰³

A ideia é que, se pudéssemos observar o cérebro da mulher de negócios enquanto ela delibera sobre como agir, essa seria a “imagem” que nós teríamos. Em outras palavras, a face fisiológica daquilo o que ela está fazendo. A descrição do que ocorre a nível cerebral ou neuronal não deve retirar do agente a posse dos seus atos. O que a mulher está fazendo é *sua* ação. Ao final desses momentos de tensão e indeterminação, o agente faz com que um conjunto de razões e motivos prevaleça sobre o outro ao decidir-se.

Possuir controle voluntário plural implica ser capaz de decidir a favor de um ou outro conjunto de razões que se deseje. O resultado é a própria decisão, não podendo ser predeterminada, porém sendo certamente desejada pelo agente. O produto do processo deliberativo é aquele conjunto de motivos que foi *mais* desejável dentre os desejáveis *participantes*, ou seja, que foram considerados para se tomar a decisão e que, portanto, a influenciaram. A origem do conflito entre as opções disponíveis é de caráter interno à própria pessoa, pois provém das suas inclinações e motivações. Assim, independentemente da escolha, esta é feita racionalmente e se encontra justificada na história psicológica do indivíduo.

As razões pelas quais o agente escolheu influenciaram sua decisão. Kane admite que razões possuem um papel causal no sentido probabilístico, sem determinar a ação. Acrescenta ainda que *escolher por razões* envolve um elemento teleológico: “as escolhas devem conectar as razões de certa maneira às ações futuras escolhidas e pretendidas”¹⁰⁴. Se posteriormente as razões enfraquecerem ou deixarem de ser tão importantes para o indivíduo, este pode vir a decidir diferentemente no futuro:

(...) há uma influência recíproca das razões na escolha e da escolha nas razões. As razões tem um papel na etiologia causal da escolha (embora não tenham que determiná-la), enquanto que a escolha em si, uma vez feita, conecta as razões à intenção formada de modo que ‘razões para escolher’ também se tornam ‘razões para agir’. Logo, a escolha uma vez feita, (...) conecta essas razões ao

¹⁰³ “T25 (on FW): Imagine that the indeterminate efforts of will of T24 are complex chaotic processes in the brain, involving neural networks that are globally sensitive to quantum indeterminacies at the neuronal level. Persons experience these complex processes phenomenologically as ‘efforts of will’ they are making to resist temptation in moral and prudential situations. The efforts are provoked by the competing motives and conflicts within the will of the persons (...). These conflicts create tensions that are reflected in appropriate regions of the brain by movement further from thermodynamic equilibrium, which increases the sensitivity to micro indeterminacies at the neuronal level and magnifies the indeterminacies throughout the complex macro process which, taken as a whole, is the agent’s effort of will.” (KANE, 1998, p. 130)

¹⁰⁴ “The choices must connect the reasons in a certain way to future actions chosen and intended.” (KANE, 1998, p. 136)

comportamento subsequente, de modo que a habilidade do agente em persistir na ação (...) é sensível a variações nas atitudes do agente com relação às razões (...)¹⁰⁵

Comportamento e escolhas podem vir a mudar porque as atitudes são sempre orientadas pelos motivos presentes. Além disso, após uma resolução, as novas experiências do sujeito podem fazer com que ele se sinta diferente com relação às razões que o fizeram agir anteriormente. Quanto ao que ocorre a nível cerebral nesses momentos, Kane acrescenta:

(...) escolher A por razões R (...) faz mais do que criar uma intenção para A ou iniciar eventos que levam a execução de A. Reorganiza a estrutura motivacional do cérebro, criando conexões entre os padrões neurais correspondentes ao agente ter razões R e padrões neurais correspondentes à intenção criada pela escolha. Devido às novas conexões neurais criadas, as razões do agente para escolher tem um papel tanto teleológico quanto causal no comportamento, influenciando o comportamento futuro (...)¹⁰⁶

Seja qual for a escolha feita, a estrutura cerebral é reorganizada e a vida motivacional do agente é reorientada em determinada direção. Kane utiliza a expressão *rede própria*¹⁰⁷ para designar as conexões neurais que representam o sistema motivacional geral do sujeito, através do qual ele se define e toma decisões. Esta rede compreende eventos cerebrais, como os referentes aos esforços e motivos envolvidos nas decisões, se sobrepondo aos eventos específicos para ser uma rede mais global e refletir a unidade do sujeito ou, em outras palavras, do *eu*.

Essas ideias acerca do funcionamento mental compõem uma parte fundamental do que Robert Kane entende por agência. A rede mais ampla, que em última instância dá unidade ao eu, garante o pertencimento de todos os eventos mentais ao sujeito, pois os contêm. Nenhuma cadeia de razões pode influenciar as decisões do indivíduo externamente, de fora desse conjunto maior, o que exclui a possibilidade de uma decisão ser acidental ou, como exemplificado pelo filósofo, ocorrer devido a um salto quântico no cérebro. A rede a qual nos referimos une razões, ação e indivíduo em uma amálgama necessária para que a agência se realize.

¹⁰⁵ "(...) there is a reciprocal influence of reasons on choice and choice on reasons. The reasons play a role in the causal etiology of the choice (though they need not determine it), while the choice itself, once made, connects the reasons to the intention formed so that 'reasons for choosing' also become 'reasons for acting'. Thus, a choice once made (...) connects those reasons to subsequent behavior so that the agent's ability to persist in acting (...) is sensitive to variations in the agent's attitudes toward the (...) reasons." (KANE, 1998, p. 136)

¹⁰⁶ "(...) choosing A for reasons R (...) does more than create an intention to A or initiate events leading to the doing of A. It reorganizes the motivation structure of the brain, creating new connections between the neural patterns corresponding to the agent's having reasons R and neural patterns corresponding to the intention created by the choice. By virtue of these newly created neural connections, the agent's reasons for choosing play a teleological as well as causal role in behavior, influencing future behavior (...)." (KANE, 1998, p. 137)

¹⁰⁷ Esta expressão foi esclarecida no capítulo 1 deste trabalho.

Devemos lembrar que, para que os momentos autoformadores ocorram plenamente, o indivíduo não deve estar sob controle de nenhum mecanismo, seja outro agente, drogas, hipnose ou qualquer situação do tipo. Analisamos algumas situações anteriormente quando comentamos cenários frankfurtianos. Qualquer controle externo ou artificial retiraria a responsabilidade última das mãos do indivíduo e a ação autoformadora não ocorreria.

Ainda com relação ao controle, devemos salientar que a imprevisibilidade da decisão não significa ausência de controle por parte do indivíduo. A presença do indeterminismo torna esta previsibilidade impossível. O sujeito não sabe de antemão como decidirá antes de decidir: isto se dá instantaneamente. Comentamos anteriormente que os momentos de autoformação assim o são porque são originais, não determinados por condições anteriores. O que Kane admite é que esta incapacidade de garantir um determinado resultado é uma limitação de controle. Esta limitação – e não ausência – todavia é, na verdade, positiva.¹⁰⁸

O único meio de se ter controle último é renunciando o tipo de controle que permite saber com antecedência como as coisas ocorrerão, é abrindo mão deste poder absoluto. Justamente porque a escolha que se fará não está totalmente condicionada pelos mais diversos fatores e, portanto, também não pode ser antevista, é que é livre, ou seja, pode se construir neste espaço entreaberto. A presença do indeterminismo é, assim, fundamental para os libertaristas e, cumprida toda a pluralidade de condições expostas, estaria assegurada a livre agência e a realização das ações autoformadoras.

É precisamente neste ponto que Robert Kane introduz o conceito de experimentação ou, mais especificamente, experiências de valor. Existe sim certa arbitrariedade da vontade no sentido de que uma escolha livre não pode ser completamente compreendida em termos do passado. Uma escolha provinda de uma vontade autoformadora é um *experimento* e parte da sua justificação está no futuro. É consistente com o passado e com um significativo sentido de futuro – ou *continuidade da narrativa*, como o autor também faz referência¹⁰⁹ - e é inteligível, mas é um *caminho que se faz ao caminhar*. Toda a experimentação gera novos dados para decisões futuras – e em termos neurais reorganiza os padrões e as conexões.

Kane afirma que sua teoria possui inteligibilidade teleológica (TI), referindo-se às características mencionadas acima e diferenciando-se de outras teorias libertaristas com concepções alternativas de causa ou agência.¹¹⁰ Para ele, os eventos que fazem parte da vida do

¹⁰⁸ Comentamos esse aspecto positivo ao tratar do indeterminismo no final do capítulo 2 deste trabalho.

¹⁰⁹ KANE, 1998, p. 146. Ver também KANE, Robert. II-Acting 'of One's Own Free Will': Modern Reflections on an Ancient Philosophical Problem. In Proceedings of the Aristotelian Society, April, 2014, Vol.114(1pt1), p.35-55.

¹¹⁰ KANE, 1998, capítulo 8.

sujeito dão inteligibilidade à narrativa, possuindo um traço teleológico importante. Apenas a descrição fisiológica, por exemplo, não seria suficiente para se compreender a livre vontade. As perspectivas psicológica e fenomenológica do exercício dessa liberdade são essenciais para que isso ocorra.

3.4 Sobre as Outras Categorias de SFWs

Utilizamos o caso de da mulher de negócios para ilustrar o primeiro dos seis tipos de SFWs nomeados por Robert Kane e introduzir conceitos centrais da sua teoria de agência. Decisões morais como a do caso citado possuem muitas características semelhantes às prudenciais (segundo tipo) e, por isso, são muitas vezes trazidas lado a lado nos trabalhos do autor para melhor explicitar suas ideias. Optamos por utilizar apenas um exemplo do primeiro tipo porque entendemos que era suficiente para o nosso fim e, assim, evitaríamos repetições desnecessárias. Por essa razão, não iremos nos deter muito nesses dois tipos aqui. Utilizaremos este espaço para caracterizar e diferenciar as categorias de vontades autoformadoras e para explorar alguns outros pontos da teoria libertarista de Kane.

Conflitos presentes em decisões morais e prudenciais envolvem normalmente uma escolha entre o dever e o querer. Em casos do primeiro tipo, o dever expressa uma obrigação moral, enquanto que, no segundo, envolve algo que seria o melhor a se fazer quanto ao futuro ou a um interesse de longo prazo. Na outra ponta dos conflitos está o desejo de satisfazer interesses pessoais e, no outro caso, de atender a um desejo imediato ou de curto prazo.

Um exemplo¹¹¹ muito utilizado para ilustrar um conflito prudencial nos pede para imaginar um homem, alcoólatra em recuperação, que devido a uma sobrecarga de stress encontra-se tentado a beber após trabalhar até tarde. Ele lembra que está buscando acertar sua vida e reparar os danos causados no seu casamento e deve, para tanto, resistir à tentação de beber. Neste sentido, a decisão é entre o que ele deve fazer, para atingir seus objetivos maiores, de longo prazo, e o que ele deseja no momento – uma satisfação imediata mas que coloca em risco seus planos. Características quanto a divisão das suas vontades, a luta entre os esforços envolvidos nas diferentes vontades, os conjuntos de razões que sustentam cada um dos seus desejos em diferentes direções, etc., se apresentam de maneira análoga aos conflitos morais. Há uma tensão entre o que se deseja e o que se deve fazer e há um esforço nas duas direções: na de ceder e na de resistir à tentação.

¹¹¹ Este exemplo pode ser encontrado em KANE, 1998, p. 126.

O terceiro tipo de vontade autoformadora refere-se a esforços da vontade a fim de sustentar um dado objetivo. Mesmo após se formar uma intenção ou vontade, há ainda que se mantê-la e sustentá-la no tempo, principalmente frente a obstáculos. No exemplo da mulher de negócios, imaginemos que ela decidiu por prestar ajuda. Digamos que, a caminho do beco ela comece a sentir medo. Neste caso, ela teria que fazer um esforço para levar a cabo a sua intenção apesar do medo. Este esforço seria uma nova SFW, neste caso do terceiro tipo. No entanto, pode ocorrer de ela falhar naquilo que estava intencionada a fazer. Ela pode, por exemplo, se encontrar “congelada” ao tentar criar coragem e acabar por perder o momento ou, ainda, somente conseguir agir após chegarem outras pessoas. Nesta situação, ela não teria escolhido fazer diferentemente, mas teria falhado em escolher. A dificuldade foi tanta que não houve formação desta vontade ou ela foi formada tardiamente. Kane classifica essas falhas, em sustentar ou em formar uma vontade, como tipos de *omissão*¹¹².

O quarto tipo de vontade autoformadora também é um esforço, porém direciona-se especificamente ao autocontrole ou à automodificação. Porque possui esse papel especial, está em uma categoria separada. Esse é o caso em que, a fim de modificar um comportamento ou redirecionar – ou não atender – a certos desejos, se faz uso de artifícios como focar em alguma imagem ou memória com o objetivo de facilitar a ação. Seguir o que queremos de imediato ou permanecer em um hábito é muito mais natural do que o contrário. O esforço requerido é um trabalho árduo no contrafluxo e, assim, técnicas de ajuda são mais do que bem-vindas. Todavia, mesmo para executar essas técnicas é necessário algum esforço como atenção, concentração e até mesmo o de suportar sentimentos desagradáveis.

Um exemplo utilizado¹¹³ é o de um homem que está tentando parar de fumar. Ele percebe que sua força de vontade é fortalecida ao focar sua atenção na dolorosa imagem de seu pai morrendo de câncer de pulmão. A imagem serve a seus propósitos, mas não sem exigir também o esforço de suportá-la. Portanto, é preciso uma forte vontade de se modificar acima de tudo. Essa categoria de ação da vontade livre destaca-se por permitir mudança e, nesse sentido, estar relacionada de maneira muito especial com a liberdade de autoconstrução e de se definir a si mesmo ativamente.

Decisões de ordem prática são o quinto tipo de vontades autoformadoras. Este tipo de escolha não envolve nenhum tipo de dever, como as morais e prudenciais, mas diz respeito apenas a se tomar a melhor decisão possível para resolver o problema. Fazemos estas escolhas

¹¹² KANE, 1998, p. 156-157.

¹¹³ KANE, 1998, p. 157.

quando pensamos para onde viajaríamos nas férias, onde morar ou que oferta de trabalho aceitar, por exemplo. Algumas escolhas práticas são obviamente de certa importância, mas outras não têm tanta significância e são mais comuns no nosso dia a dia, como decidir o que comer ou quem visitar.

Consideremos o exemplo já utilizado aqui: aquele em que Jane está a deliberar sobre onde passar suas férias. Apesar de não envolver conflitos morais, este processo deliberativo não é simples. Há muitos pontos a serem considerados por Jane, desde planejamento financeiro e informações objetivas dos lugares, até expectativas, emoções e crenças que geram experimentações mentais. Isso envolve inúmeras faculdades mentais funcionando em conjunto e o indeterminismo está presente naquilo o que será trazido à consciência para ser considerado nas influências, na criatividade, enfim, está envolvido no processo racional. Muitas hipóteses e cenários podem ser considerados sem que necessariamente um em especial se destaque, algo que facilitaria a escolha se acontecesse. A presença do indeterminismo no processo criativo e na solução de problemas é mais uma característica que podemos observar nesta visão libertarista.

Kane (1998, p. 159-164) aponta que o processo reflexivo que ocorre durante a deliberação prática, em que mentalmente se testa inúmeras possibilidades, assemelha-se à ideia darwiniana de evolução. Ao longo do processo evolutivo ocorrem mutações genéticas que mudam os seres. De acordo com a interação destes com o ambiente, os novos seres são ``testados`` e selecionados. Analogamente, aquilo o que é trazido à mente de forma indeterminada é testado e selecionado ou descartado através das nossas considerações. Esse processo que ocorre em nossa mente é um exemplo de experiência de valor, a que já nos referimos neste trabalho, porém uma que se dá apenas mentalmente.

Ainda sobre o processo deliberativo, Kane diz que entre itens como memórias, imagens, cenários e informações trazidas à sorte para serem consideradas, aquelas que não são descartadas, passam pelo que se chama *endosso de motivos ou razões* de escolha. Ou seja, as opções consideradas relevantes são reconhecidas e, assim, aprovadas conscientemente. No caso de Jane, ela poderia, ao pensar nas praias do Havaí, lembrar o quanto gosta de estar na praia e isso reforçaria sua decisão a favor deste local. Se, por outro lado, houvesse uma lembrança desagradável relacionada a essa opção, a atitude seria no sentido de descartar este destino de viagem.

É verdade que não controlamos *quais* eventos serão trazidos à mente para consideração e, por isso, mesmo com o exercício do raciocínio e da seleção consciente do que deve ser levado em conta, ainda possuímos pouco controle sobre todo o processo. Com isso em vista, Kane

(1998, p. 164-167) salienta que há a possibilidade de o sujeito se tornar mais ativo mediante certos esforços específicos. Um deles é, nas suas palavras, o *esforço Taoista*. Este esforço consistiria na capacidade de se colocar a si mesmo em um estado receptivo a novas considerações: relaxar a mente, fazer associações livres, buscar abrir-se a pensamentos que podem estar inconscientes. Por meio dessas atividades, a criatividade na resolução de problemas também pode ser despertada ou melhorada uma vez que, ao “abrir a mente” e “buscar seguir um outro fluxo”, o indivíduo afasta-se de padrões de pensamento que já se tornaram familiares. Padrões de pensamento ou tendências a certas atitudes às vezes se cristalizam de forma tão natural que podem passar despercebidas e ofuscar outras perspectivas.

A nomenclatura taoista faz referência ao pensamento oriental de que quando relaxamos e não buscamos ter todo o controle sobre os nossos pensamentos é que podemos ser realmente criativos e livres. Este método seria uma forma de ampliar a criatividade e estaria à disposição da vontade. Quando controlamos muito nossos pensamentos temos a tendência a repetir os mesmos padrões. Por meio do esforço taoista, seria possível potencializar o pensamento criativo e traçar novos caminhos. Além de ajudar na resolução de problemas, também é útil na busca da melhor solução possível, uma vez que amplia nossas considerações. Desse modo, é justo dizer que aumentamos a chance de efetuarmos boas decisões, ao invés de pobres.¹¹⁴

Outros modos de o sujeito ser mais ativo e, portanto, exercer influência sobre o processo deliberativo, são os seguintes esforços¹¹⁵: (1) de não finalizar rapidamente a deliberação, (2) de focar a atenção nas considerações e suas consequências, (3) de evitar suprimir uma consideração relevante devido a alguma resistência pessoal, (4) de se estimular a buscar novas informações, (5) de evitar o autoengano (na relevância de considerações ou consequências). Podemos facilmente observar a grande variedade de alternativas disponíveis ao agente para que este se torne mais ativo nas suas escolhas. Para ilustrar como estes esforços se aplicam na prática, reproduziremos as palavras de Robert Kane:

Jane talvez esteja cansada de deliberar sobre suas férias, mas, lembrando umas férias desastrosas que teve, provavelmente fará o esforço (1) de continuar deliberando ao invés de decidir precipitadamente. Ela talvez tenha que fazer esforços do tipo (2) para focar a atenção em relevantes cenários envolvendo sua amiga no Colorado para ter certeza se outra visita à sua amiga é algo realmente da sua preferência. Pensamentos sobre os variados restaurantes do Havaí talvez provoquem pensamentos sobre comer demais e a lembre de tentativas recentes de dieta, que está inclinada a suprimir. Mas se a decisão final deve ser no seu melhor

¹¹⁴ Pode ocorrer ao longo de um processo deliberativo que duas ou mais opções sejam incomparáveis entre si, no sentido de não poderem ser julgadas pelos mesmos padrões porque se destacam sob diferentes perspectivas. Kane (1998, p. 166-167) chama este fato de *alternativas incomensuráveis*.

¹¹⁵ KANE, 1998, pág. 167.

interesse consideradas todas as coisas, esforços do tipo (3) devem ser feitos a fim de evitar suprimir tais pensamentos – assim como esforços para evitar racionalização (5) sobre avisos recentes de seu médico contra exposição ao sol em excesso. Finalmente, a melhor decisão requer que ela faça esforços do tipo (4) para conseguir mais informações sobre custos, acomodações, e outros detalhes que podem ser relevantes para a sua decisão – tarefa facilmente postergada por aversão e falta de tempo.¹¹⁶

Os esforços listados acima podem participar de processos deliberativos práticos, prudenciais e morais. Esta observação mais detalhada faz parte de um refinamento na abordagem de Kane. Até o momento de a escolha ser formada todos os esforços envolvidos estão acumulando razões e motivos para este fim. A deliberação final é um julgamento prático feito a partir do processamento de todos os dados disponíveis que foram postos sob consideração e avaliados. Quanto mais dados, ou seja, quanto mais rico o processo deliberativo, maiores são as chances de se fazer o melhor julgamento possível.

Há ainda uma das seis categorias a se explorar aqui chamada *mudanças de intenção na ação*. O exemplo trazido por Kane para exemplificar esta categoria fala de um homem que, após longa deliberação, decide por atirar no seu cavalo machucado. Porém, quando ele está a mirar, vê os olhos do animal e acaba por abster-se de fazê-lo. Sua vontade é enfraquecida durante a ação e ele não vai a termo. Em situações como essa, a ação não foi executada devido a uma mudança de intenção ocorrida no último instante possível e sem uma prévia deliberação para formá-la. Mesmo que o homem ainda considerasse que atirar seria o melhor a se fazer, não conseguiu fazer prevalecer esta intenção tempo suficiente para cumprí-la. Esse tipo de SFW designa especialmente casos de fraqueza da vontade ou *akrasia*¹¹⁷.

Casos desse último tipo são um pouco diferentes porque não há o tempo de deliberação típico das outras categorias de vontades autoformadoras. São atitudes de “último minuto”. Por essa razão, é um pouco polêmico como deve ser tratado ou interpretado. Para Kane, estas ações são livres e ele procura acomodá-las em sua teoria. A mudança é explicada da mesma forma

¹¹⁶ “Jane may be tired of deliberating about her vacation, but, recalling a previous disastrous vacation, she may make the effort (1) to go on deliberating rather than decide too hastily. She may have to make efforts of kind (2) to focus attention on relevant scenarios involving her friend in Colorado in order to be sure whether another visit with this friend is something she really prefers. Thoughts about Hawaii’s varied restaurants may provoke thoughts of overeating and reminders of recent attempts at dieting, which she is inclined to suppress. But if the final decision is to be in her best interest all-things-considered, efforts of kind (3) must be made to avoid suppressing such thoughts – as well as efforts to avoid rationalizing (5) about her doctor’s recent warnings against getting too much sun. Finally, the best decision will require her to make efforts of kind (4) to gather further information about costs, accommodations, and other details that might be relevant to her decision – task easily postponed out of aversion and for lack of time.” (KANE, 1998, p. 167-168)

¹¹⁷ Esta é a palavra utilizada por Robert Kane para referir-se a esses casos. Ele considera único esse tipo de situação e difícil de categorizar por haver pontos polêmicos. Um desses pontos é classificar como deliberação a resolução final de não atirar no animal. Outro é saber se não atirar foi uma escolha livre (havia opções alternativas nessa situação?). (KANE, 1998, p. 169-170)

que as outras escolhas: quando o conflito é instaurado, existe uma tensão entre se manter a decisão prévia e se deixar sucumbir à inclinação de não executá-la devido ao que o momento da experiência está a causar. O resultado é indeterminado, porém livre.

CAPÍTULO 4

Neste capítulo apresentaremos uma visão crítica acerca de alguns aspectos da teoria de Robert Kane. Optamos por dividi-lo em quatro partes principais.

A primeira trata da exigência de duas requisições, possibilidades alternativas e responsabilidade última, como condição de possibilidade para ações livres. Para John Martin Fischer, tais conceitos deveriam ser independentes, diferente do modo como Kane os aborda. Além disso, não seria o caso que as duas condições fossem necessárias para que houvesse responsabilidade moral: a presença de possibilidades alternativas no sentido colocado pelo libertarismo não seria um requisito.

A segunda parte trata da inteligibilidade da teoria libertarista de Kane a partir de complicações adicionais trazidas pelo indeterminismo. Alguns pontos a esse respeito já foram expostos ao longo deste trabalho. Contudo, ao nos questionarmos sobre a inteligibilidade da teoria de Kane, que vem a ser a questão título deste trabalho, este se torna um dos tópicos mais importantes a ser considerado. Para analisá-lo trazemos para o diálogo Gary Watson, Derk Pereboom e Ishtiyaque Haji. A perspectiva sob a qual cada um desses autores fala apresenta nuances diferentes e por esta razão estarão enumeradas, indicando a transição de um para outro autor.

A terceira parte expõe a objeção de Manuel Vargas quanto à plausibilidade da teoria libertarista de Kane. Vargas defende que as concepções filosóficas devem levar em conta, entre outras coisas, aquilo o que é mais provável considerando as evidências disponíveis e especular o menos possível. Dentre as abordagens, o libertarismo se afastaria desse critério e demandaria mais que outras devido à exigência do indeterminismo, sendo assim menos atraente. A teoria de Kane, em especial, seria muito comprometedor nesse sentido em relação, principalmente, ao modo como o indeterminismo deve estar intrincado no processo que leva a uma ação autoformadora.

Na quarta parte nos reservamos o direito de comentar brevemente o que pensamos das colocações apresentadas neste capítulo. Outros comentários com relação ao que foi exposto no corpo do trabalho serão desenvolvidos posteriormente na conclusão.

4.1 Duas Condições?

Para Robert Kane, as condições de responsabilidade última e possibilidades alternativas estão necessariamente interligadas para viabilizar a liberdade incompatibilista. Mesmo que não

seja preciso a presença de PA em todos os momentos de ação, ela deve estar presente em alguns momentos da história do agente para garantir que este é responsável por formar seu próprio caráter e suas vontades. As alternativas de escolha possibilitam em última instância que o indivíduo possa se fazer diferente do que é: foram as suas escolhas que o tornaram quem é e, tivessem elas sido outras, ele poderia ter se tornado alguém diferente. Desta forma, ele é responsável pelo que é e por suas ações.

Para Fischer¹¹⁸, no entanto, não está claro por que razão estas duas condições (PA e RU) devem estar interligadas. Ele pensa que a noção de responsabilidade última pode existir independentemente, sem requerer PA para fazer sentido. PA é importante para Kane para garantir as condições de pluralidade nas SFAs, por exemplo, e então haver a formação da vontade. Todavia, quanto ao requerimento de alternativas possíveis, Fischer não vê qualquer razão para se diferenciar um momento especial (SFA) de formação de vontade de qualquer outro momento regular em que um curso de ação deve ser tomado. Para ele, não há sentido em se estabelecer dois níveis diferentes, onde a *livre ação* (externa) não possuiria o mesmo significado da livre vontade de Kane. A pluralidade de que Kane fala poderia bem ser a pluralidade que encontramos ordinariamente no cotidiano, sem assimetrias.

O sujeito é responsável por uma ação se esta pode ser vista como partindo dele, reconhecida por ele, de maneira consistente com o determinismo, não vamos detalhar aqui as condições mais específicas que Fischer apresenta para que um indivíduo seja considerado capaz de ser moralmente responsabilizado, digno ou não de elogio ou culpa. Não é necessário que ele possua acesso metafísico a alternativas para agir diferentemente, mas apenas que o sujeito tenha executado a ação que desejou executar, como nos casos de Frankfurt em que não há interferência externa na sequência de ação realizada pelo agente. É *como* ocorre e se desenrola a *atual sequência* de eventos que conta. Fischer chama este tipo de controle de *controle de orientação*, distinguindo de *controle regulador*, que seria o acesso a possibilidades alternativas. Para ele, portanto, traçar a origem de uma ação para atribuir responsabilidade pode ser entendido sem a presença de possibilidades alternativas e, de maneira suficiente, para se atribuir responsabilidade moral quando for o caso – propriedades relevantes para isso poderiam ser conferidas na própria sequência de eventos. Os dois tipos de controle, de orientação e regulador, bem como as duas condições referidas por Kane (RU e PA), devem ser conceituados e compreendidos independentemente um do outro.

¹¹⁸ FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M. Four Views on Free Will. Wiley-Blackwell, 2007, capítulos 2 e 6.

Além da separação entre os conceitos de responsabilidade última e possibilidades alternativas (como salientados no item anterior), Fischer insiste em dizer que a determinação causal na sequência dos fatos não elimina responsabilidade moral. Não há argumentos suficientes para esta defesa, em sua opinião. Parece simplesmente um desejo de que assim seja e de que nós não sejamos um simples elo na sequência dos eventos. Kane apresenta alguns argumentos, como quando fala sobre *Walden Two*¹¹⁹ para demonstrar que a maioria das pessoas concordaria que, no caso de alguém secretamente controlando seu cérebro, você não poderia ser responsabilizado. Para Kane, o determinismo causal funciona da mesma maneira, acabando com a ideia de uma responsabilização moral dos indivíduos.

Para Fischer¹²⁰, há mais de um tipo de cadeia causal. Logo, o determinismo causal não corresponde necessariamente a este tipo de controle. Em uma sequência determinística é possível se distinguir casos em que haja responsabilidade moral. Kane mantém que se fatores externos a uma pessoa são suficientes para determinar suas escolhas e atitudes inteiramente, então, nada resta que possa ser deixado a ela e assim lhe atribuir responsabilidade. Este é apenas mais um dos vários impasses na discussão.

4.2 Inteligibilidade e Indeterminismo

Uma questão central neste trabalho é a da inteligibilidade¹²¹: será a visão libertarista de liberdade possível ou ao menos inteligível? Libertaristas frequentemente invocam ideias de agência ou de causação misteriosas para explicar como uma ação livre pode escapar às leis da física por exemplo. Além disso, se esta forma de liberdade não pode ser compatível com o determinismo, tampouco parece poder com o indeterminismo. Neste último caso, alguns diriam que tudo estaria jogado à sorte.

Vamos lembrar que para Kane não são todas as ações livres que requerem indeterminismo, mas apenas aquelas as quais chama ações autoformadoras. O que faz a escolha ser uma escolha do agente é o fato de que esta resulta de seus esforços e processo deliberativo, que é influenciado e causado por suas razões e motivos. Além disso, o agente endossa sua

¹¹⁹ Esta é uma referência à obra *Walden Two* de B.F. Skinner. Na história, os habitantes podem fazer o que quiser ou escolher, porém foram fortemente condicionados desde a infância a querer e escolher apenas o que lhes é permitido ter ou fazer.

¹²⁰ Para mais informações ver FISCHER, 1997; FISCHER; RAVIZZA, 1998; e FISCHER, John Martin. Problems With Actual-Sequence Incompatibilism (Comments On Robert Kane's Presentation). In *The Journal of Ethics* (2000) 4: 323-328.

¹²¹ Para maiores informações é possível consultar KANE, 1998, introdução e FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, capítulo 1.

decisão e a reconhece como pertencente a si e a seu sistema motivacional. Para dar conta do que faz alguém decidir por uma coisa ou outra, uma vez que dadas as mesmas condições um indivíduo pode decidir diferentemente, muitos libertaristas ao longo do tempo trouxeram para a ideia de agência o que Kane chama de fator extra. Esta estratégia, assim como outras de causalção por agente, é alvo de muitas críticas como, por exemplo, por fazer um apelo a entes metafísicos misteriosos. Kane evita este caminho, atribuindo à agência as funções mentais do sujeito.

I. Essas teorias libertaristas, que não fazem demandas metafísicas como a exigência de um fator extra ou uma causalção especial por agente, são chamadas por Gary Watson¹²² de Libertarismo Fraco. Kane se enquadraria nessa classificação por considerar como causa eventos mentais do indivíduo. Watson afirma que abordagens do libertarismo fraco – como a de Kane – não conseguem fornecer uma perspectiva apropriada de significância da indeterminação. Em se imaginando dois mundos iguais exceto pela condição de que em um há determinismo causal e no outro não, afirmar que neste segundo há liberdade e responsabilidade (o poder de ser o criador último) devido apenas ao fato de ser indeterminado não é suficiente. A indeterminação deveria implicar diferenças maiores e significativas em relação aos indivíduos de um mundo determinado, de maneira positiva, ou seja, adicionando algo que tornasse a liberdade “mais verdadeira” na sua presença (WATSON, 1999, p. 358-359).

Há uma preocupação libertarista quanto à fonte das ações humanas, a qual aparece em Kane sob a condição RU. Esta condição somente se faz possível em um mundo indeterminado, pois de outro modo, a responsabilidade última estaria para além do sujeito, vinculada a uma cadeia causal de determinações. Todavia, para Watson, o modo como Kane trata RU não lhe garante a singularidade. Lembremos-nos do exemplo do caso da mulher de negócios que decide parar para ajudar um estranho, perdendo sua importante reunião. Digamos que os ensinamentos de sua mãe sobre altruísmo tenham pesado muito nesta decisão, inclinando sem determiná-la. RU poderia ser atribuída à mãe tanto quanto à filha, pois ela teria uma contribuição causal importante. Deste modo, a filha não seria responsável no sentido forte que Kane espera que seja para configurar sua condição RU. Pensando desta forma, a responsabilidade última que Kane requer não ocorreria, pois deveria pertencer ao agente e a ninguém ou nada mais, sendo em última instância rastreada a ele.

Assim também, no caso de Lutero, ele é considerado responsável pelo seu ato emblemático, apesar de não ter alternativa naquele momento, devido aos vários momentos

¹²² WATSON, Gary. Soft Libertarianism and Hard Compatibilism. In *The Journal of Ethics*, 1999, Vol.3(4), p.353-368.

passados que o levaram a tal situação. Esses momentos (SFAs) talharam seu caráter de modo a contribuir para sua decisão. Porém, seria muito estranho considerar nessa equação todo o treinamento moral de seus pais na construção desse caráter? Para Watson (1999, p. 359-360) é razoável que se suponha que os atos voluntários de seus pais influenciaram os atos voluntários do próprio Lutero. A abordagem de responsabilidade última de Kane tampouco compreenderia satisfatoriamente este ponto. Afirmar que um agente que contribui causalmente para uma ação de forma indeterminada e voluntária asseguraria a unicidade de RU seria, portanto, insuficiente.

II. RU tem um sentido forte para Kane, uma vez que o indivíduo deve ser responsabilizado pela formação de seu próprio caráter. Isto, porém, via indeterminismo, parece acarretar outro problema relacionado ao controle: como se poderia responsabilizar um indivíduo por uma ação indeterminada? Não estaria assim fora do seu controle e, logo, fora do âmbito da responsabilidade?

Para Derk Pereboom, o agente em Kane carece do tipo de controle que se requer para que seja considerado moralmente responsável por sua decisão, pois ele não controla em última instância seus eventos ou funções mentais¹²³, onde estaria a origem de seus atos. A presença do indeterminismo a esse modo faria com que fosse uma questão de sorte qual decisão será tomada, pois mesmo que se observem os eventos mentais relevantes para a escolha, não há nada no agente que possa estabelecer qual escolha será feita. O que faz o resultado pender para um lado ou para outro é indeterminado e, então, não depende da pessoa. Logo, esta não pode ser responsabilizada. Derk chama esta situação de *o problema do desaparecimento do agente*¹²⁴.

Mesmo que Kane exponha diversas razões para assegurar que o agente possui o necessário para caracterizar controle e responsabilidade sob suas ações (por exemplo: voluntarismo, intencionalidade, objetivo, racionalidade e não ser fruto de coerção ou acidente), isto também não parece ser suficiente para convencer Pereboom, uma vez que tais características também são trazidas pelos compatibilistas para alegar que o determinismo causal não exclui o controle necessário para responsabilidade moral. Kane falharia em demonstrar a superioridade do incompatibilismo neste aspecto. Se no compatibilismo a origem das decisões do agente não está nele, mas em fatores além do seu controle, como eventos do passado e leis da natureza, assim também ocorreria na teoria de Kane. A diferença de que há uma folga na cadeia causal devido ao indeterminismo não resolveria este problema.

¹²³ Podemos observar aqui que, por uma via diferente, Pereboom encontra uma conclusão comum com a crítica recém exposta de Watson: o libertarismo fraco de Kane não conseguiria atender à demanda de RU que se propõe.

¹²⁴ FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 102.

Uma das condições para que se tenha RU – que o agente seja responsável por toda e qualquer causa ou explicação suficiente para gerar a ação – não pode ser satisfeita, pois não há como responsabilizar o indivíduo por uma decisão que não é determinada: há um fator além do controle do agente, que é o indeterminismo. Mesmo que possa haver mais de uma alternativa possível, não estará nas mãos do agente determinar qual caminho seguir. Este cenário é acusado de ser parcialmente randômico, pois sempre, desde as primeiras escolhas do sujeito, há fatores além do seu controle necessariamente presentes no processo. Nas palavras de Pereboom, “o que precisa ser adicionado à história libertarista evento-causal é o envolvimento do agente na produção de decisões que aumentariam seu controle de modo a torná-lo suficiente para a responsabilidade moral”¹²⁵ – o que o tipo de libertarismo agente-causal procura fazer, introduzindo o agente como causa, mas sem deixar de incorrer em outros problemas.

De acordo com essa interpretação, SFAs não seriam realmente possíveis, assim como não seria possível que alguém fosse responsável pelo seu próprio caráter, em virtude de não haver controle suficiente para isso. Essa objeção de Pereboom também pode ser chamada de “não-mais-poder-ou-controle-do-que-o-oferecido-por-compatibilistas”¹²⁶, expressão utilizada por Kane.

Pereboom ainda destaca que é difícil de ver como o sujeito pode ser responsável no sentido colocado por Robert Kane. O sujeito deveria poder formar suas vontades, mas estas dependem da ocorrência das SFAs que, por sua vez, dependeriam dos esforços da vontade. Para o agente ser responsável por uma decisão que resulta de um esforço da vontade ele deveria ser também responsável pelo próprio esforço da vontade. Este argumento parece ser circular:

Dada a abordagem de Kane acerca da responsabilidade, parece que o agente não pode ser responsável por um esforço da vontade a menos que seja ou resulte de uma ação auto-formadora. Mas, se um agente só pode ser responsável por uma ação auto-formadora a menos que resulte de um esforço da vontade, é difícil ver como a responsabilidade pode acontecer.¹²⁷

Sobre os esforços da vontade, Pereboom também afirma que não são assim tão diferentes de desejos. Para Kane, esforços da vontade possuem um papel de destaque em sua

¹²⁵ “What needs to be added to the event-causal libertarian story is involvement of the agent in the production of decisions that would enhance her control so as to make it sufficient for moral responsibility.” (FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 110)

¹²⁶ FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 176.

¹²⁷ “Given Kane’s account of responsibility, it would seem that the agent cannot be responsible for an effort of will unless it is or results from a self-forming action. But if an agent can only be responsible for a self-forming action unless it results from an effort of will, it is difficult to see how responsibility can ever come about.” (FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 194)

teoria da agência, enquanto desejos não. Mas, segundo Pereboom, os dois poderiam ser considerados estados em que o agente se encontra, e uma competição (ou conflito) entre desejos ou entre esforços da vontade seriam basicamente a mesma coisa, uma vez que o agente não parece ter o poder¹²⁸ de escolher ou selecionar aquele que será o “vencedor” do conflito.

III. O indeterminismo tornaria esta escolha fora de controle, o que para Pereboom como vimos assemelha-se a algo randômico. Este tipo de crítica pode ser incluído em uma mesma família pelo nome de objeção da sorte. Expusemos a definição desta objeção quando tratamos do indeterminismo no capítulo um. Com relação a Kane, uma formulação seria afirmar que se nada no sujeito (suas capacidades, desejos, motivos, etc.) o leva a fazer determinada escolha (SFAs), então não parece que a ele possa ser atribuída qualquer responsabilidade moral.

Ishtiyaque Haji¹²⁹ ilustra esta crítica com o exemplo de Jones. Jones é um homem que possui, tanto razões para fumar, como para não fumar e, assim, há nele presente vontades (ou esforços) nas duas direções. Haji pede que imaginemos “dois mundos”: um no qual vive Jones e outro no qual vive Jones*¹³⁰. Jones* corresponde à cópia de Jones em um mundo paralelo onde todas as condições são replicadas, inclusive a deliberação em questão, e não há diferença entre os dois. Posto isso, enquanto a deliberação de Jones resulta em um esforço da vontade de fumar e ele o faz voluntaria e intencionalmente, para Jones*, por outro lado, a mesma deliberação tem resultado oposto. Neste caso, Haji afirma que “é questionável se Jones fez dos motivos para se abster de fumar aqueles por que ele queria agir mais do que outros, escolhendo por eles”¹³¹, uma vez que não há nada em Jones ou Jones* que explique os diferentes produtos das deliberações. Parece que isso só pode ser compreendido como fruto da sorte, do tipo que mina a responsabilidade moral.

Haji sugere ainda que, se houvesse um pequeno dispositivo randômico no cérebro de um indivíduo fazendo com que um ou outro conjunto de razões prevalecesse a cada deliberação, ele produziria uma situação análoga ao exemplo de Jones. Assim como não há uma razão para Jones e Jones* decidirem diferentemente, também ocorre com a decisão produzida pelo dispositivo, a qual não está atrelada a nenhuma razão em particular. O indeterminismo presente nos esforços que geram uma escolha em Kane funcionaria da mesma maneira que um dispositivo randômico. Uma pessoa não pode ser responsabilizada pela decisão gerada pelo

¹²⁸ Este poder seria vislumbrado caso fosse possível se conceber o agente como substância, por exemplo.

¹²⁹ HAJI, Ishtiyaque. *Libertarianism And The Luck Objection (Comments On Robert Kane’s Presentation)*. In *The Journal of Ethics* (2000a) 4: 329-337.

¹³⁰ O asterisco é utilizado apenas para deixar mais claro quando estamos falando de Jones ou de sua réplica.

¹³¹ “it is questionable whether Jones has made the reasons to refrain from smoking the ones he wanted to act on more than others by choosing for them.” (HAJI, 2000a, p.330)

dispositivo, uma vez que não é responsável pelo que o dispositivo faz. Seguindo esta linha de pensamento, Jones também não poderia ser responsabilizado por suas decisões, já que não possui controle sobre os esforços indeterminados das vontades que dele fazem parte e que em última instância geram suas decisões. O fato de o esforço feito pelo sujeito estar interligado com o indeterminismo não evita que o produto da decisão se assemelhe a um mecanismo aleatório e, assim sendo, esteja para além do controle do sujeito e para além de qualquer responsabilização.

Para Kane (2000b), no entanto, esta analogia não é válida. Para ele não se pode aceitar o mecanismo de escolhas aleatórias do exemplo como sendo análogo ao mecanismo interno ao cérebro de Jones. Mesmo que os resultados fossem os mesmos, Jones é uma pessoa e não um mecanismo simplesmente, algo artificial. A indeterminação existente nele e faz parte de algo mais elaborado e complexo de vontades, de uma rede neural, de subprocessos cerebrais. Além disso, tudo isso ocorre internamente, originando-se no sujeito e sendo parte *dele*, e não em uma fonte externa sem conexão alguma com o indivíduo e suas vontades e conflitos. Cada momento de difícil escolha é resultado de um esforço voluntário e intencional e não apenas uma questão de sorte ou acaso.

Kane também afirma que não é possível se imaginar escolhas diferentes em dois cenários exatamente iguais, em que Jones e Jones* tomassem uma decisão diferente, pois dada a presença do indeterminismo, cada situação é única. Mesmo que o contexto seja o mesmo, o passado, as leis da natureza, o sujeito e seu estado mental, etc., os esforços da vontade não podem ser replicados ou previstos devido justamente ao fato de serem indeterminados. É isso que garante a *unicidade* de toda a SFA.

Esses momentos, têm um viés para o futuro, pois ainda são caracteristicamente uma experimentação. Na vida real não há repetição e as hipóteses e expectativas fazem parte do processo de tomada de decisão. As escolhas podem conter certa arbitrariedade por não serem completamente explicadas através do passado, mas não são arbitrarias em um sentido que as desconecte do sujeito – pelo contrário. Kane (1998, p. 145) trabalha com o conceito de experimentos de valor, que indica justamente esse tipo de situação. As escolhas não são determinadas pelo passado, mas são consistentes com o mesmo. Elas são um olhar para o futuro, como um convite a se tentar algo. As situações são sempre inéditas e cada escolha gera uma experiência. O passado pode guiar, mas não determinar. Aí está a liberdade e originalidade para Kane.

4.3 Da plausibilidade

O *Revisionismo* é uma abordagem que considera o que pensamos como ponto de partida para uma investigação que nos levará ao que *devemos* pensar. Ou seja, parte de uma visão *diagnóstica* para uma *prescritiva*. Acerca de liberdade e responsabilidade moral, a perspectiva revisionista busca repensar criticamente os conceitos que possuímos e, após uma investigação, reconstruí-los – neste caso, em direção a uma perspectiva compatibilista. Essa reconstrução deve levar em consideração desde a análise lógica até as informações mais atuais que possuímos a disposição. Um representante importante do revisionismo é Manuel Vargas.

O libertarismo captura muitos aspectos fundamentais do que o senso comum pensa sobre o que é ser livre e do que pensamos sobre nós mesmos (autoimagem). Porém, nem sempre as intuições do senso comum sobrevivem a um maior escrutínio. A teoria de Robert Kane, mesmo que se destaque com relação a outras concepções libertaristas, não seria considerada uma boa candidata após uma análise mais rigorosa.

Para Manuel Vargas¹³², apesar de muitas intuições incompatibilistas poderem ser identificadas no senso comum, ao analisarmos melhor esta abordagem não encontramos evidências que suportem esta concepção de agência e, ao contrário, muitas considerações que apontam a outra direção. Não há evidências empíricas que realmente favoreçam o libertarismo mesmo em suas melhores versões e, comparado a outras teorias, esta abordagem é a menos plausível.

Uma das razões para sua implausibilidade é requerer a presença do indeterminismo, tendo uma exigência que outras teorias não possuem e que parece ir além do que o conhecimento científico traz atualmente. É uma teoria que se afasta mais da realidade efetivamente conhecida na esperança de que a ciência futuramente a corrobore com novas descobertas. Quando há alternativas disponíveis que dialogam bem melhor com o que se sabe atualmente, qual seria o sentido em se optar pelo menos provável? Apesar dessa crítica se estender ao libertarismo em geral, Vargas também aponta de forma específica suas objeções quanto à abordagem de Robert Kane, que busca aliar suas ideias a leituras e conceitos científicos.

Para Kane, as SFAs, ou SFWs, são os momentos de liberdade por excelência. Quer dizer, sem tais instâncias, o agente não teria a liberdade tão almejada pelos defensores do libertarismo: a liberdade da vontade e, mais ainda, a liberdade de se construir a si mesmo, de ser causa de si mesmo nesse sentido. No entanto, para que as SFAs ocorram, não apenas é necessário que o

¹³² FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, capítulos 4 e 8.

indeterminismo entre em cena, mas isso deve acontecer de um modo muito específico, visto que é resultado de um tipo particular de processo cerebral:

A ideia é que em momentos de conflito ou incerteza, quando há objetivos múltiplos, mas mutuamente exclusivos que gostaríamos de alcançar, isso instiga um sistema caótico no cérebro que se torna sensível a indeterminações do mais baixo nível no cérebro (Como o próprio Kane observa sistemas caóticos são geralmente entendidos como deterministas.). Essas indeterminações de baixo nível (presumivelmente no nível quântico) influenciam a decisão de um agente afetando o sistema caótico gerado pelos objetivos mutuamente exclusivos do agente. O resultado é uma SFA, ou uma instância de liberdade.¹³³

Como podemos observar, a teoria se compromete em detalhes quanto à maneira que o indeterminismo atua e que o processo se dá. Vargas cita diversos meios pelos quais essa teoria poderia ser desacreditada ou refutada considerando os possíveis desenvolvimentos científicos, entre eles, em não havendo estado caótico nesses momentos de conflito ou os sistemas neurológicos não sendo sensíveis a indeterminações quânticas (ao menos não do jeito necessário). Em sua opinião, que se descubra que o processo cerebral ocorre exatamente como prevê a teoria é algo muito improvável, pois não há uma base substancial que sustente tais hipóteses.

Segundo Vargas, ainda, o modo como Kane se posiciona sugere que a filosofia poderia sinalizar o caminho para a ciência. Seria como dizer que um filósofo pode ser até melhor que um neurocientista em descobrir o funcionamento da estrutura cerebral, e este deveria aceitar alguns conselhos. Todavia, uma filosofia não poderia ser mais que especulativa quando se trata deste aspecto.

Resta também a questão de que não parece haver real benefício em se adicionar o indeterminismo a qualquer teoria de liberdade. Excetuando-se o fato de abrir a condição de existência de opções de ação, ou seja, de possibilidades alternativas, o que o indeterminismo viria a acrescentar? É difícil de ver como o indeterminismo daria mais controle ao agente dado que “as opções indeterministicamente disponíveis para o agente eram todas produtos de coisas além do controle do agente”¹³⁴. Aqui, Vargas considera que desde que nascemos estaríamos

¹³³ “The idea is that in moments of conflict or uncertainty, when there are multiple but mutually exclusive aims we would like to attain, this stirs up a chaotic system in the brain that becomes sensitive to lower-level indeterminacies in the brain. (As Kane himself notes, chaotic systems are usually understood to be deterministic.) These low-level indeterminacies (presumably at the quantum level) influence an agent’s decision by affecting the sensitive chaotic system generated by the agent’s desiring mutually exclusive aims. The result is a SFA, or an instance of free will.” (FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 143)

¹³⁴ “given that the options indeterministically available to the agent were all products of things beyond the control of the agent.” (FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 149)

cercados de elementos que nos limitam ou condicionam. O primeiro suposto momento de exercício da liberdade, ou livre vontade libertarista, surgiria a partir daquilo o que foi dado, deterministicamente, como hereditariedade, socialização e outros, incluindo o caráter e as inclinações por exemplo. Deveríamos, de acordo com a proposta de Kane, atingir algum tipo de controle a partir deste primeiro ato de liberdade, onde parece que o máximo que se poderia fazer seria optar por algo que fora concedido pelo mundo. O controle que se imagina na verdade não sairia dessas restrições e, mesmo sendo indeterminista, as opções disponíveis seriam extremamente limitadas e provindas de elementos que não são controlados pelo agente. Assim, mesmo que houvesse a possibilidade de se obter esta situação – opções disponíveis a partir daquilo o que está fora do controle do sujeito – que tipo de controle o indeterminismo estaria mesmo fornecendo?

Se o indeterminismo não acrescenta controle, que importante diferença ele faz para atribuir às ações de um agente a qualidade da liberdade? Vargas¹³⁵ pede que imaginemos um sujeito, Max, que possui controle em um mundo em que o indeterminismo está ausente. Max vive normalmente e faz suas deliberações, decidindo e julgando em diferentes situações do seu dia a dia e ele se sente responsável por suas escolhas. Se em um dado momento fosse acrescentado a ele o indeterminismo que lhe falta, o que mudaria? Para Max, aparentemente, tudo continuaria exatamente igual: ele continuaria fazendo escolhas, deliberando e teria tanto controle como tinha antes. Então, se para Max o mundo parece o mesmo e ele continua agindo da mesma forma, o papel do indeterminismo não parece tão definitivo afinal de contas.

Vargas propõe ao final que se repense sobre os conceitos de liberdade e responsabilidade moral que possuímos (no senso comum ou caracteristicamente incompatibilista) a fim de reconstruí-los dentro de uma perspectiva que se pode ter hoje e que seja plausível empiricamente, ou seja, que não assuma mais do que aquilo o que as neurociências revelam e que vá ao encontro daquilo o que é mais provável de acordo com os dados recebidos. Esses novos conceitos deveriam ser de ordem compatibilista e, ainda que diferentes do que é idealizado no senso comum ou na versão incompatibilista, seriam funcionais, exercendo o papel necessário para que se possa atribuir responsabilidade moral aos agentes e sem se comprometer com noções que pudessem ser ameaçadas pelo determinismo ou pelo indeterminismo, seja qual fosse o futuro desenvolvimento da ciência neste aspecto.

Kane concorda com diversas das observações de Vargas: sobre as intuições de senso comum serem em grande parte incompatibilistas, sobre as teorias libertaristas possuírem

¹³⁵ FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 150-151.

maiores demandas, sobre a possibilidade de a ciência revelar descobertas futuras que impliquem a falsidade da visão libertarista. Todavia, a partir desses pontos, Kane parte para conclusões diferentes.

Para ele¹³⁶, assim como a ciência não pode comprovar uma teoria libertarista, tampouco a refuta ou apresenta provas definitivas a favor de outra teoria. Cientistas não estão certos do quanto o mundo funciona deterministicamente e com relação às neurociências o mistério é ainda maior. Muitos eventos, inclusive cerebrais, são pensados em termos probabilísticos. O fato de se demandar mais não é motivo para se descartar o libertarismo, uma vez que a maior exigência é resultado de uma concepção de liberdade e responsabilidade moral mais qualificada. Se outras abordagens não são ameaçadas por futuras descobertas científicas é porque são superficiais demais para isso. Portanto, uma vez que o futuro é incerto, não há a necessidade de se abandonar agora aquilo o que se considera ideal e que não está descartado. Caso isso se faça necessário futuramente, através de evidências empíricas forte, então Kane assume que daí seria o momento de mudar – não antes.

4.4 Considerações Finais

As críticas expostas nos ajudam a retomar e olhar mais atentamente para alguns pontos importantes da teoria de Robert Kane. Neste espaço nos propomos a concluir o capítulo apresentando nossos comentários. Faremos isto de modo geral e despretencioso com a intenção de iniciar um diálogo e de fazer um exercício reflexivo.

Pessoalmente consideramos muito interessante as observações apresentadas por Fischer. Quanto à importância que ele dá à atual sequência de eventos para se avaliar a responsabilidade do sujeito ele se aproxima de Robert Kane. Assim como este possui duas condições (PA e RU), Fischer diferencia dois tipos de controle (regulador e de orientação) e cada um se aproxima respectivamente de cada uma dessas condições. Para Fischer, no entanto, controle regulador não é necessário para que haja responsabilização (ou seja, PA não é necessária). Nisto Kane discorda, uma vez que sem PA não há momento em que a livre vontade possa de construir.

Pensamos que analisar mais de perto o conceito de responsabilidade moral a partir das colocações de Fischer – como um todo e não apenas neste capítulo – pode enriquecer este diálogo e proporcionar outro modo de ver este conceito sem perder qualidade e que seja viável. Mesmo frente as suas críticas, não vemos um modo de ele e Kane se entenderem, pois parece

¹³⁶ FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M., 2007, p. 179-180.

que as divergências estão relacionadas à estrutura de conceitos básicos. Kane é mais rígido e mais exigente quanto às condições de possibilidade para a liberdade e responsabilidade moral, e esta é uma diferença que os mantém a certa distância.

No segundo item tratamos novamente do indeterminismo, focando especialmente em três autores: Watson, Pereboom e Haji. Este é com certeza o ponto mais polêmico e desafiador que as teorias libertaristas enfrentam. Chegar à conclusão da necessidade do indeterminismo via negação do determinismo é muito mais simples do que apresentar uma defesa positiva desta requisição. As objeções relacionadas à sorte ou aleatoriedade são, ao que parece, inevitáveis e devem ser respondidas uma vez que apontam para aquele que está por detrás das decisões (o sujeito) e o que faz com que estas decisões lhe pertençam – uma conexão entre agente e ação e obviamente o controle sobre as escolhas.

Kane responde as objeções em várias frentes. Este esforço é em parte provavelmente o que o leva a ser destaque entre outras teorias libertaristas no que diz respeito à quantidade de detalhes e recursos conceituais. Todavia, segundo nossa opinião, suas respostas ainda não conseguem extirpar todos os ataques com relação a esse tópico.

A partir da leitura que fizemos para construir este trabalho, não chegamos a uma conclusão ou resposta definitiva sobre os problemas da sorte. Estamos neste momento inclinados a pensar que é possível que não haja como excluir a sorte da maneira que Kane deseja. Contudo, não achamos que isto deva ser um impedimento para a liberdade ou responsabilidade moral. Acreditamos que alguma sorte estará presente e que pode ser acomodada de alguma maneira que não seja nociva. Os argumentos que Kane expõe para defender que as escolhas estão vinculadas ao sujeito – sua pluralidade de condições já citada neste trabalho – e que não podem ser consideradas análogas a um mecanismo aleatório qualquer são bons argumentos. Se fôssemos esboçar nosso encaminhamento para essa questão, tais argumentos seriam parte desse esboço.

Estamos próximos a Kane com relação à sua resposta para a crítica de Vargas. Consideramos que seja importante sua colocação quanto à plausibilidade para lembrar que a visão crítica e a análise de conceitos deve ser um trabalho contínuo e coordenado com outras áreas de conhecimento. Porém, frente aos argumentos apresentados por Vargas, não achamos que Kane deva abdicar de sua concepção de liberdade a favor de outra.

Talvez haja um problema quanto ao excesso de especificações no modo como o indeterminismo se relaciona à agência e no modo como o processo cerebral ocorre. cremos, no entanto que, apesar da grande probabilidade de a ciência descobrir que o cérebro não funciona exatamente como Kane descreve, não é o caso de que necessariamente toda a sua teoria

libertarista venha por água abaixo. Kane deveria ter um plano de contenção de danos para isso. Se sua estrutura teórica não for tão rígida pode ser que ela permita futuras adaptações. Relembrando o conceito de evolução que o próprio filósofo incorpora em sua visão libertarista, evoluir tem a ver com se adaptar, se modificar, descartar o que não serve. Para isso é necessário que exista uma folga, um espaço. Aquilo que é muito rígido não muda, quebra.

CONCLUSÃO

Nossa pesquisa apenas arranhou a superfície de questões que, além de importantes percorrem a história da humanidade de certa maneira desde que o homem começou a indagar sobre si mesmo. O tempo de existência de tais questionamentos juntamente com a evolução do conhecimento humano e das tecnologias resulta em um volume literário sobre o assunto (e tópicos relacionados) intransponível: é impossível inteirar-se de mais que uma pequena parte das informações disponíveis, mesmo que se reduzisse uma busca apenas ao conhecimento “de ponta”. A cada dia se publicam inúmeros materiais de todos os lugares do mundo. Dito isso, estamos cientes de que todas as opiniões colocadas neste espaço não são nada mais do que isso: opiniões.

Durante nosso trabalho, interagimos com diferentes ideias dos mais variados autores. Sobre suas teorias não investigamos mais a fundo. Concentramos nossos esforços em Robert Kane e mesmo sobre seu pensamento haveria ainda mais a ser estudado e com certeza a ser dito. Escolhemos alguns pontos retratados neste trabalho para comentar aqui de maneira mais informal.

O grande debate acerca da relação entre liberdade e determinismo foi apresentado sob as linhas tensas entre compatibilismo e incompatibilismo. Vimos que a própria construção conceitual de cada vertente difere, tornando talvez impossível que algum dia as duas abordagens cheguem a um consenso. Acreditamos que o determinismo causal do tipo que impõe uma linha sem desvios do passado ao futuro para todos os eventos preclui qualquer liberdade que consideramos significativa. A imagem de sermos apenas uma peça de dominó em uma sequência ou de estarmos em um jogo onde todas as cartas já estão marcadas parece sim (e aqui concordamos com Kane) retirar densidade de muito do que valoramos e da imagem que temos de nós mesmos como agentes. Apesar disso, nos ocorre pensar que é possível haver um determinismo que não domine todas as camadas da existência a ponto de tornar tudo tão previsível ou sem graça. Daí então a possibilidade de pensarmos em liberdade. Nós não acreditamos que o passado em conjunto com as leis da natureza seja responsável por todos os eventos a nível micro e macro.

Alguns conhecimentos principalmente de ordem metafísica talvez sempre estejam fora do nosso alcance. Perguntar-se sobre se somos ou não determinados afinal é como perguntar pela causa. Desde os antigos já se questionava sobre a causa ou em outras palavras a origem. Mitologias e oráculos de todos os tipos não faltam para confirmar esta curiosidade humana que sempre ansiou por respostas. Podemos pensar cientificamente e encontraremos um regresso

infinito – o que veio antes? O que havia antes? As religiões também não aquietam nossa razão. Por exemplo: se Deus criou tudo, quem criou Deus? Pode algo surgir do nada? Ou Deus sempre existiu? Mas como assim? Nosso modo de pensar (falando pelo ocidente) é linear. E a linearidade tem problemas com os começos – e com os regressos. Talvez haja outros modos de se pensar, estruturas diferentes. Mas com certeza não é fácil para a racionalidade ocidental e encontramos paradoxos e pseudo-paradoxos (aqui estamos a lembrar de Zenão de Eléia) na história para provar. Mesmo conceitos funcionais da matemática (por exemplo, trabalhamos com raiz de números negativos mas este é um conceito que particularmente difícil de se entender realmente) e da física (relatividade por exemplo) são difíceis de se compreender para a maioria das pessoas. Eu acrescentaria o indeterminismo a essa lista. Depois voltamos a ele.

Ao longo do trabalho, *possibilidades alternativas* apresentou-se como um ponto polêmico: se é algo necessário ou não (para que haja liberdade ou responsabilidade moral), como devem ser entendidas, como devem ser qualificadas. Os cenários ao estilo de Harry Frankfurt são úteis para que se analise conceitos e se verifique a lógica interna das argumentações. Contudo, consideramos que mesmo uma análise teórica necessita observar situações realistas, uma vez que o objeto de estudo é o ser humano. Nesse sentido, simpatizamos com as contribuições de Dennet.

A princípio, não acreditamos que PA à maneira como Kane requer seja uma condição necessária para a responsabilidade moral. Estamos de acordo que PA não é necessária em todas as ações livres. Mas p modo como PA deve estar presente nas SFAs para que haja liberdade e responsabilidade moral não nos parece significativo e talvez nem realista. Creio que há poucos momentos da nossa vida sobre os quais poderíamos imaginar que, caso voltássemos àquela circunstância, poderíamos realmente ter agido de outra forma. Situações em que isso seria concebível, seriam aquelas nas quais as alternativas de ação eram tão equilibradas que foi *sorte* escolher x ao invés de y . Podem ser situações impossíveis de decidir devido ao sujeito ou devido a própria situação. Nesses casos existe PA, mas não parece ser tão significativa. Significativo seria o fato de o sujeito ter se dedicado a um exaustivo processo de deliberação.

Tecnicamente, poderíamos ter agido diferente na maioria das situações da nossa vida, mas não como Kane deseja. Pois do modo como vemos, em grande parte das vezes se considerarmos o momento em que agimos reconheceríamos que provavelmente repetiríamos o comportamento (porque estávamos irritados, ou porque éramos inexperientes, ou porque não tínhamos todas as informações necessárias ou ainda porque tudo acontecera muito rápido). Poderíamos no entanto conceber sim a ideia do futuro em aberto de uma PA voltada para o futuro. Possuir uma PA significativa hoje sobre o amanhã. Consideramos que isto é parte

essencial do que significa aprender e envolve capacidades como estar consciente de si, raciocinar, formular hipóteses. Kane apresenta em suas categorias de SFWs a possibilidade de mudança e de esforços para sustentar uma decisão. Acreditamos nisso. Podemos, porque possuímos capacidade para tal, aprender a partir das nossas experiências e decidirmos alterar algo em nós mesmos. Nesse sentido, PA exige sempre um esforço, um trabalho. Sem desenvolver mais, afirmamos a existência de uma PA diferente da de Kane em alguns aspectos e que também não é a PA compreendida em termos compatibilistas.

Mas se assim for, poderíamos ainda pensar em méritos, arrependimentos ou o famoso ‘eu deveria ter feito x e não y ’? Podemos pensar em desculpas? A resposta é sim, claro que podemos. Podemos porque, do modo como entendemos PA, e por possuímos capacidades mentais, somos capazes de agir sobre nós mesmos e nesse sentido somos responsáveis. Podemos mudar a nós mesmo até certo ponto. É natural, por exemplo, que tenhamos certas expectativas com relação às pessoas. Pensamos aqui em expectativas básicas e adequadas, nenhum caso extraordinário. Para ilustrar, imagine que Maria iniciou suas atividades em um novo emprego. É uma expectativa adequada esperar que ela chegue pontualmente ao trabalho. Maria é adulta e não apresenta nenhuma dificuldade para cumprir esta obrigação. Caso Maria tenha problemas em acordar ou more muito longe, é de se esperar também que ela tome providências necessárias para não atrasar. Se ela atrasar com frequência, mesmo que sempre tenha uma atitude de se desculpar ou explicar, não iremos considerá-la menos responsável e eventualmente ela seria advertida ou até demitida. Isto porque entendemos que está nas mãos de Maria evitar este tipo de situação. Ela possui os requisitos para isso. Talvez não possua a motivação, mas isso não a exime da responsabilidade.

A motivação é uma palavra chave, assim como esforço. As mudanças necessitam de um investimento e um posicionamento ativo do agente para acontecer. Esta é a PA que ele tem e que vincula-se a RU nos sentido de iniciar um movimento em si mesmo sobre si mesmo. É um movimento circular e, assim como os movimentos auto-reflexivos, é difícil de se compreender. Retomamos as ideias trazidas no início: a origem, a causa sui, alguns conceitos difíceis de se compreender. Se compreender a causa primeira é difícil, compreender a causa de si mesmo é mais. Motivar alguém é mais fácil de entender do que como funciona a auto-motivação: como posso me motivar a me motivar se eu estiver desmotivado em primeiro lugar? Atos auto-reflexivos são complicados de se compreender, até paradoxais talvez, mas podemos dizer que não existem?

Não sei se o agente que imaginamos é tão forte como aquele da *responsabilidade última* de Kane, onde RU parece ser tão pesada. Mas que o agente possui responsabilidade por si é

verdade. Até certo ponto acreditamos que construímos a nós mesmos e se não o fizermos (por vivermos passivamente) também somos responsáveis pois podemos (possuímos as capacidades para tal). Há determinações que não podemos modificar. Mas há um espaço e isso é o suficiente. Para ilustrar, imagine um corpo qualquer. Parte do corpo é seu código genético. Isto é difícil de mudar. Mas então temos por exemplo nossa massa – basicamente entendida como o lugar que ocupamos no espaço. Não podemos mudar nossa altura, mas podemos nos fortalecer se quisermos através de práticas que exigem esforço da nossa parte. Até certo ponto podemos modificar nosso corpo. Analogamente, até certo ponto podemos nos modificar em outras instâncias. O que recebemos é *default mode* mas através de trabalho podemos criar ou, melhor dizendo, modificar. Não precisamos criar do nada. Podemos ser responsáveis pelo que fazemos com aquilo que nos é dado.

Consideramos muitos conceitos trazidos por Kane extremamente relevantes. Esforço é um deles. Outro são as condições plurais para que haja liberdade. Acreditamos que todas as suas condições são importantes. Porém acreditamos que não há como criar condições suficientes a ponto de blindar a o conceito de liberdade frente a possíveis contraexemplos. Talvez isso não seja uma questão de insuficiência teórica mas uma questão lógica. Lembra em muito as tentativas de se conceituar *conhecimento* frente aos contraexemplos de Gettier na epistemologia. Contraexemplos são importantes para nos manter atentos a detalhes e possíveis falhas. Servem também para aprimorarmos as teorias e torná-las mais sofisticadas. Mas devemos ter o bom senso de não abandonar de pronto um argumento *apenas* porque ele não sobreviveu a um contraexemplo e, nesse sentido, entendemos que são importantes as defesas formuladas (defesa dilema e estratégia da centelha) no diálogo com os cenários frankfurnianos.

Apreciamos também as ideias de Kane sobre experimentos de valor e coerência narrativa. Um experimento de valor é algo que entendemos em conexão com o aprendizado (do tipo que falamos antes) e com o futuro em aberto. A possibilidade de se permitir fazer algo que não está determinado pelo passado mas é coerente com ele, trazendo a segunda ideia, de coerência narrativa. Este conceito é interessante porque podemos observar. É notável que quando alguém faz algo que foge demais à sua “coerência narrativa” consideramos irracional e podemos até nos preocupar que haja algo errado com a pessoa em questão. Algumas atitudes “estranhas” desse tipo são inclusive indícios de algo mais quando não são irracionais mas apenas indicam que não sabemos de toda a história. Imagine por exemplo uma situação em que alguém reagiu de forma aparentemente irracional a algo e depois de se informar melhor se descobre que esta pessoa estava em uma situação de stress pós-traumático. Então coerência narrativa nos parece um conceito muito realista.

Quanto ao que Kane apresenta sobre o funcionamento cerebral, apesar de acharmos uma tentativa muito inteligente de dar conta dos problemas acerca da causa das ações livres e indeterminadas, pensamos que ainda é um ponto muito problemático. Kane não desenvolve muito o caminho que fez para chegar a esta parte da sua teoria. Sabemos que ele expõe os conhecimentos provindos das ciências, principalmente da física, os quais agrega à sua formulação de funcionamento cerebral. Todavia por vezes isso nos pareceu uma adaptação forçosa, como querer encaixar as evidências em uma teoria ao invés de fazer o contrário. A impressão em alguns momentos era a de que se fez uma colcha de retalhos apropriando-se de conceitos que seriam úteis para defender a possibilidade da existência da liberdade de Kane no mundo natural. Pensamos que sobre este aspecto o autor ainda tem a desenvolver. Acreditamos também que o modo extremamente específico como os eventos devem ocorrer (sem suporte científico para isso) aumenta em muito a probabilidade de haver no mínimo muitos erros. Pode ser uma hipótese útil para fins de se demonstrar que sua liberdade não é impossível de existir no mundo natural, mas parece ser insuficiente para outros fins.

Para finalizar, a ideia do indeterminismo na teoria de Kane não nos parece remeter necessariamente à falta de inteligibilidade. É ponto pacífico que é indeterminado como e quais pensamentos e lembranças vem à memória no momento de uma deliberação. Assim também a questão de que muitos eventos naturais são entendidos a partir de um pensamento probabilístico e que nem tudo é previsível. As dificuldades de explicar melhor o indeterminismo são em parte as mesmas (e aqui concordamos com Kane) de se explicar o que é a mente, a consciência e como se relacionam com a matéria. À parte das complicações já vistas nesse trabalho, grande parte desses fatores incluindo o indeterminismo compõe alguns dos mistérios ainda não resolvidos pela humanidade. Enquanto houverem mistérios continuaremos – felizmente – a teorizar.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Física. Tradução de Guillermo R. de Echandía. Madrid: Gredos, 1995.
- ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução de Giovanni Reale. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- BISHOP, John. Natural Agency. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- BROAD, Charlie D. Determinism, Indeterminism, and Libertarianism. Published by Cambridge: At the University Press, 1934. Reprinted in *Ethics and the History of Philosophy* by C. D. Broad (London: Routledge & Kegan Paul, 1952), pp. 195-217. Disponível em <http://www.ditext.com/broad/dil.html>
- CHISHOLM, Roderick M. He Could have Done Otherwise. In *The Journal of Philosophy* Vol. 64, No. 13 (Jul. 6, 1967), pp. 409-417. Disponível em http://www-jstor-org.ez94.periodicos.capes.gov.br/stable/2024211?sid=primo&seq=6#page_scan_tab_contents
- CHISHOLM, Roderick M. Human Freedom and the Self. Lindley Lectures; 4. Ed: University of Kansas, Department of Philosophy. (This is the text of The Lindley Lecture for 1964, given by Roderick M. Chisholm (1916-1999), an American philosopher.) URI <http://hdl.handle.net/1808/12380>
- CHURCHLAND, Patricia. Braintrust: what neuroscience tells us about morality. Princeton: Princeton University Press; 2011.
- CLARKE, Randolph. Indeterminism and control. In *American Philosophical Quarterly*, vol. 32, no. 2, 1995, p. 125-138. Disponível em: Academic OneFile, go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&id=GALE%7CA17156490&it=r&asid=485a00fff3c8b0af9d7319874712a499. Accessed 10 July 2017
- CLARKE, Randolph. *Libertarian Accounts of Free Will*. Oxford University Press, 2003.
- DAMÁSIO, Antonio. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2006.
- DENNET, Daniel. *Elbow room: the varieties of free will worth wanting*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- DOUBLE, Richard. *The non-reality of free will*. New York, NY. 1991
- ENDEN, H. Van den. Thomas Hobbes And The Debate On Free Will: his present-day significance for ethical theory. In *Philosophica* 24, 1979 (2), pp. 185-216. Disponível em <http://www.philosophica.ugent.be/fulltexts/24-5.pdf>
- FARAH, Martha. Neuroscience and neuroethics in the 21st century. In: Illes J, Sahakian BJ, (Editors). *The oxford handbook of neuroethics*. Oxford University Press; 2011:761-781.
- FISCHER, John Martin. *Deep Control: Essays on Free Will and Value*. Oxford University Press, 2012.

FISCHER, John Martin. Frankfurt-type examples and semi-compatibilism. In KANE, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Free Will*. New York: Oxford University Press, 2002. p. 281–308.

FISCHER, John Martin. Problems With Actual-Sequence Incompatibilism (Comments On Robert Kane's Presentation). In *The Journal of Ethics* (2000) 4: 323-328. Disponível em <https://doi.org/10.1023/A:1026729231975>

FISCHER, John Martin. *The Metaphysics of Free Will*. Malden: Blackwell, 1997.

FISCHER, John Martin. Ultimacy and alternative possibilities. In *Philosophical Studies*, 2009, Vol.144(1), pp.15-20.

FISCHER, John Martin; RAVIZZA, Mark. *Responsibility and Control: A Theory of Moral Responsibility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FISCHER, J. M.; KANE, R.; PEREBOOM, D.; VARGAS, M.; *Four Views on Free Will*. Wiley-Blackwell, 2007.

FRANKFURT, Harry G. Freedom Of The Will And The Concept Of A Person. In WATSON, Gary. *Free Will*. New York: Oxford University Press, 1982. p. 81-95.

FRANKFURT, Harry G. Alternate Possibilities and Moral Responsibility. In *The Journal of Philosophy*, Vol. 66, No. 23 (Dec. 4, 1969), pp. 829-839. DOI: 10.2307/2023833 Disponível em: URL: <http://www-jstor-org.ez94.periodicos.capes.gov.br/stable/2023833>

GAZZANIGA, Michael. *The Social Brain*. New York: Basic Books, 1985.

GINET, C. Reasons Explanations of Action: Causalist versus Noncausalist Accounts. In KANE, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Free Will*. New York: Oxford University Press, 2002. p. 386-405.

GINET, C. Freedom, responsibility, and agency. *The Journal of Ethics* (1997) 1: 85. March 1997, Vol.1(1), pp.85-98 <https://doi-org.ez94.periodicos.capes.gov.br/10.1023/A:1009764120516>

HAJI, Ishtiyaque. Libertarianism And The Luck Objection (Comments On Robert Kane's Presentation). In *The Journal of Ethics* (2000a) 4: 329-337. Disponível em <https://doi.org/10.1023/A:1026729231975>

HAJI, Ishtiyaque. Control Requirements for Moral Appraisals: An Asymmetry. In *The Journal of Ethics* (2000b) 4: 351-356. Disponível em <https://doi.org/10.1023/A:1026729231975>

HOBBS, T; BRAMHALL, J; CHAPPELL, VC. *Hobbes and Bramhall on Liberty and Necessity*. Cambridge, U.K. : Cambridge University Press, 1999. (Cambridge Texts in the History of Philosophy).

HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. São Paulo: UNESP, 2004.

KANE, Robert. A Contemporary Introduction to Free Will. New York: Oxford University Press, 2005.

KANE, Robert. II-Acting 'of One's Own Free Will': Modern Reflections on an Ancient Philosophical Problem. In Proceedings of the Aristotelian Society, April, 2014, Vol.114(1pt1), p.35-55

KANE, Robert. Deontic Acts, Frankfurt-Style Examples, and “ ‘Ought’ Implies ‘Can’ ” (Comments On Ishtiyaque Haji’s Presentation). In The Journal of Ethics (2000c) 4: 357-360. Disponível em <https://doi.org/10.1023/A:1026729231975>

KANE, Robert. Free Will and Responsibility: Ancient Dispute, New Themes. In The Journal of Ethics (2000a) 4: 315-322. Disponível em <https://doi.org/10.1023/A:1026729231975>

KANE, Robert. Replies to Fischer And Haji. In The Journal of Ethics (2000b) 4: 338-342. Disponível em <https://doi.org/10.1023/A:1026729231975>

KANE, Robert. Responsibility, Luck, and Chance: Reflections on Free Will and Indeterminism. In The Journal of Philosophy, Vol. 96, No. 5 (May, 1999), pp. 217-240

KANE, Robert. The Significance of Free Will. New York: Oxford University Press, 1998.

KANE, Robert. Three freedoms, free will and self-formation: a reply to levy and other critics. In COHEN, D; TRAKAKIS, N. Essays on Free Will and Moral Responsibility. Newcastle : Cambridge Scholars Publishing, 2008.

KANE, Robert. Two Kinds of Incompatibilism. In Philosophy and Phenomenological Research, 1 December 1989, Vol.50(2), pp.219-254.

LEMOS, John. Self-Forming Acts and the Grounds of Responsibility. In Philosophia, vol. 43: Iss 1, 2015. p. 135-146. <https://doi-org.ez94.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11406-014-9561-7>

MALCOLM, Norman. The Conceivability Of Mechanism. In WATSON, Gary. Free Will. New York: Oxford University Press, 1982. p.127-149.

MCGILCHRIST I. The Master and his emissary: the divided brain and the making of the western world. New Heaven: Yale University Press; 2009.

MCKENNA, Michael. Ultimacy and Sweet Jane. In Essays on Free Will and Moral Responsibility, edited by Nick Trakakais and Daniel Cohen (Cambridge Schoalrs Series, 2008), p.186-208.

MCKENNA, Michael; COATES, D. Justin. Compatibilism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = [<http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/compatibilism/>](http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/compatibilism/)

- MELE, Alfred. *Autonomous Agents*. Oxford University Press, 1995.
- MELE, Alfred. *Ultimate Responsibility and Dumb Luck*. In (edited by Ellen Frankel Paul, Fred D. Miller, Jr., and Jeffrey Paul). *Responsibility*. Cambridge University Press, 2005, p. 274-293.
- NOWELL, Robert. *Indeterminism in Kane's Event-Causal Libertarianism*. In *The Journal of Undergraduate Research at the University of Tennessee*, vol. 5: Iss 1, article 13, p.133-138, 2014.
- O'CONNOR, Timothy. *Persons and Causes – the metaphysics of free will*. Oxford University Press, 2000.
- PEREBOOM, Derk. *Living Without Free Will*. Cambridge University Press (virtual publishing), 2003.
- PICH, Roberto Hofmeister. *Agostinho e a "descoberta" da vontade: primeiro estudo*. In *Veritas*, 01 January 2005, Vol.50(3), pp.139-157.
- SPEAK, Daniel. *Fanning the Flickers of Freedom*. In *American Philosophical Quarterly*, v. 39, n. 1, p. 91–105, 2002.
- STRAWSON, Peter. *Freedom and Resentment*. In *Freedom and Resentment And Other Essays*. Routledge, 2008.
- TIMPE, Kevin. *Free will: sourcehood and its alternatives*. Continuum Publishing Corporation, 2008.
- VAN INWAGEN, Peter. *An Essay on Free Will*. Oxford: Clarendon Press, 1983.
- VAN INWAGEN, Peter. *Free Will Remains a Mystery*. In KANE, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Free Will*. New York: Oxford University Press, 2002. P. 158-177.
- VARGAS, Manuel. *Revisionism about free will: a statement & defense*. In *Philosophical Studies*, 2009 May, Vol.144(1), pp.45-62.
- WATSON, Gary. *Free action and free will*. In *Mind*, April 1987, Vol.96(382), pp.145-172. Disponível em <http://www-jstor-org.ez94.periodicos.capes.gov.br/stable/pdf/2255145.pdf>
- WATSON, Gary. *Free Agency*. In *The Journal of Philosophy*, Vol. 72, No. 8 (Apr. 24, 1975), p. 205-220. Disponível em URL: <http://www.jstor.org/stable/2024703>
- WATSON, Gary. *Soft Libertarianism and Hard Compatibilism*. In *The Journal of Ethics*, 1999, Vol.3(4), pp.353-368.
- WIDERKER, David. *Libertarianism and Frankfurt's Attack on the Principal of Alternative Possibilities*. In *The Philosophical Review*, vol. 104, n 2 (April, 1995), p. 247-261.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br